REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MENSAGEM

APRESENTADA AO

PODER LEGISLATIVO

EM 3 DE MAIO DE 1937

PELO

PRESIDENTE DA REPUBLICA

Getulio Dornelles Vargas

RIO DE JANEIRO

REPUBLIGA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MENSAGEM

APRESENTADA AO

PODER LEGISLATIVO

EM 3 DE MAIO DE 1937

PELO

PRESIDENTE DA REPUBLICA

Getulio Dornelles Vargas

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1937

INTRODUÇÃO

SENHORES MEMBROS
DO PODER LEGISLATIVO

DE acôrdo com o preceito constitucional, trazemos, hoje, ao vosso exame e esclarecida apreciação, o relato circunstanciado dos trabalhos e iniciativas do Poder Executivo, durante o ano de 1936.

Não temos, felizmente, a assinalar ocorrencias de imediata gravidade, como as registadas na ultima Mensagem Presidencial.

Extintos os principais focos da rebelião de 1935, e desmanteladas as organizações subversivas que tentaram lançar-nos á fogueira dos odios fratricidas, a situação apresenta-se tranquila e prospera, de modo a inspirar confiança dentro como fóra do país.

Dadas, entretanto, a insidia tenaz e as investidas disfarçadas dos inimigos da ordem legal, persiste a necessidade de continuarmos vigilantes e aparelhados para reprimir novos surtos de

anarquia, e desenvolver, sem tropeços, a obra de educação e de restabelecimento da disciplina, destinada a reforçar as bases do regime.

Em meio ás preocupações multiplas e absorventes impostas pelos recentes acontecimentos, foi possivel preparar a estrutura defensiva do Estado sem recorrer a excessos de repressão, sobrepondo ao revide das paixões os sentimentos de equanimidade, e manter o ritmo das atividades construtivas, levando a termo importantes reformas do aparelho administrativo e medidas de alto alcance para a coletividade.

Para a consecução desses resultados concorreu grandemente a estreita e proveitosa cooperação estabelecida entre os poderes que, na organização vigente, dividem as responsabilidades dos negocios publicos, no seu triplice aspecto institucional. Prestando conta fiel das gestões do Poder Executivo, no ano findo, impõe-se salientar o valor de tão util e oportuna colaboração, sempre firme e orientada no sentido do bem publico.

DEFESA DO REGIME

Adotadas as medidas de urgencia que a segurança das instituições exigia, seguiram-se outras igualmente necessarias para garantir, de

futuro, a tranquilidade geral, poupando-a aos abalos das agitações facciosas e aos maleficios dos agentes da infiltração comunista.

Agindo como o fez, o Governo cumpriu certamente o seu dever, e, através de manifestações inequivocas, teve a satisfação de receber, em todos os momentos, provas de apoio as mais confortadoras de parte de todas as classes sociais.

Armado dos meios de ação exigidos pela defesa das instituições, manteve, contudo, orientação ponderada e equanime. Dentro da margem de arbitrio que lhe concedia a decretação do estado de sitio e sua posterior equiparação ao estado de guerra, com plena aprovação do Poder Legislativo, poderia ter feito funcionar uma justiça sumarissima, punindo implacavelmente os que tomaram armas contra a Patria. Atento, porém, á proverbial magnanimidade do povo brasileiro, avesso por indole a medidas extremas, e obediente á norma de conduta que jamais abandonou, mesmo nas horas mais dificeis e conturbadas, preferiu a instituição de um tribunal especial, de composição mixta, formado com elementos da magistratura de carreira, conhecidos pela sua competencia e retidão, e de militares de comprovada idoneidade e melhor conceito no seio das corporações a que pertencem.

Constituido e instalado esse orgão de justiça especial, sob a denominação de Tribunal de Segurança Nacional, iniciou, desde logo, o arduo tra-

balho de apurar as culpas dos acusados, ouvindo-os e estudando minuciosamente os processos e providenciando para que tivessem defesa propria ou por intermedio do serviço de assistencia judiciaria da Ordem dos Advogados no Brasil.

Enquanto se prepara o julgamento dos implicados, dentro das normas de processo estabelecidas e observadas com rigor, os remanescentes da luta armada e adeptos do comunismo procuram, por todos os meios, articular novas conspirações e tentativas sediciosas. Não tem sido pequeno o esforço das autoridades para deter e entregar ao tribunal competente os agentes de tão impatriotica tarefa. Em razão disso, o Poder Executivo viu-se obrigado a pedir sucessivas prorrogações do estado de guerra, de modo a permanecer aparelhado para defender, em qualquer emergencia, de maneira eficiente, a ordem publica e as instituições ameaçadas desde novembro de 1935. Ao solicitar a penultima prorrogação, em dezembro do ano findo, na mensagem dirigida ao Poder Legislativo, deixou bem claras as razões que lhe assistiam, assinalando:

> "O Tribunal instituido para a repressão dos crimes contra a ordem politica e social acha-se em pleno funcionamento, e, a justificar o lapso de tempo até hoje decorrido, acode a ponderação de haver sido necessario reprimir o surto re-

volucionario extremista, proceder ao inquerito policial e militar, em diversos pontos do país, emendar a lei de segurança, criar o Tribunal de Segurança Nacional, constituido pela nomeação de seus membros e organização da sua Secretaria, instalá-lo e aguardar a elaboração e aprovação do seu regimento, o que tudo, feito em doze meses, inclusive o oferecimento da denuncia, revela que as autoridades legislativas, judiciarias e excutivas cumpriram estritamente o seu dever."

SITUAÇÃO ECONOMICA

Na Mensagem enviada ao Poder Legislativo, no inicio do exercicio de 1936, tivemos ocasião de assinalar que os indices da nossa situação economica eram francamente animadores. Apresenta-se, agora, o ensejo de demonstrar, em face das cifras apuradas, o fundamento dos nossos prognosticos otimistas.

Os produtos da lavoura, quer os de alimentação como os industriais, crescem quantitativamente e melhoram de qualidade. As industrias, em constante aperfeiçoamento, aproximam-se do nivel de consumo do mercado interno. Como reflexo desse aumento de atividades e do acerto das medidas finan-

ceiras, consolida-se cada vez mais a posição do mil réis na balança internacional.

Assim, feita a comparação do ultimo quinquenio da produção agraria, considerando o ano de 1929 igual a 100, verifica-se que, em 1936, o aumento foi de 14, na quantidade, contra 11, em 1932, enquanto o valor, nesse ano, atingia a 65 contra 87, no ano ultimo. No primeiro ano do quinquenio, produzimos, na agricultura, 15.229.429 toneladas, no valor de 5.425.514 contos; em 1936 a quantidade aumentou de 448.280 toneladas, enquanto o valor excedeu o primeiro ano do quinquenio em1.873.909 contos.

Infelizmente, em relação ao ano-indice, os algarismos globais de quantidade, apesar de aumentados de cerca de 2 milhões de toneladas produziram 1 milhão de contos a menos, o que serve para demonstrar a importancia de que se reveste a politica monetaria, dirigida no sentido de evitar que a produção seja colocada a preços baixos no mercado mundial, sem compensação, portanto, para a nossa economia.

Quanto ás industrias, o seu crescimento é notavel em todos os ramos, sendo digno de acentuar-se o incremento, em maior proporção, das industrias de base e das extrativas minerais, relativamente ás manufatureiras e de transformação.

O valor global da produção já ultrapassou as cifras anteriores á crise de 1929, e o desenvolvimento

de novas instalações autoriza a dizer que o aumento é consideravel. Nas industrias extrativas e de base, os acrescimos apresentam indices significativos: até 1935, a produção do carvão aumentara 117 %, a do ferro guza 99 %, do aço laminado 172 % e 294 % a do cimento. Mesmo as industrias consideradas em superprodução relativa, e que foram amparadas pelo Governo, de acôrdo com o decreto n. 17.739, de 7 de março de 1931, já se recuperaram, em bôa parte, do colapso sofrido. O inquerito iniciado no ano findo, e a concluir-se, em breve, dará oportunidade ao poder publico para reconhecer quais as industrias que necessitam de assistencia e a fórma mais conveniente de prestá-la.

Os elementos de comparação, oferecidos pelos indices das atividades economicas, confirmam, antes de mais nada, que caminhamos rapidamente para a integração do mercado domestico, em consequencia do crescimento excepcional das trocas internas.

Não será preciso salientar a importancia evidente desse acontecimento, que repercute, como todos os fatos economicos de primeiro plano, no campo social e politico.

A expansão do mercado interno não significa apenas avanço consideravel do ponto de vista economico. Apresenta ainda efeitos de ordem politica, igualmente valiosos. O entrelaçamento crescente dos interesses fundamentais das diversas

regiões do país constitue, além do mais, fator de poderosa influencia para solidificação dos laços de unidade nacional.

O ano ultimo regista, nos algarismos do comercio de cabotagem, o maior aumento periodico verificado desde 1929. O movimento cresceu, no bienio, na proporção aproximada de 200.000 toneladas. A soma dos aumentos anuais, de 1931 a 1934, é inferior ao acrescimo dos 12 meses de 1936.

A significação de que se reveste o desenvolvimento industrial do país pode ser aferida pelos algarismos do intercambio nacional. No computo total de 3.794.450 contos, os artigos manufaturados concorreram com 1.569.058 contos ou sejam 41 %, ao passo que os produtos de alimentação atingiram, apenas, a 32 %.

Quanto ao comercio externo, tambem deixam os indices analizados impressão de desafogo. A partir da crise economica mundial, de 1929, o ponto mais baixo do nosso intercambio foi alcançado em 1932. A tonelagem importada sofreu um decrescimo de 45 %, em relação ao volume de 1929, enquanto a queda das exportações atingia a 25 % no mesmo periodo.

A recuperação iniciada em 1934 continua. Apesar dos valores-ouro não terem ainda atingido o nivel do periodo anterior á crise, já ultrapassamos, de muito, o de 1932. Por outro lado, o valor-mil réis, tanto das exportações como das impor-

tações, excederam grandemente as cifras daquele ano-indice. Em 1929, importámos 6.100.000 toneladas, no valor de 3.500.000 contos e exportámos 2.200.000 toneladas no valor de 3.800.000 contos. Em 1932, a importação caiu a 3.300.000 toneladas no valor de 1.500.000 contos, enquanto a exportação foi representada por 1.600.000 toneladas, no valor de 4.200.000 contos, e, em 1935, exportámos 3.100.000 toneladas, no valor aproximado de 4.800.000 contos, apesar dos indices de preço dos mercados mundiais continuarem baixos. Se ainda estamos longe de alcançar o nivel de importação de 1929, esse fato não deve ser atribuido, preponderantemente, á depreciação do mil réis, e sim ao aumento do volume das manafaturas nacionais. Muitos dos artigos, cujo consumo era inteiramente de importação, desapareceram ou estão na iminencia de desaparecer das pautas alfandegarias.

Países como o nosso, de industrialização incipiente, precisam incrementar as suas importações, dando-lhes sentido construtor na economia nacional. Em logar de aumentá-las com as quotas de mercadorias de consumo imediato, devem, de preferencia, adquirir equipamento que venha robustecer a organização industrial, e, sobretudo, aparelhagem capaz de produzir maquinas. Não constitue propriamente um progresso a montagem de industrias de transformação, sem industrias de base, que lhes assegurem renovação da maquinaria. Deduz-se daí

a conveniencia de estudar o poder publico meios de sistematizar a nossa importação, em vez de deixá-la ao sabor das circunstancias e dos interessses individuais, não raro em colisão com os superiores interesses de coletividade.

No referente ás exportações, já se fazem evidentes os resultados colhidos em consequencia da ação governamental iniciada em 1930. O proposito de aumentar o numero de produtos exportaveis vem sendo atingido e não está longe a epoca em que teremos libertado o país dos inconvenientes da monocultura. Os indices são reveladores. Enquanto no ano de 1929 cabia a um só produto 40 % do volume exportado, 1 % a outro e os 59 % aos demais, em 1936, a primeira dessas contribuições baixou para 27 %, a outra, que era 1 %, subiu a 6 % e as restantes perfizeram 67 %. Quanto ao valor-ouro, os resultados são mais expressivos, pois 71 % do total era fornecido pela nossa exportação de café, 25 % pelos demais artigos e 4 % pelo algodão; no ano ultimo, as percentagens foram de 46 %, 35 % e 19 %, respectivamente.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Não fossem os pesados encargos da divida externa, a que se adicionam as despesas para a melhoria do nosso equipamento industrial, e os onus

da politica de manutenção dos preços das mercadorias em superprodução, já teriamos completado uma das mais arduas e importantes tarefas defrontadas pelo Governo após a revolução de 1930, isto é, o equilibrio da balança orçamentaria.

Na ultima Mensagem, estudamos retrospectivamente a situação financeira, a partir de 1931, sob varios dos seus aspectos basicos, demonstrando que as medidas governamentais, para restabelecimento do credito e da confiança, trouxeram, como consequencia, novo impulso ao trabalho e á economia do país.

Do ponto de vista das contas publicas e realização do equilibrio orçamentario, constata-se que foram os seguintes os *deficits* nos sete anos ultimos:

1931	293.954 :945$900
1932.....	1.108.877 :991$400
1933.....	715.891 :091$800
1934.....	128.104 :722$000
1935.....	149.308 :385$100
1936.....	98.620 :894$400

Tal situação, diante da maré montante de emprestimos e expedientes inflacionistas que avassala o orçamento da maioria dos países, tanto os do grupo credor como devedor, é excepcional e justifica plenamente as asserções feitas.

E' de salientar que, ao inverso do sucedido em numerosos casos, não se fez a recuperação com sacrificio ou em detrimento de qualquer ramo da

economia. Não se sobrecarregou de tributações, o capital, não se oprimiu o trabalho; pelo contrario, ambos tiveram dos poderes publicos amparo mais amplo e auxilios tanto diretos como indiretos.

A analise detalhada do ultimo exercicio revela, apenas, o cuidado em prosseguir nas diretrizes ajustadas, evitando quaisquer operações de aventura, adstritos a acompanhar de perto o pleno desenvolvimento da vida economica, alimentando as fontes de receita, reduzindo as despesas ao minimo, sem prejuizo do ritmo das atividades gerais.

Para o ano financeiro ultimo, o orçamento votado pelo Poder Legislativo apresentava um *deficit* de 328.972:022$100, sendo a receita prevista de 2.537.576:000$ e a despesa fixada de 2.866.548:022$100. A'quela parcela somavam-se 774.728:840$ de autorizações extraordinarias, do que resultaria um *deficit* total de 1.103.700:862$100.

As medidas energicas requeridas para fazer face a tão vultoso desequilibrio não tardaram. Simultaneamente, tomaram-se as que diziam respeito ao aumento das rendas e diminuição das despesas, resultando que as primeiras foram acrescidas de 589.883:917$900, enquanto a compressão dava os seguintes resultados:

a) *Em relação ao orçamento:*

Despesa fixada, inclusive suplementação.....	3.013.156:207$500
Idem realizada, inclusive suplementações.....	2.729.213:343$300

ou seja uma diferença de 283.942:864$200 para menos, e

b) Em relação aos gastos gerais:

Despesa fixada, inclusive creditos adicionais.....	3.641.276:862$100
Idem realizada, inclusive Agentes Pagadores.....	3.226.080:812$300
ou seja uma diferença de.....	415.196:049$800

Somadas as parcelas de compressão das despesas ao aumento da receita prevista, tem-se o fechamento do exercicio financeiro de 1936 com um *deficit* menor de 100.000:000$, exatamente 98.620:894$400.

Abrisse mão o Governo dos seus propositos de acudir, sempre, aos reclamos coletivos, facilitando auxilios e socorros onde se fizessem imprescindiveis, e atender á urgencia de aparelhamento das forças armadas, consignando-lhes creditos extraordinarios, certamente esse reduzido *deficit* teria desaparecido.

As operações do Tesouro, através dos Bancos Correspondentes, principalmente o Banco do Brasil, demonstram a excelente posição das contas para o primeiro, não somente em relação ao ano de 1936, como em comparação com o anterior. Assim, em 1935, verificava-se na rubrica

BANCOS E CORRESPONDENTES

Debito.....	1.388.323:491$900
Credito.....	700.349:114$900
Saldo a favor do Tesouro....	687.974:377$000

e em 1936:

Debito.....	1.429.651:492$400
Credito.....	279.662:635$400
Saldo a favor do Tesouro....	1.149.988:857$000

donde uma diferença favoravel ao Tesouro, em 1936, na importancia de 462.014:480$000.

Para a obtenção desse resultado avultam o resgate de promissorias, que se achavam em carteira no Banco do Brasil, no montante de 503.785:424$500, a emissão de 190.000:000$ para a Carteira de Redescontos e o valor de 6 toneladas, 947 quilos, 265 gramas e 228 miligramas de ouro adquirido pela quantia de 133.927:882$700.

O exame do balanço do Patrimonio reforça a significação dos dados oferecidos. As operações realizadas durante o exercicio revelam o aumento de 356.404:254$700, no valor dos bens registados, apresentando-se, no estado das contas ativas e passivas subordinadas ao titulo *Divida Flutuante*, o acrescimo de 55.817:949$700 em favor do Tesouro, ou seja o correspondente á diferença entre a diminuição do ativo, no valor de 186.160:788$600 e a diminuição do passivo, que foi de 241.978:738$500.

O papel-moeda em circulação acusa o acrescimo de 462.702:034$500, proveniente de diversas operações, realizadas de acôrdo com a legislação em vigor.

As circunstancias dificeis da nossa balança monetaria já foram dominadas e, atualmente, ca-

minhamos para uma melhoria cada vez mais acentuada do mil réis, não por efeito de uma reação passageira, oriunda de causas acidentais, mas como reflexo seguro das excelentes condições de recuperação da nossa economia e do equilibrio financeiro.

Dentre os fatores que concorreram imediatamente para o movimento ascendente das taxas, não deve ser posto de parte o cuidado com que se conduziram as operações relativas á liquidação dos creditos comerciais.

Os varios convenios feitos vêm sendo cumpridos, e pouco resta dos chamados *congelados*, que pesavam negativamente sobre a nossa vida economico-financeira.

A essa politica equilibrada e sensata, posta em pratica desde longo tempo, devem-se, sem duvida, os resultados firmes que já se entremostram. Resta-nos persistir nos rumos assentes, fugindo ás aventuras em materia tão delicada.

Tambem, no que respeita á formação do lastro-ouro, prosseguimos, com tenacidade, o programa traçado e em franco exito. O Tesouro Nacional, por intermedio, até agora, do Banco do Brasil, e possivelmente de modo direto no futuro, adquire o metal que aparece no mercado, de acôrdo com as cotações internacionais. As reservas atuais, já superiores a 3 milhões de libras-ouro, demonstram a possibilidade de atingir-se uma percentagem razoavel de garantia do papel-moeda.

O movimento bancario geral do Brasil, no ultimo ano, foi, de todo ponto, animador. As cifras de depositos e de emprestimos mostram-se ascendentes, enquanto os indices do movimento acentuam participação cada vez maior dos bancos nacionais. Não é demais ressaltar a circunstancia relevante de não estarmos, como acontece a numerosos países devedores, presos a estabelecimentos estrangeiros de credito, que, pelo manejo adequado de fundos, possam freiar ou acelerar o ritmo da vida economica nacional.

POLITICA EXTERIOR

As informações registadas são de molde a dar uma ideia exata da vida interna do país, sob o aspecto politico, economico e financeiro.

Não é excesso de otimismo considerar a situação de franca prosperidade, com perspectivas ainda mais animadoras, se fôr possivel manter o ambiente de tranquilidade já assegurado e graças ao qual as atividades produtoras vêm encontrando livre expansão.

Pelo lado da nossa politica externa nada temos a receiar. Sempre fomos pacifistas e persistimos deliberadamente nesses propositos. Nenhuma mudança se registou nas diretrizes da nossa atuação internacional, sempre mantida no sentido da maior

concordia e estreita cooperação com os demais povos.

Resolvidas as questões relativas ás grandes linhas fronteiriças, continuamos, sem encontrar obstaculos, os trabalhos demarcadores confiados ás comissões mixtas.

De tal modo, as nossas relações de vizinhança, eliminados os motivos ou pretextos de atrito, não podem causar-nos inquietações, predispondo-nos, pelo contrario, a uma aproximação cada vez mais estreita dentro do continente.

Razões de ordem etnica e cultural, e mesmo geograficas e economicas, impõem-nos, como aos demais países americanos, um contato permanente e amistoso, capaz de propiciar a solução harmonica de importantes problemas comuns.

Durante muito tempo, as relações interamericanas permaneceram circunscritas quasi exclusivamente ao terreno politico, sem excluir mesmo certas desconfianças, que uma invariavel conduta de bôa vizinhança e disposições cordiais acabaram por extinguir.

Na atualidade, já se torna possivel abandonar semelhante posição, reveladora, sob certos aspectos, de injustificavel retraimento, para iniciar uma fase de convivencia mais confiante, caracterizada pelo desejo de coordenar num mesmo sentido as energias espirituais e materiais que estão construindo, nas terras do novo mundo, uma nova civilização.

ENCERRADAS as considerações concernentes aos fatos mais salientes da vida nacional, através de conciso e rapido balanço, passamos a fornecer os dados correspondentes a cada Secretaria de Estado, dando minuciosa conta das atividades da administração no decorrer do ano de 1936.

II

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

A ação governamental, exercida por intermedio do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, continua a fazer-se sentir com firmeza e serenidade.

Para assegurar a observancia da nova Constituição e tornar efetivas, em todo o país, as garantias legais, tanto na ordem juridica como politica, não se pouparam esforços, adotando-se, em tempo, medidas eficientes e oportunas.

Numa atenta vigilancia pela tranquilidade publica e a segurança das instituições, ao pressentir os perigos da infiltração comunista, promoveu-se, já em abril de 1935, a aprovação da Lei de Segurança, votada pelo Poder Legislativo, após cuidadoso e amplo debate. Os fatos não tardaram a confirmar o acerto da iniciativa. Em novembro do mesmo ano irrompia o movimento extremista, sufocado com presteza e energia, graças á fidelidade exemplar das forças armadas e ao auxilio eficaz de todas as classes sociais, inclusive o operariado, manifestamente contrario ao intento criminoso dos agitadores que pretendiam acobertar-se sob a bandeira das reivindicações trabalhistas.

As providencias para a repressão do surto comunista, de aspectos tão insolitos e brutais, limitaram-se, porém, ao indispensavel para resguardar a ordem e a estabilidade do regime, contando o Governo, desde o primeiro momento, com a colaboração patriotica e decisiva do Poder Legislativo. Votados e aprovados o estado de sitio e o projeto sobre as emendas constitucionais, as providencias legislativas posteriores vieram, ainda, reforçar a ação do poder publico, criando o aparelho judiciario incumbido da apreciação das culpas e julgamento dos implicados no levante de Novembro, bem como ampliando a esfera de ação das autoridades empenhadas na descoberta dos focos de propaganda subversiva e na identificação dos seus agentes e inspiradores, a serviço do comunismo.

Cabe, afinal, referir a atuação dedicada e inteligente do ex-titular da pasta, Dr. Vicente Ráo, que, já tendo prestado serviços relevantes ao país, na fase de constitucionalização, não poupou esforços para tornar eficiente e segura a campanha de repressão ao extremismo.

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

Pelo carater excepcional e relevancia dos serviços que foi chamado a prestar á Nação, o

Tribunal de Segurança Nacional, primeiro a constituir-se regularmente no país para defesa do regime e punição dos delitos politicos, constitue inovação necessaria que as circunstancias impuzeram.

A natureza dos crimes que tem de apreciar, a qualidade e quantidade dos réus, o grau de culpa a ser atribuida aos que tentaram contra a unidade e a soberania patrias tornam sumamente trabalhosa e delicada a missão dos julgadores. Por isso, os homens retos e probos que aceitaram o encargo de pesar e graduar as responsabilidades de simples soldados, habituados á obediencia, e de individuos de nivel de cultura elevado e indeclinaveis obrigações sociais, devem merecer, de todos os bons patriotas, apreço e acatamento especiais. Tão pesada tarefa impõe c reconhecimento de quantos lhe compreendam o valor e o alcance. Da justeza e serena imparcialidade dos seus vereditos depende, em boa parte, a tranquilidade dos lares brasileiros e a segurança das instituições ameaçadas pela insania demolidora dos inimigos do regime.

Todas as providencias indispensaveis ao bom e rapido funcionamento do Tribunal de Segurança Nacional foram tomadas em tempo, e sobre a marcha dos seus trabalhos transcrevemos, a seguir, a informação prestada pelo seu meritissimo Presidente:

"Até a presente data, pela Procuradoria junto a este Tribunal, foram ofere-

cidas 15 denuncias, 5 das quais em relação á insurreição deflagrada nesta capital, em 27 de novembro de 1935, cujo processo compõe-se de 46 volumes e as demais referentes a varios processos que dizem respeito ao movimento subversivo irrompido no Estado do Rio Grande do Norte, tambem em novembro de 1935. Encontram-se em andamento na Secretaria do Tribunal e na Procuradoria, observada a ordem cronologica da respectiva entrada, mais 227 processos, assim discriminados, de acôrdo ccm a sua procedencia: Distrito Federal, 29; Estado do Rio de Janeiro, 5; Minas, 1; Goiaz, 1; Mato Grosso, 2; Amazonas, 6; Pará, 12; Maranhão, 24; Piauí, 1; Ceará, 51; Rio Grande do Norte, 32; Paraíba, 4; Pernambuco, 15; Alagoas, 1; Sergipe, 1; Baía, 10; Espirito Santo, 2; São Paulo, 47; Paraná, 17; Santa Catarina, 6 e Rio Grande do Sul, 6. (Oficio do Presidente do Tribunal de Segurança Nacional, n. 108, de 24 de fevereiro de 1937.)

JUSTIÇA FEDERAL

Os trabalhos da Justiça Federal correram de forma normal, aumentados em diversas secções, de

numerosos processos oriundos do surto comunista de 1935, e já agora encaminhados ao Tribunal de Segurança Nacional.

A lei n. 323, de 26 de novembro, alterou a organização judiciaria na Secção de Minas Geraes, suprimindo uma das varas, e a de n. 368, de 30 de dezembro, criou uma 2ª Procuradoria Criminal na Secção do Distrito Federal, com atribuições, vencimentos, obrigações e vantagens da 1ª Procuradoria. Vagando um dos logares de procurador na Secção de Minas Geraes, a mesma lei suprimiu a respectiva Procuradoria, ficando a outra com os seus encargos, diminuidas as despesas sem prejuizo do serviço.

PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA

A Procuradoria Geral da Republica teve, dentro das atribuições da Constituição de Julho, as suas tarefas sensivelmente acrescidas, quer em consequencia de novos institutos, como o mandado de segurança, ou em razão dos feitos originados na legislação trabalhista.

Como era natural, resultou daí grande aumento no volume dos processos, conforme o demonstra a relação abaixo.

Ações ordinarias.....	135
» sumarias.....	3
» especiais.....	42
» rescisorias.....	2
» possessorias.....	11
Interditos proibitorios.....	2

Mandados de segurança	67
Desapropriações	53
Demarcação de terras	1
Nulidades de patente	4
Execuções de setença	4
Execuções de sentenças estrangeiras	2
Cartas de sentença	2
Exibições de livros	2
Acidentes no trabalho	28
Desquites	70
Anulações de casamento	5
Alimentos provisionais	2
Inventarios	3
Executivas por alugueis	75
Deposito em pagamento	27
Despejos	40
Sequestro	1
Falencias	8
Notificações	5
Protestos	120
Desistencias de protestos	2
Visitorias *ad perpetuam rei memoriam*	7
Cartas rogatorias	4
Cartas precatorias	225
Justificações	299
Executivos fiscais	25.479

A cobrança executiva da divida ativa da União, efetuada pelos quatro Procuradores da Republica, no Distrito Federal, atingiu a 2.327:365$800, sendo:

Imposto de industria e profissões	378:353$400
Imposto de renda	352:772$700
Consumo de agua por hidrometro	123:498$900
Taxa de aferição por hidrometro	3:858$400
Concertos de hidrometros	826$400
Taxa de pena dagua	228:692$300
Taxa de saneamento	241:451$500
Taxa adicional de 10 %	316$000
Imposto sonegado	10:071$600

Imposto de consumo e registo.....	15 :175$000
Multas por infração.....	102 :082$000
Multas da divida ativa.....	140 :777$900
Juros de móra.....	7 :044$900
Imposto sobre vendas mercantis....	2 :705$000
Emolumentos de registo.....	700$000

E' necessario, ainda, ressaltar que a esfera de ação da Procuradoria tende naturalmente a ampliar-se, desde que se consiga melhor articulação entre o Ministerio Publico e as repartições fazendarias.

As medidas mais aconselhaveis, nesse sentido, têm sido tomadas. Impõe-se, contudo, insistir pela coordenação dos elementos de que o Governo dispõe para defender os interesses do erario nacional, quando dependentes de ação judiciaria.

CONSELHOS PENITENCIARIOS

Os conselhos penitenciarios instituidos em todo o país pelo decreto n. 16.665, de 6 de novembro de 1924, continuaram a exercer sua atividade em materia de indulto e de livramento condicional. O Governo, na maioria dos casos, atendeu ás propostas apresentadas por esses orgãos, depois de minucioso estudo da situação pessoal de cada condenado.

Outros problemas de alcance social, como o da prevenção contra o crime e o da sua repressão, têm merecido a atenção do poder publico. Para melhorar e modernizar o nosso sistema penitenciario, insti-

tuiu-se, pelo decreto n. 24.797, de 14 de julho de 1934, o Selo Penitenciario e a Inspetoria Geral Penitenciaria.

Com os recursos provenientes do tributo, poderá o Governo executar programa desenvolvido em materia de instalações penitenciarias e de reeducação dos delinquentes recolhidos aos estabelecimentos penais.

JUSTIÇA ELEITORAL

A observancia da nova legislação continua sendo objeto de maior cuidado por parte do Governo e dos orgãos da Justiça Eleitoral. Tanto no que se refere á fiscalização dos pleitos, como aos julgados dos tribunais e incentivo ao alistamento, a ação da magistratura vem-se fazendo sentir de modo salutar.

A todos os departamentos da administração publica foram expedidas e reiteradas recomendações especiais sobre a exigencia de apresentação do titulo de eleitor aos que ingressem no serviço do Estado. Por sua vez, a Procuradoria Geral da Justiça Eleitoral, além de providenciar quanto á sanção penal dos recalcitrantes ás obrigações do Codigo Eleitoral, sugeriu ao Superior Tribunal, entre outras, as seguintes medidas, com o fim de

tornar mais eficiente a execução das leis eleitorais:

1. A Justiça Eleitoral no Acre precisa de uma organização a parte, por quanto os dispositivos do Codigo Eleitoral não se amoldam á organização judiciaria local, motivo por que quasi nunca funciona o Tribunal Regional.

2. O Tribunal Superior deve ter a faculdade de, a qualquer tempo, e não só nas epocas de apuração, dispensar os seus juizes e os dos Tribunais Regionais do serviço da justiça comum, quando houver acumulo de serviço eleitoral.

3. As multas eleitorais, justificações e demais atos procedidos perante juizes eleitorais devem ser pagas em selo especial, revertendo o seu produto para as despesas com a manutenção dessa justiça.

4. As certidões *ex-abundantia*, requeridas *verbo ad verbum*, embora para processos eleitorais, devem pagar aquele selo e bem assim as peças das cartas testemunhaveis além das indispensaveis.

5. A 4ª via do titulo eleitoral constitue uma fonte de fraudes; alega-se frequentemente, para obtê-la, *perda* do titulo, requerendo-se 4ª via, que é dada sem exame do primitivo processo de inscrição, donde resulta muitas vezes a substituição do verdadeiro eleitor por outro; desde que o pedido de substituição não seja por imprestabilidade do titulo, devidamente comprovada, e sim por perda, deve esta ser justificada, ou cobrar-se

uma *multa* para a expedição da 4ª via, concedida sempre nos mesmos autos da inscrição originaria.

JUIZO DE MENORES

O Juizo de Menores do Distrito Federal desempenha-se satisfatoriamente das tarefas a seu cargo. Em janeiro deste ano achavam-se internados, á sua ordem, 2.222 menores, 1.646 do sexo masculino e 576 do feminino; de 161 menores delinquentes processados, 11 foram julgados culpados; e dos processos civeis, em numero de 2.408, resultou a internação de 1.626 menores.

Cogita-se, presentemente, da ampliação e reforma dos institutos oficiais.

Em 1936 foi inaugurado e já está funcionando, na Escola Maternal Mello Mattos, mais um pavilhão com 80 leitos, que recebeu a denominação de GETULIO VARGAS, duplicando a lotação daquela util instituição.

Recentemente a Policia Civil, atendendo á sugestão do Juiz, criou um serviço de fiscalização e repressão á mendicancia de menores, com uma delegacia especial, que agirá em colaboração com aquele magistrado. Os menores abandonados serão enviados aos Patronatos Agricolas, instituições que precisam ser ampliadas.

A reforma da assistencia aos menores não alcançará os seus objectivos, si não fôr provida a judicatura de menores com os meios necessarios, aumentando-se a capacidade dos estabelecimentos já existentes, cu construindo-se novos, melhor dotados de aparelhagem.

Neste setor, é de justiça salientar a necessidade de coordenação da iniciativa particular com os poderes publicos.

Estão em começo ao obras do Instituto Profissional Getulio Vargas, com lotação para 1.000 menores, edificado pela "Obra de Assistencia aos Mendigos e Menores".

O Governc aprovou o regulamento para e execução do decreto n. 24.797, de 14 de julho de 1934, que criou o Selo Penitenciario, e o produto da sua renda será aplicado, tambem, á criação e manutenção de preventorios de menores e educandarios para os delinquentes.

Escola João Luiz Alves—Esta Escola, como reformatorio para menores delinquentes, deve apresentar os requisitos indispensaveis aos estabelecimentos do genero. Aparelhamento escolar adequado, metodos especiais de ensino, vida regular e condicionada á situação dos internados são condições indispensaveis para tomá-los uteis á coletividade.

Infelizmente a Escola João Luiz Alves não dispõe dos meios exigidos pela sua finalidade; e, sendo o unico reformatorio de menores existente na ca-

pital da Republica, necessario se faz dotá-lo de instalações apropriadas e completas. Funcionando em predios inadequado, exige reforma pelo menos parcial, e ainda a construção de pavilhões novos que venham aumentar a sua capacidade.

A construção de um pavilhão, para que possam ser distribuidos os menores após prévia seleção, é medida aconselhavel, não só para a conveniente fiscalização, mas tambem para a adoção de metodos eficazes de educação e aprendizagem profissional.

São recomendaveis, tambem, a instalação de um campo de jogos para cultura fisica, e de uma biblioteca selecionada para uso dos menores, elementos indispensaveis á obra meritoria de incorporação á sociedade dos que não tiverem outro amparo na existencia, além do que oferece o Estado.

INSTITUTO SETE DE SETEMBRO — Este estabelecimento, destinado ao abrigo de menores desamparados, funcionou, no ano ultimo, com a frequencia de 268 menores, dos quais 130 foram alfabetizados.

O Centro Clinico do Instituto prestou bons serviços, tendo sido internados e tratados em suas enfermarias, que estão perfeitamente aparelhadas, para mais de 200 menores, não se registando nenhum obito no decurso de 1936.

Durante o mesmo periodo, realizaram-se diversos melhoramentos e ampliações nas dependencias do Instituto.

ESCOLA 15 DE NOVEMBRO — A Escola 15 de Novembro, instituto padrão do ensino profissional, com a média anual de 500 alunos, necessita varios melhoramentos que vêm sendo gradativamente executados. A respectiva diretoria diligenciou e conseguiu fazer, no proprio estabelecimento, uma exposição pedagogica, de modo a pôr em evidencia a variedade dos trabalhos feitos pelos alunos nas oficinas de sapataria, tipografia, marcenaria, carpintaria, tornearia, mecanica e ferraria, merecendo destaque os de desenho artistico e industrial.

LABORATORIO DE BIOLOGIA INFANTIL — Inaugurado em séde propria, no dia 18 de julho de 1936, e dotado de completas e modernas instalações tecnicas, o Laboratorio de Biologia Infantil, que desde 1º de julho de 1935 iniciara os seus trabalhos, em séde provisoria, identificou, a partir de sua nova organização, 270 crianças abandonadas e delinquentes, de ambos os sexos, que foram tambem examinadas, sob o ponto de vista medico, psicologico e pedagogico, de sorte a permitir a internação, nos institutos de assistencia do Juizo de Menores, de acôrdo com as suas condições fisicas e morais.

Afim de preparar os funcionarios especializados para os seus serviços, foi instalado um anfiteatro com o material necessario e biblioteca, tendo sido realizada uma série de conferencias sobre questões gerais, além de um curso intensivo de serviços sociais

da infancia, com trabalhos praticos e visitas acompanhadas de relatorios e provas especiais, a que se submeteram 26 dos alunos inscritos.

Fundou-se a Associação Brasileira de Assistencia Social, com patrimonio proprio, constituido pelo saldo de verbas do Juizo de Menores e destinada a promover a coordenação das associações oficiais e privadas de assistencia a menores do Rio de Janeiro.

Funciona no Laboratorio a primeira classe para menores anormais, em cooperação com a Inspetoria Medico-Escolar do Distrito Federal, afim de permitir o aproveitamento de muitas crianças que continuam analfabetas, por condições especiais de deficiencia fisica ou mental.

INSTITUTOS DISCIPLINARES

Os institutos disciplinares existentes na Capital Federal estão longe de satisfazer ás exigencias da defesa social contra a criminalidade, pois se acham quasi todos instalados em velhos predios sem condições de higiene, sempre superlotados, maximé quando a ausencia de estabelecimentos destinados á reclusão de presos politicos obriga a justiça a conservar, ao menos no curso do processo, nos mesmos edificios os criminosos dessa categoria e os de direito comum.

Entre as varias soluções alvitradas, até aqui, acreditámos que a instituição do selo penitenciario venha resolver, de modo pratico, as dificuldades decorrentes dessa situação.

Contudo, no ano ultimo, foram numerosos os melhoramentos que o Governo procurou introduzir nos estabelecimentos penais.

A Casa de Correção fez trabalhar regularmente as suas oficinas e não se registou qualquer anormalidade no seu funcionamento durante o ano findo.

A Casa de Detenção teve, no mesmo periodo, movimento que excedeu, em muito, o dos anteriores. Para isso concorreram os motivos já expostos, e a impossibilidade de transferir maior numero de sentenciados para a Casa de Correção.

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

A Policia Civil do Distrito Federal, com as reorganizações por que tem passado, é hoje instituição á altura de uma capital como o Rio de Janeiro.

Da eficiencia dos seus serviços e dedicação do pessoal a que se acham confiados dizem bem os trabalhos de vigilancia e investigação que vem realizando sobre as atividades extremistas a partir de 1935.

Para que melhor se possa apreciá-los, terão relato especial, correspondente a cada um dos oito de-

partamentos que compõem a administração dos serviços policiais.

DIRETORIA GERAL DO EXPEDIENTE E CONTABILIDADE — Orgão central da administração, desempenhou as suas tarefas junto aos departamentos tecnicos com grande eficiencia.

Durante o ano findo teve um movimento global de 170.000 documentos, processou 1.077 naturalizações, expediu e visou 10.492 passaportes e fez a verificação de 1.378 cartas de chamadas, realizando outras tarefas necessarias de remodelação e modernização dos serviços.

DIRETORIA GERAL DE INVESTIGAÇÕES — Essa Diretoria enfeixa os serviços gerais de tecnica policial, que estão em franco progresso. No ano findo expediu 11.411 carteiras de identidade, 14.095 folhas corridas e 12.907 atestados. O Instituto Medico Legal realizou 9.073 pericias, 1.202 exames radiologicos e 1.274 necropsias. O Gabinete de Pesquisas Cientificas apresentou 4.769 laudos de pericias feitas em locais de sinistros, crimes e desastres, e exames de varia natureza. A Secção de Segurança Pessoal realizou 9.180 diligencias para descobrir o paradeiro de individuos foragidos ou necessarios ao esclarecimento de delitos.

A de Defraudações e Fiscalização interveiu em 866 casos, com resultados positivos em 850. Tambem agiu preventivamente obstando derrames de moeda fabricada no estrangeiro. A de Vigilancias e Capturas

efetuou 2.155 prisões, enviando á Casa de Detenção 1.189 delinquentes e executando 1.351 mandados da justiça para a prisão de delinquentes condenados. A Secção de Fichario de Crimes e Criminosos prestou 18.246 informações e identificou, para diversos fins, 18.642 pessoas.

Ainda, na Fiscalização de Hoteis e Ferrovias foram prestadas informações sobre 4.197 pessoas que se hospedaram nas 2.761 habitações coletivas, e, iniciando o serviço de identificação dos empregados domesticos, realizou, no primeiro mês, a entrega de 1.000 carteiras.

DIRETORIA GERAL DE COMUNICAÇÕES E ESTATISTICA — Esta Diretoria, tendo a seu cargo os serviços de engenharia e as oficinas, executou normalmente todas as ordens que lhe foram transmitidas.

As suas oito secções funcionaram com aproveitamento. A de Estatistica e Arquivo desempenhou as suas tarefas e pôde participar, de modo satisfatorio, na Exposição Nacional de Estatistica realizada em dezembro de 1936. A de Censura Teatral e Cinematografica fiscalizou os programas dos 92 estabelecimentos que exibem filmes, 5 teatros, 11 sociedades de radio, 2 circos, 4 *dancings*, 27 casas de diversões, 6 associações recreativas e 32 esportivas, que funcionaram regularmente durante o ano findo. A de Radio, Telegrafo e Telefone recebeu 17.622 telegramas, expediu 9.053, com o total de 1.356.573 palavras. A Assistencia Policial procedeu a 20.230

remoções, atendendo a todas as requisições que lhe foram feitas.

DELEGACIA ESPECIAL DE SEGURANÇA POLITICA E SOCIAL — Foram, no ano ultimo, muito apreciaveis os serviços da Delegacia de Ordem Politica e Social. A prevenção de motins e levantes, o trabalho de vigilancia, a destruição de focos de conspiração, a detenção de remanescentes do levante de Novembro constituem serviços de real merecimento, cujos resultados são sobejamente conhecidos. Os principais chefes e agentes comunistas nacionais e estrangeiros foram detidos e os trabalhos da delegacia vêm mostrando os intuitos e tentativas de reorganização dos inimigos do regime.

A par da ação empregada, convem salientar o aumento de serviço resultante das detenções e diligencias levadas a efeito. Basta dizer que só o inquerito remetido ao Tribunal de Segurança Nacional compõe-se de 42 volumes, com 12.000 folhas.

Além disso, o numero de inqueritos, buscas, prisões e identificações foi vultoso. Os prontuarios abertos elevaram-se a 3.037, sendo detidos 1.323 comunistas e apreendidos 47.630 boletins subversivos.

POLICIA MILITAR

A instrução individual e a do conjunto, visando o preparo dos quadros e da tropa, têm sido minis-

tradas com rigorosa observancia do programa estabelecido.

Em consequencia do estado anormal, resultante dos ultimos movimentos subversivos, atribuiram-se novos encargos á Policia Militar, o que determinou evidente aumento no serviço, acarretando diminuição de folga para os que permanecem arregimentados. De um modo geral, pode-se afirmar ser excelente o estado sanitario da tropa, si se considerar o serviço intensivo a que é obrigado o pessoal.

Com absoluta regularidade, o Serviço de Justiça se desobriga de todos os assuntos que, envolvendo materia criminal militar, lhe são afetos.

Pelo Corpo de Serviços Auxiliares foram feitos os indispensaveis e mais urgentes concertos e reparos nos quarteis e dependencias, com real economia e vantagem para os cofres publicos. Impõem-se, entretanto, em outros edificios da Corporação obras imprescindiveis á sua conservação.

CORPO DE BOMBEIROS

O Corpo de Bombeiros, destinado ao serviço de extinção de incendios em terra e no mar, bem como aos socorros á população nos casos de desabamentos e inundações, tem cumprido, rigorosamente, a finalidade para a qual foi criado. Assim é que, no ano findo, prestou ele 478 socorros diversos.

No mesmo periodo foram realizadas varias obras na corporação, entre as quais sobressaem as da conclusão da Estação de Vila Isabel e do proprio nacional do respectivo comandante; remodelação das lanchas *General Souza Aguiar*, *Capitão Benevenuto* e *Capitão Itacolomi*, todas do serviço de incendio, com os reparos de que necessitavam; construção de um pavilhão destinado ás instalações sanitarias para operarios; construção de um Gabinete de Identificação, em cimento armado, com todos os requisitos tecnicos, cobrindo uma área de 60 metros quadrados, com diversas divisões internas feitas de acôrdo com as exigencias do serviço, e conclusão da remodelação da oficinas. Todas as despesas com essas obras foram cobertas pela Caixa de Economias, por falta de verba orçamentaria propria. No intuito de tornar o ensino mais proveitoso, têm sido rigorosamente ministradas as instruções da profissão de bombeiro, de infantaria e de educação fisica, tanto aos oficiais como ás praças.

Conduzida com orientação racional, a educação fisica teve notavel desenvolvimento, concorrendo, decididamente, para a formação completa do bombeiro, no ponto de vista da robustez, em proveito proprio e no da profissão. As demais instruções, como sejam serviço de hidrantes, enfermeiros, telegrafistas e telefonistas, motoristas e operadores de radio foram ministradas com rigor e o maior cuidado.

IMPRENSA NACIONAL

Os serviços desse departamento decorreram normalmente.

Os recursos de que dispoz a administração foram os seguintes, no ano findo:

Pessoal e material.....	10.568 :800$000
Suplementação pedida.....	714 :350$000
Abono provisorio.....	1.431 :246$200
	12.714 :396$200
Receita ordinaria.....	12.857 :630$200
Receita extraordinaria.....	34 :522$000
Despesa.....	12.892 :152$200
Pessoal.....	8.830 :511$400
Material.....	2.954 :548$200
	11.785 :059$600
Superavit.....	1.107 :092$600

E' preciso considerar que, em 1936, foram os encargos do Estabelecimento acrescidos da quantia de 1.431:246$200, proveniente do abono provisorio concedido ao pessoal e, não fôra essa circunstancia, o *superavit* ainda seria mais elevado.

Comparando-se a receita e a despesa orçadas com a receita apurada e a despesa realizada, verificam-se os seguintes resultados:

Receita orçada.....	8.855 :000$000
Receita apurada.....	12.223 :396$900
Excesso.....	3.368 :396$900
Despesa orçada.....	12.714 :396$200
Despesa realizada.....	11.785 :059$600
Economia.....	929 :336$600

Da comparação acima se evidencia que a receita apurada superou de 3.368:396$900 a prevista, com o saldo de 929:336$600.

DEPARTAMENTO DE PROPAGANDA E DIFUSÃO CULTURAL

O Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, nos moldes em que foi criado, já presta excelentes serviços á causa publica. Carece, entretanto, de maiores recursos que lhe permitam ampliar o raio de ação, ainda muito limitado.

Recebendo correspondencia volumosa, num total de 124.065 unidades, entre cartas, oficios, livros, folhetos, cartazes, cartões-postais, circulares e artigos, dos quais 5.567 do interior e do exterior, a 118.498 expedidos, repartiu-a pelas suas secções da seguinte forma: 4.892 á Secretaria, 25.174 ao Radio e 99.220 ao Serviço de Imprensa.

Editou, ainda, 12 publicações, entre folhetos e livros, distribuidos gratuitamente pelo país.

A rêde de radiotelefonia foi ampliada com o concurso de 23 emissoras, perfazendo um total de 42 estações que irradiam, em onda longa e curta, os programas da "Hora do Brasil", que divulgou 848 temas de carater educativo, turistico, economico, politico e social. Fizeram-se, tambem, irradiações extraordinarias, no total de 94, a proposito

de acontecimentos salientes na vida nacional ou continental, sendo 23 em cinco idiomas, consagradas á VII Conferencia da Paz de Buenos Aires.

A secção de cinema incumbiu a censura de 2.235 cintas cinematograficas, das quais 574 de pequena metragem produzidas no Brasil.

A secção de imprensa teve o seguinte movimento:

Jornais brasileiros cadastrados.....	1.132
Jornais estrangeiros cadastrados.....	1.353
Notas distribuidas á imprensa do Distrito Federal.....	44.460
Notas distribuidas á imprensa do interior....	92.824
Fotografias distribuidas a diversos jornais..	1.935

Foi iniciado tambem um serviço de "Copyrights" de autores nacionais para 16 jornais americanos.

Impõe-se, apezar desses resultados, ampliar os trabalhos relativos á divulgação, sob os seus diversos aspectos.

No interior, torna-se necessario realizar uma obra inadiavel de educação civico-politica, reforçando o conhecimento do regime democratico e seu funcionamento, dando a conhecer, em toda a extensão do país, qual a orientação dos seus dirigentes e o alcance das medidas administrativas em curso.

Seria conveniente e oportuno iniciar essa tarefa ainda no corrente ano. O Governo da União

procurará entender-se, a respeito, com Estados e Municipios, de modo que, mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados aparelhos radio-receptores, providos de alto-falante, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem de idade, momentos de educação politica e social, informes uteis aos seus negocios e toda sorte de noticias tendentes a entrelaçar os interesses das diversas regiões do país.

A iniciativa ainda mais se recomenda, quando considerarmos o fato de não existir no Brasil imprensa de divulgação nacional. São diversas e distantes as zonas do interior, e a maioria delas dispõe de imprensa propria, veiculando apenas as noticias de carater regional. A' radiotelefonia está reservado o papel de interessar a todos por tudo quanto se passa no Brasil.

Constitue, portanto, medida urgente a reorganização do Departamento, em bases mais amplas, ligado a todos os orgãos da administração publica, auxiliando e dirigindo as campanhas de interesse publico, quer no setor educativo, economico ou politico.

Quanto á propaganda para o exterior, não é exagerado dizer que se torna imprescindivel, não apenas com o objetivo de atrair correntes turisticas, mas igualmente para que nos centros civilizados se tenha ideia exata do nosso país. Mesmo entre as nações com as quais mantemos intercambio eco-

nomico permanente e até secular, só em rodas restritas é o Brasil conhecido. Os juizos pejorativos e injustos. que por vezes aparecem em publicações estrangeiras, são, na maioria dos casos, obra mais de ignorancia que de má fé. Por isso mesmo é que se faz inadiavel uma campanha de largas proporções, capaz de orientar, no sentido dos nossos interesses, a simpatia e o justo apreço dos homens civilizados de qualquer nacionalidade.

O Governo pretende, dentro de breve tempo, submeter á consideração do Poder Legislativo um ante-projeto que possa servir de base a iniciativas de tamanho alcance e oportunidade.

DIRETORIA DE ESTATISTICA GERAL

Embora com encargos consideravelmente acrescidos em consequencia da criação do Instituto Nacional, essa diretoria não descurou de nenhum de seus inqueritos normais, tendo executado trabalhos estatisticos a prazos predeterminados, o que raramente acontecia entre nós.

Aliás, como todas as outras repartições federais de estatistica, formadoras do nucleo central do Instituto, a Diretoria foi levada a desenvolver invulgar atividade, não só para dar desempenho á incumbencia relativa á elaboração do *Anuario Estatistico do Brasil*, ano II, 1936, como tambem para cor-

responder, como lhe fosse possivel, no sentido de figurar na Exposição Nacional de Educação e Estatistica, inaugurada em 20 de dezembro ultimo.

Cumpre destacar, ainda, o concurso prestado pela Diretoria á Liga das Nações no começo do ano passado, atendendo prontamente a todas as solicitações dos departamentos tecnicos daquele instituto internacional, para a organização do *Annuaire Statistique de la Societé des Nations*, 1935-1936.

O registo civil, base da estatistica demografica, mesmo lacunoso, vem melhorando o respectivo serviço de informações, para cuja colheita foram expedidos, no ano findo, 126.764 exemplares de instrumentos de coleta, sendo 52.890 para nascimentos, 32.226 para casamentos e 41.648 para obitos, acompanhados de 20.780 envelopes de devolução. Pelas informações recebidas, com exclusão das relativas ao quarto trimestre, ainda incompleto, já se apurou o total de 45.703 registos, compreendendo 18.861 a nascimentos, 12.623 a casamentos e 14.219 a obitos.

COMISSÃO REVISORA

A Comissão Revisora, instituida pelo decreto n. 254, de 1° de agosto de 1935, está na fase final dos seus trabalhos.

Presidida pelo Ministro da Côrte Suprema, Dr. Bento de Faria, tem funcionado normalmente, em dependencia do Arquivo Nacional, com a presença de todos os seus membros, Srs. Eugenio de Lucena, Fernando Antunes, Armando Prado e Fernando Maximiliano Pereira dos Santos, os dois primeiros, respectivamente, Consultores Juridicos do Ministerio da Viação e da Justiça, e os outros, Procurador Geral e Curador de Orfãos da Justiça Local.

Durante o ano findo, realizou 66 sessões, nas quais emitiu 723 pareceres, pronunciando-se sobre a situação dos funcionarios dispensados e sugerindo uma remodelação dos oficios de justiça locais, afim de serem aproveitados em cargos equivalentes os serventuarios em favor dos quais se pronunciou favoravelmente.

CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO JUDICIARIO

Em julho de 1936, reuniu-se nesta capital o 1º Congresso Nacional de Direito Judiciario, promovido pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, ao qual deu o Governo, por intermedio do Ministerio da Justiça, inteiro apoio oficial, não só tendo em vista as suas finalidades patrioticas, como o cumprimento do art. 11 das Disposições Transitorias da Constituição Federal de 1934, para

o qual foram convidadas todas as corporações nacionais, interessadas, que se fizeram representar.

Os trabalhos do congresso, abrangendo valiosas contribuições culturais, e os debates das sessões serão publicados pela Imprensa Nacional ainda no correr deste ano.

CONGRESSO DOS CHEFES DE POLICIA

Realizou-se, de 20 de outubro a 5 de novembro de 1936, o 1º Congresso Brasileiro dos Secretarios de Segurança Publica e dos Chefes de Policia.

Convocado pelo Ministro da Justiça, com a presença dos Secretarios de Segurança e Chefes de Policia dos Estados, presidiu-o o Chefe de Policia do Distrito Federal.

Trabalharam quatro comissões, a saber: a primeira, incumbida de estudar os problemas relativos aos estrangeiros no Brasil, desde a entrada até a naturalização ou á expulsão, passando pelos casos de passaporte, carta de chamada e vistos de retorno, problemas turisticos e imigratorios; a segunda encarregou-se de tratar da parte de explosivos, inflamaveis, armas e munições, produtos quimicos e corrosivos e problemas a eles ligados, importação, comercio, redespacho, deposito, emprego no consumo, propriedade e uso de armas e munições; á terceira coube a tarefa de estudar a coordenação das me-

didas de repressão ao extremismo; á quarta a questão de organização policial.

O Congresso consubstanciou as suas conclusões num convenio, contendo 50 clausulas, a serem executadas imediatamente pelas varias policias estaduais e votou 62 resoluções que deverão ser introduzidas em leis federais, elaborando ainda um ante-projeto de lei de imigração e de naturalização, do ponto de vista da segurança publica.

ARQUIVO NACIONAL

O Arquivo Nacional procurou, por meio de varias publicações, desenvolver a sua atuação cultural, aumentando o intercambio com as instituições congeneres, nacionais e estrangeiras.

A sala de consultas continua procurada pelos investigadores da nossa historia.

O acervo de documentos foi enriquecido com o recolhimento de 35.680 autos de processos findos, e a biblioteca, especializada em historia, geografia e administração do país, teve o seu patrimonio aumentado por valiosas aquisições constantes de 604 volumes.

A organização dos serviços causou boa impressão aos visitantes, entre outros o diretor do departamento de classificação e distribuição do Arquivo Nacional de Washington, Dr. R. R. Hill.

Pelo aspecto material, seria util pensar em dotar o Arquivo de um predio construido especialmente para sua finalidade e localizado de acordo com a necessidade de resguardar os importantes documentos das suas coleções.

Para a comemoração do seu centenario, em principio de 1938, o Arquivo Nacional fará publicar um guia completo, contendo o historico da repartição e facilidades aos interessados para consulta de documentos.

DEPOSITO PUBLICO

O Deposito Publico continua a se reger pelo decreto n. 2.818, de 23 de fevereiro de 1898, o qual, entretanto, não consulta mais as necessidades do momento. Nova organização se recomenda com vantagens para a boa execução de seus serviços e proveito do erario publico.

O decreto n. 23.303, de 30 de outubro de 1933, alterando a forma de vencimento de prazo e consequente venda em leilão de bens em deposito, melhorou de muito o andamento dos processos respectivos. Hoje, esses bens já não permanecem ali, durante quatro e mais anos, como anteriormente acontecia. Seria oportuno tornar obrigatorio o deposito em todos os feitos em que a União seja autora, com o que luciariam as rendas publicas.

EXECUÇÃO DE LEIS E DECRETOS

Durante o ano de 1936, o Ministerio da Justiça teve oportunidade de promover a execução de leis e decretos, de importancia varia, conforme se verifica pela relação abaixo:

Lei n. 191, de 16 de janeiro — Regula o processo do mandado de segurança.

Lei n. 192, de 17 de janeiro — Reorganiza pelos Estados e pela União as Policias Militares, considerando-as reservas do Exercito.

Decreto n. 642, de 14 de fevereiro — Regula os dispositivos da lei n. 158, de 30 de setembro de 1935, sobre substituições.

Decreto n. 702, de 21 de março — Declara, pelo prazo de 90 dias, equiparada ao estado de guerra a comoção intestina grave em todo o territorio nacional.

Decreto n. 756, de 20 de abril — Aprova o regulamento que estabelece as normas a que deve obedecer o funcionamento do Serviço de Identificação Profissional.

Decreto n. 780, de 28 de abril — Cria a comissão permanente da fiscalização de entorpecentes.

Decreto n. 789, de 3 de maio — Suspende as restrições impostas ás imunidades parlamentares em consequencia da equiparação ao estado de guerra da comoção intestina grave em todo o territorio nacional.

Decreto n. 823, de 19 de maio — Eleva a 90 e

30 dias os prazos a que aludem os arts. 11 e 12 do decreto n. 254, de 1º de agosto de 1935.

Lei n. 204, de 22 de maio — Cria o serviço taquigrafico da Côrte Suprema.

Decreto n. 853, de 26 de maio — Declara extinta a Comissão Permanente de Codificação de Direito Internacional Publico, criada pelo decreto n. 20.453, de 29 de setembro de 1931.

Lei n. 207, de 27 de maio — Dá a denominação de chefes de portarias aos porteiros de varias repartições.

Lei n. 208, de 27 de maio — Regula a licença de funcionarias casadas com funcionarios publicos civis e militares.

Decreto n. 859, de 27 de maio — Altera o regulamento da Policia Civil do Distrito Federal.

Decreto n. 881, de 5 de junho — Decreta a intervenção federal no Estado do Maranhão.

Decreto n. 915, de 21 de junho — Prorroga por 90 dias o estado de guerra.

Lei n. 227, de 21 de julho — Revoga a lei n. 45, de 10 de maio de 1935 (fixa o quadro da Secretaria do Senado Federal e os respectivos vencimentos).

Lei n. 244, de 11 de setembro — Institue o Tribunal de Segurança como orgão da justiça militar para funcionar no Distrito Federal sempre que fôr decretado o estado de guerra.

Decreto n. 1.100, de 19 de setembro — Prorroga por 90 dias o estado de guerra.

Lei n. 252, de 22 de setembro — Prorroga o prazo para o registro civil de nascimentos.

Lei n. 256, de 28 de setembro — Regula as nomeações e promoções da justiça local do Distrito Federal.

Lei n. 267, de 6 de outubro — Exonera a Prefeitura do Distrito Federal da contribuição destinada ao pagamento dos vencimentos do juiz substituto dos Feitos da Fazenda Municipal.

Lei n. 304, de 16 de novembro — Estabelece novas normas sobre as regalias de cartas de provisionados, solicitadores e o exercicio dessas profissões.

Lei n. 319, de 25 de novembro — Regula o recurso das decisões finais das Côrtes de Apelação e de suas Camaras.

Lei n. 323, de 26 de novembro — Altera a organização judiciaria na Secção de Minas Gerais.

Decreto n. 1.259, de 16 de dezembro — Prorroga por mais 90 dias o estado de guerra.

Lei n. 357, de 29 de dezembro — Modifica a redação dos arts. ns. 70 e 71 do decreto 24.153, de 23 de abril de 1934 (custas de juizes e representantes do Ministerio Publico).

Lei n. 366, de 30 de dezembro — Dispõe sobre a organização administrativa do Territorio do Acre.

Lei n. 368, de 30 de dezembro — Cria uma segunda procuradoria criminal no Distrito Federal.

Foram declaradas de utilidade publica seis instituições e concedidas 14 medalhas de distinção, sendo duas de primeira classe e 12 de segunda classe.

Expediram-se 1.153 decretos de naturalização.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

AS atividades compreendidas no setor desta Secretaria de Estado tiveram desenvolvimento bastante acentuado, no decorrer dos ultimos anos.

Acontecimentos excepcionais, de que participamos, diretamente, obrigaram a Chancelaria Brasileira a manter uma atuação de reconhecida relevancia, perfeitamente á altura das suas tradições mais brilhantes.

Cumpre destacar, nessa fase profiqua da nossa politica exterior, o trabalho do ex-titular da pasta, Embaixador José Carlos de Macedo Soares. Sempre devotado á delicada missão que lhe estava confiada, conduziu com inteligencia e acerto as negociações de grande responsabilidade, que assinalam etapas decisivas da nossa cooperação para consolidar a obra de paz e bôa harmonia nas relações continentais.

CONFERENCIA INTERAMERICANA DA PAZ

Facilitando os nobres intuitos que sempre presidiram as nossas atividades internacionais no

continente, registou-se, em 1936, o acontecimento de mais ampla significação dos ultimos anos, constituido pela visita do Senhor Franklin Roosevelt, presidente reeleito da União Americana, e personalidade de projeção mundial, não só pelo mandato de que estava investido, como ainda pela sua obra de estadista, renovadora e sadia, inspirada em altos ideais de solidariedade humana. O povo brasileiro acolheu essa visita com manifestações de excepcional regosijo, evidenciadoras da mutua e inalteravel estima existente entre as duas nações.

A viagem do Presidente Franklin Roosevelt não significou apenas um ato de cortezia internacional; ficou assinalada como uma iniciativa direta em beneficio da harmonia continental. Convocada sob o alto patrocinio do Governo Americano, a Conferencia para a consolidação da paz, instalada em Buenos Aires, trouxe os resultados previstos, reunindo os representantes das nações americanas, entre os quais o proprio Presidente Roosevelt, que dirigiu pessoalmente os trabalhos da sessão inaugural.

Solidarios, desde o primeiro momento, com a nobre iniciativa, emprestamos-lhe colaboração decidida, que se concretizou no apoio dado ás resoluções, recomendações, convenções, tratados e protocolos ali aprovados.

SOLUÇÃO DO CONFLITO DO CHACO

Depois de negociações lentas e delicadas para dar uma solução satisfatoria ao conflito entre o Paraguai e a Bolivia, tendo por causa os limites da região chaquenha, completou-se a obra pacificadora, com o acôrdo para a troca dos prisioneiros.

Removida essa ultima dificuldade, que por mais de uma vez parecera intransponivel, ameaçando sacrificar os esforços empreendidos pelas delegações conciliadoras, conseguiu-se coroar o exito da empresa com o restabelecimento das relações diplomaticas entre os dois países.

RECONHECIMENTO DE NOVOS GOVERNOS

Vitorioso o movimento revolucionario verificado no Paraguai em fevereiro de 1936, o Governo constituido manteve todos os compromissos internacionais, inclusive os decorrentes dos protocolos assinados em Buenos Aires, a 12 de janeiro de 1935 e 21 de janeiro de 1936, para a solução do conflito do Chaco.

Diante desse fato e das condições internas garantidoras da estabilidade do regime instituido, resolveram, de comum acôrdo, as nações mediadoras

reconhecer o novo Governo, por meio de notas distintas entregues na mesma ocasião pelos respectivos chefes de missão.

Movimento semelhante ocorria, pouco depois, na Bolivia, assumindo a direção dos negocios publicos uma junta civil e militar, ulteriormente substituida por uma autoridade unica. Ratificadas pelo Governo Revolucionario as declarações feitas de inicio pela referida junta, que aceitou, integralmente, os compromissos relativos á solução do litigio do Chaco, seguiu-se identico reconhecimento.

As relações do Brasil com o Paraguai e a Bolivia continuam revestidas do mesmo carater de perfeita cordialidade, acrescidas, ainda, de maior confiança, pela atuação imparcial e serena dos representantes brasileiros, no decurso das longas negociações de que resultaram os atos pacificadores de janeiro de 1935 e 1936.

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Os trabalhos relativos á caracterização de fronteiras desenvolveram-se, durante o ano de 1936, com perfeita normalidade.

Nas Guianas britanica e neerlandesa estiveram em atividade, juntamente com as comissões in-

glesa e holandesa, tres turmas brasileiras, tendo ficado demarcado o divisor de aguas Amazonas-Courantyne, com a Guiana britanica, desde o ponto de trijunção das duas Guianas com o Brasil até as cabeceiras do rio Aramatau, afluente do Kutari, numa extensão aproximada de 25 quilometros; nos limites com a Guiana neerlandesa foram levantados 220 quilometros no divisor da fronteira, desde o referido ponto de trijunção até as nascentes do rio Cuiegú, afluente do Parú de Oeste.

Pelas comissões brasileira, britanica e neerlandesa, fixou-se o ponto de trijunção das tres fronteiras e elevado o respectivo marco.

Construiram-se nove marcos na fronteira com a Guiana inglesa e 24 na holandesa.

Além desses serviços da caracterização, foram executados levantamentos topograficos no rio Marapi, formador do Erepecurú, numa extensão de 283 quilometros e 23 outros nos dos rios Parú de Oeste e Curupirú.

Ficaram determinadas, por observações astronomicas, as coordenadas geograficas dos marcos levantados na linha divisoria, bem como de muitos outros pontos dos rios Erepecurú, Maraí e Parú de Oeste, para a devida correção do levantamento topografico.

As comissões atuam num ambiente de perfeita cordialidade, concorrendo isso para o rapido andamento que os trabalhos vêm tendo,

sem embargo do dificil acesso e insalubridade das vias de comunicação daquelas regiões fronteiriças.

O ano de 1936 ficou assinalado pela terminação, no terreno, da demarcação e caracterização das fronteiras com a Colombia, de acôrdo com os ajustes internacionais.

A Comissão Mixta viu retardados os seus trabalhos em consequencia das frequentes dificuldades de interpretação e discordancias no texto dos tratados com a realidade geografica, as quais, por sua indole, tiveram que ser resolvidas entre os dois governos diretamente.

Felizmente, para nós, tivemos sempre reconhecidos como justos e procedentes, pela lealdade e correção do Governo de Bogotá, os pontos de vista brasileiros, sendo que, no caso do Macacuní, fomos os primeiros em proclamar o acerto da tese pela qual todas as correntes desse rio deviam ficar em territorio colombiano.

Esses fatos são dignos de referencia, por significarem o encerramento de questões delicadas, por isso que seculares e oriundas de controversias desde as epocas coloniais.

Foram construidos 14 marcos de limites, entre os quais o da cabeceira do Taraíra, e levantados cerca de 1.600 quilometros de rios e áreas, tanto sobre a fronteira como nas zonas brasileiras a ela atinentes.

Os trabalhos de cartografia já foram iniciados e relatados em ata especial, na conformidade do artigo 9º do acôrdo concluido em Bogotá, por troca de notas datadas de 7 e 12 de março de 1930. Estando concluida a definição da fronteira, resta agora o entendimento solene entre os dois Governos para a sua aprovação final.

Na fronteira com o Paraguai foram determinadas as posições geograficas do marco brasileiro da confluencia do rio Estrela com o Apa; do pilar em Cerro Torin e dos marcos das cabeceiras dos rios Igatemí e Ibicuí. A poligonal de precisão atingiu o marco das cabeceiras do Ibicuí, onde ficou amarrada, estando, assim, definidas as coordenadas das serras de Amambaí e Maracajú, desde o referido marco de Ibicuí até as cabeceiras do Estrela. Essa poligonal abrange 126^{km}, 658.

Para a realização desse trabalho, foram abertos quasi 50 quilometros de picada, nas matas que cobrem a região.

Está ultimado o projeto de caracterização do trecho da fronteira nas cidades de Ponta-Porã e Pedro Juan Cavallero.

Na fronteira com o Uruguai, foi assinada a relação dos valores numericos das caracteristicas dos 1.044 marcos construidos nas cochilas de Sant'Ana e Haedo, o que foi registado e solenemente aprovado com a ata da 17ª Conferencia dos Delegados Chefes das duas Comissões.

INTERCAMBIO COMERCIAL

A intensa mobilidade do quadro internacional no momento, as mudanças de politica comercial de varios povos, cujas necessidades se transformam celeremente, obrigam a manter constante atividade e vigilancia afim de acompanharmos as alterações tarifarias dos nossos principais clientes e as flutuações do intercambio, reajustando a nossa balança mercantil, de modo a garantir, pelo menos, a situação conquistada nos grandes mercados consumidores do exterior.

Por esses e outros motivos de relevancia, tomou-se a iniciativa constante do decreto n. 552, de 30 de dezembro de 1935, que mandou rever e atualizar todos os nossos convenios comerciais.

Em principios do ano findo, após a denuncia dos acordos existentes, tratou-se, sem perda de tempo, de examinar as bases de novos entendimentos com os países europeus, visto que fôra concluido com exito o tratado com os Estados Unidos da America.

Conseguiu-se a assinatura de um protocolo adicional com a França, em que as partes contratantes se concedem o tratamento mutuo de nação mais favorecida, obtendo-se ainda a melhoria das quotas para os produtos brasileiros sujeitos a contingentamento.

Com a Alemanha, Austria, Belgica, Dinamarca, Espanha, Hungria, Holanda, Noruega, Portugal, Suecia e Suiça firmamos convenios provisorios, denunciaveis dentro de curto prazo, condicionados á clausula de nação mais favorecida.

Dentro de pouco, entretanto, esses acordos terão expirado e já se estudam as novas bases para a conclusão de outros, acompahando de perto as mudanças de situação dos países daquele continente.

Em Londres, continuam as negociações para a conclusão do novo acôrdo com a Grã Bretanha e estudam-se, cuidadosamente, as estipulações referentes aos Dominios e possessões de "self-government" com as quais mantemos constante e vultoso intercambio.

Por outro lado, aproximando-se a epoca prevista para revisão do esquema de pagamento da divida externa, não podemos perder de vista que os nossos tratados comerciais precisam ajustar-se á necessidade de dispormos dos saldos suficientes para atender os compromissos a assumir, muito embora tenham eles de ser convenientemente reduzidos.

Temos, ainda, de noticiar, com satisfação, a recente visita da Missão Economica Neerlandesa, com a qual iniciamos negociações auspiciosas e que, dentro em breve, serão ultimadas, com evidentes vantagens para o Brasil e para a Holanda.

O Governo continua a dispensar constante atenção á nossa politica economica e fará, quanto for possivel, para defender os interesses nacionais e impulsionar o desenvolvimento das trocas mercantis, dentro do quadro das necessidades gerais do país.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES

Durante o ano de 1936, o Brasil participou dos trabalhos dos orgãos tecnicos da Sociedade das Nações, cooperando, direta ou indiretamente, nos seus grandes inqueritos de natureza social e economica.

Na qualidade de aderente á convenção internacional de Genebra, de 1931, para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, colaborou, tambem, ativamente, na campanha promovida contra o trafico do opio e de outras drogas nocivas.

Continuando a pratica iniciada em 1932, enviou ao Secretariado da Sociedade, para fins de registo, varios atos internacionais, cumprindo, assim, o art. 18 do Pacto, que condiciona a validez dos tratados a essa formalidade.

REPARTIÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Sem solução de continuidade, temos mantido contracto e cooperação com esse importante orgão

tecnico da Sociedade das Nações. Desde 1931, fazemos parte do seu Conselho de Administração, e, em 1936, participamos das suas quatro reuniões regulares e de Conferencia anual, realizada em junho, á qual enviamos uma delegação completa, com a representação do Governo, dos empregadores e dos trabalhadores.

No ano findo, o Brasil ratificou as seguintes convenções do trabalho:

a) Convenção fixando a idade minima de admissão dos menores no trabalho maritimo.

b) Convenção relativa ao trabalho noturno das mulheres.

c) Convenção relativa ao exame medico obrigatorio das crianças e menores empregados a bordo dos navios.

d) Convenção concernente á indenização das molestias profissionais.

CÔRTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL

Outra resolução digna de referencia especial foi a ratificação do Protocolo de Revisão do Estatuto da Côrte de Haia, assinado em Genebra, em 1929.

O estatuto, a que o Brasil acaba de aderir, contém novas disposições sobre eleições de juizes, as quais se realizam, simultaneamente, no Conselho

e na Sociedade das Nações. Contrariamente ao anterior, permite a Estados não membros participar das eleições que se realizarem, até 1940, para o preenchimento de vagas, na Côrte, votando tanto na Assembleia, como no Conselho. Dessa prerrogativa já nos utilizamos, tomando parte na eleição de outubro do ano passado.

CÔRTE PERMANENTE DE ARBITRAGEM

Como parte contratante da Convenção de Haia, de 1907, para a solução pacifica dos conflitos internacionais, continuamos representados por quatro juizes na Côrte Permanente de Arbitragem. Em 1936, foram renovados, por um periodo de seis anos, os mandatos dos membros brasileiros, Drs. Alfredo Bernardes da Silva e Francisco Mendes Pimentel, que, juntamente com os juristas Clovis Bevilaqua e Prudente de Morais Filho, integram a nossa representação.

SERVIÇO DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL

O Serviço de Cooperação Intelectual, criado de acôrdo com os principios estabelecidos pela Sociedade das Nações e as determinações do Instituto

Internacional de Cooperação Intelectual, com séde em Paris, prosseguiu nos seus trabalhos.

E' de esperar que, do seu desenvolvimento, resultem beneficios efetivos para o Brasil, correspondendo ao cuidado que o Governo vem dispensando ao assunto.

Assim, por seu intermedio, acompanhamos os trabalhos preparatorios da Conferencia de Altos Estudos Internacionais, a realizar-se, em Paris, no corrente ano.

Devemos mencionar, ainda, a participação do Brasil no Congresso da Educação Musical, que se reuniu, em Praga, e a Missão Cultural enviada ao Uruguai.

CONFERENCIA AMERICANA DE RADIO-COMUNICAÇÕES

De acôrdo com o resolvido na primeira Conferencia Sul-americana, Regional, de Radiocomunicações, reunida, na cidade de Buenos Aires, em março de 1935, o Governo do Brasil expediu, no devido tempo, os convites a todos os países sul-americanos solicitando o comparecimento de suas delegações á segunda Conferencia a realizar-se no Rio de Janeiro, em junho proximo.

A comissão organizadora dessa Conferencia já elaborou todas as proposições tendentes á revisão

do Acôrdo, de Buenos Aires, encaminhando-as aos departamentos competentes, para seu prévio exame.

Em obediencia ás normas gerais estabelecidas pela Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada em Madrid, no ano de 1932, e de que o Brasil é parte contratante, os países sul-americanos, por intermedio dessas assembleias periodicas, procuram regular, dentro do ambito regional, todas as modalidades de melhor aproveitamento para a canalização das ondas emissoras e maior eficiencia dos serviços publicos e das atividades do radioamadorismo.

VISITANTES ILUSTRES

Foram numerosas as visitas que recebemos de ilustres personalidades estrangeiras de grande projeção no cenario politico internacional.

E' de se destacar a presença, entre nós, em julho do ano passado, do Senhor Fernando Maurette, sub-diretor da Repartição Internacional do Trabalho, de Genebra. Veiu ele estudar a situação dos trabalhadores no Brasil, as possibilidades que o nosso país oferece aos imigrantes e as condições, atuais da nossa economia.

Pelos relatorios apresentados pelo Sr. Maurette, o primeiro Conselho de Administração do Bureau Internacional do Trabalho sobre as questões de

imigração e colonização, e o segundo sobre os aspectos sociais do desenvolvimento economico do Brasil, sente-se a otima impressão que lhe causou o nosso país.

Tambem visitaram o Brasil, no decurso do ano de 1936, entre outras personalidades, o Cardeal Copello, arcebispo de Buenos Aires; o Professor Vittorio Putti, Diretor do Instituto de Ortopedia da Italia; o Almirante Eleazar Videla, Ministro da Marinha da Nação Argentina; o Ministro japonês Noakichi Matzama; o Doutor Cesar Charlone, Ministro da Fazenda do Uruguai; o Senhor Alexandre Wedell, Embaixador americano em Buenos Aires; o Ministro Enrique Finot, Chanceler da Republica da Bolivia; o Doutor Augusto Cesar Bado, Ministro do Interior do Uruguai; o Chanceler Carlos Saavedra Lamas, Ministro das Relações Exteriores da Republica Argentina; o Professor Nicolas Politis, Ministro da Grecia, em Paris; o Senhor Cordell Hull, Secretario de Estado dos Estados Unidos da America do Norte; o Doutor Jorge Soto del Corral, Ministro das Relações Exteriores da Colombia; Monsenhor Cortesi, Nuncio Apostolico de Buenos Aires; o Senhor Gustavo Schalloterer, Diretor Geral do Ministerio de Economia da Alemanha; e os escritores Georges Duhamel, Stefan Zweig, Emil Ludwig e João de Barros.

MINISTERIO DA GUERRA

OS lutuosos acontecimentos de novembro de 1935 em nada prejudicaram a execução dos programas de preparo profissional das forças de terra. Reprimidas as tentativas de rebelião extremista, nos dois unicos focos em que traiçoeiramente se localizaram, afim de agir com maior surpreza e violencia, restava, apenas, reparar o abalo moral, e esse mesmo não pôde perdurar, desaparecendo logo, em consequencia da energica e pronta reação oposta aos sediciosos, com a solidariedade e o apoio irrestrito de toda a Nação.

Cumprido com exemplar devotamento o dever de resguardar a integridade da Patria e as instituições, o Exercito retomou o ritmo dos seus trabalhos de preparação e encerrou as atividades de 1936 com o espirito de disciplina fortalecido e justamente prestigiado pela crescente confiança que nas suas reservas de valor e civismo depositam todos os bons brasileiros.

Infelizmente, os grandes encargos civis da União e as suas pesadas responsabilidades externas

não permitiram ao Governo dispôr dos recursos que se fazem necessarios para colocar o aparelhamento material das forças armadas em nivel correspondente ao do seu preparo tecnico e cultural. Não se tem poupado, ainda assim, esforços com o fim de corrigir, na medida das possibilidades, as deficiencias materiais de maior urgencia.

Com uma organização que se aperfeiçoa progressivamente, o Exercito mantem-se fiel aos seus objetivos e tradições, constituindo o mais forte nucleo de coesão com que a Nacionalidade pode, a qualquer momento, contar para sua segurança e defesa.

I

ORGANIZAÇÃO MILITAR

Assinalámos, com o devido relevo, na Mensagem anterior, as leis de recente elaboração destinadas a reestruturar, sob moldes mais perfeitos, a organização das forças de terra. Circunstancias ponderosas impediram, entretanto, dar-lhes plena execução. Algumas demonstraram dificuldades muito grandes de aplicação; outras somente comportavam, no momento, execução parcial. Todas, porém, trouxeram a convicção geral de atender ás necessidades

atuais e futuras da nossa organização militar. Para manter os objetivos visados, adotou-se o criterio de uma revisão capaz de aproveitar as experiencias feitas, respeitando os pontos fundamentais e as diretrizes da reforma elaborada.

A lei do Serviço Militar, basica, é anterior á Constituição de Julho. Necessitava, por consequencia, urgente readaptação, de modo a enquadrar-se nas circunstancias novas e no mecanismo legal recem-criado. Para esse fim, já foi constituida uma comissão, presidida por um oficial general, com representação do Ministerio da Marinha.

A lei de promoções, considerada tambem de base, não pôde ser executada. Encontrou insuperaveis obstaculos, quer advindos de praxes consolidadas, quer de acontecimentos eventuais, e ainda das deficiencias dos quadros do oficialato. Direitos adquiridos que não podiam ser anulados, ausencia de possibilidades materiais, necessidades prementes do serviço e exigencias da ordem interna e de carater orçamentario concorreram, paralelamente, para agravar as dificuldades apontadas. Elaborou-se, por isso, um substitutivo, com as modificações aconselhaveis, logo enviado como anteprojeto ao Poder Legislativo, onde pende de aprovação.

Tambem a lei do ensino militar vem sendo revista, e, nessa tarefa, empenham-se os representantes do Estado Maior.

II

INSTITUTOS DE ENSINO MILITAR

Neste setor da preparação militar as numerosas reformas, as frequentes reorganizações dos institutos, as modificações de regulamentos e programas constituem fatores negativos a eliminar. Tornando instaveis as atividades escolares, retiram-lhes o estimulo e trazem quasi sempre, para o ensino, mais dano que proveito.

Entre os remedios apontados para corrigir tais inconvenientes, lembra o Estado Maior do Exercito a criação de uma Diretoria Geral do Ensino, ressaltando que essa providencia, além de proveitosa aos proprios serviços, concorrerá para a especialização da materia e assegurará a continuidade que se faz necessaria na sua orientação.

A experiencia tem demonstrado, tambem, que a instabilidade acima apontada ainda é mais prejudicial, no que diz respeito á formação de quadros. Assim, das quatro escolas de armas que funcionavam autonomas, voltou-se á situação anterior, dos primeiros tempos da Missão Militar Francesa, quando existia uma unica, juntando-se-lhe a Escola de Cavalaria, que, mesmo antigamente, gozara de proveitosa autonomia. Ocorre, ainda,

que da Escola de Cavalaria foi conservado apenas o curso especial de equitação, junto ao Regimento Andrade Neves.

Da mesma fórma, no ensino médio militar notam-se senões, que exigem pronta correção. Os dois colegios, do Ceará e de Porto Alegre, muito afastados da Chefia do Estado Maior, carecem da visita anual e presença de um inspetor, capaz de orientar o ensino e aumentar-lhe a eficiencia. Por isso mesmo, é pensamento do Estado Maior transformá-los em Escolas Preparatorias. Quanto ás Escolas do Estado Maior e Escola Tecnica, já atingiram alto grau de aproveitamento e prestam á corporação inestimaveis serviços.

Para sanar as falhas constatadas, não será possivel dispensar, sem duvida, a ação orientadora e fiscalizadora do novo orgão, cuja criação foi sugerida pelo Estado Maior do Exercito.

Outro aspecto a merecer reparos é a situação do magisterio militar. A multiplicidade de disposições e uma legislação complexa em excesso tornaram oportuna a elaboração de um projeto, ainda em exame, capaz de simplificar os quadros, melhorando-lhes a posição.

III

MISSÕES ESTRANGEIRAS E INSTRUÇÃO DA TROPA

De acôrdo com a situação das nossas forças, e atendida a opinião favoravel dos circulos militares, renovaram-se, por mais dois anos, os contratos com as Missões Francesa e Norte Americana. A primeira vem proporcionando evidentes beneficios ao ensino das escolas e instrução da tropa; a segunda, valiosa assistencia ao Centro de Instrução de Artilharia de Costa e na Escola Tecnica.

Os resultados praticos da atuação dessas missões estão aparecendo com a ligação entre as regiões militares e o Estado Maior, que se processa rigorosamente por intermedio dos Inspetores de Grupo. O sistema adotado quanto ás diretrizes antecipadas dos trabalhos que serão exigidos, quer em estabelecimentos de ensino ou unidade, muito concorre para o aperfeiçoamento profissional da tropa.

No ano ultimo, esgotaram-se as edições de alguns regulamentos e outros novos foram considerados necessarios, e, para preencher tais falhas, o Ministerio da Guerra e o Estado Maior tomaram as medidas necessarias. Tambem não houve oportu-

nidade para concentrações e manobras de massa, salvo na 3ª Região, onde foi possivel reunir grandes efetivos. Nessa, realizaram-se os exercicios regulamentares para o ano de instrução de 1936/37, dando-se maior desenvolvimento ás manobras de cavalaria.

IV

FORMAÇÃO DE RESERVAS

Tratando de materia tão importante, não podemos deixar de reconhecer a precaria e defeituosa formação de reservas treinadas, visto que a Lei do Serviço Militar, muito antiga, de modo algum corresponde ás necessidades atuais do Brasil.

E' de esperar, por conseguinte, que a reforma em estudo, pela comissão disso incumbida, concorra para modificar a situação, instituindo regime mais apropriado á organização e preparo dos quadros de reservistas das diversas armas, inclusive aviação, que passará a ter um Curso de Preparação de Oficiais da Reserva, de acôrdo com o projeto já enviado ao Poder Legislativo.

V

ORGÃOS DE DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Tiveram atividade intensa e produtiva os orgãos de direção e administração, conforme passamos a referir.

ESTADO MAIOR DO EXERCITO — O Estado Maior do Exercito, supremo coordenador e orgão de execução da doutrina de guerra, desempenhou-se com otimos resultados dos seus serios encargos.

Obediente aos principios que o orientam, colaborou com o Ministerio na solução de todos os problemas que interessam á defesa nacional e ao progresso do Exercito.

INSPETORIAS DE GRUPOS DE REGIÃO — O exame direto e local dos inspetores de grupos muito concorreu para a realização das tarefas distribuidas pelo Estado Maior do Exercito, em combinação com o Ministerio. As viagens de inspeção serviram, de modo evidente, para corrigir falhas, suprir deficiencias e estimular a preparação da tropa.

DEPARTAMENTO DO PESSOAL — Os seus serviços têm funcionado com apreciavel regularidade e com os processos praticos adotados aumentaram de rendimento. O Boletim do Exercito, o Gabinete de

Identificação, o Almanaque dos oficiais e o Anuario dos sub-oficiais, bem como os fichariios da oficialidade, continuam atendidos e em dia.

INSPETORIA DE DEFESA E ARTILHARIA DA COSTA — Este serviço, ainda recente, pois foi instituido pelo decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934, vem demonstrando o quanto se fazia necessario num país de vasto litoral, como o nosso. Em dois anos de trabalho, sob a chefia dos tecnicos americanos contratados na epoca da sua criação e que continuam a prestar-lhe o concurso da sua experiencia, já foram preparados os quadros necessarios ao desenvolvimento do plano de defesa do litoral, em suas grandes linhas.

DIRETORIA DO MATERIAL BELICO — Não obstante as dificuldades de ordem financeira, não se tem descuidado a provisão desse importante departamento. As fabricas existentes de longa data, algumas das quais ampliadas, bem como as de recente instalação, trabalham com rendimento compensador, procurando ao mesmo tempo melhorar as condições tecnicas e a aprendizagem especializada dos seus operarios.

O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, com os aperfeiçoamentos que tem recebido, aumentará, decerto, a sua produção, e, em breve, poderá satisfazer as necessidades normais do consumo de material. O do Rio Grande do Sul, substituidas recentemente as suas maquinas antiquadas por

unidades eletricas e mudado de localização, tambem irá concorrer para melhorar o abastecimento da tropa.

As fabricas de polvora da Estrela e Piquete, a primeira, com instalações antiquadas e a segunda, provida de equipamento moderno, não atingiram ainda a produtividade esperada, devido á escassez de recursos e á falta de maior numero de tecnicos. A fabrica de cartuchos de infantaria, de produção insuficiente para as necessidades do Exercito em tempo de paz, carece, por sua vez, de maquinismos e de pessoal especializado para atender ao trabalho que lhe é exigido. Quanto aos novos estabelecimentos, entre os quais se contam as fabricas de projetis de artilharia, de canos e sabres, de mascaras contra gazes e a de viaturas, apresentam resultados compensadores.

Não é demais dizer que a administração se preocupa constantemente com a situação precaria desses estabelecimentos, empenhada em aparelhá-los de maneira que possam preencher as suas finalidades.

Não devemos esquecer, entretanto, que o desenvolvimento das nossas industrias militares, ainda incipientes, se acha na dependencia da criação da siderurgia nacional. Sem essa base, os problemas correlatos, que compreendem a organização da metalurgia, a formação de tecnicos e operarios especializados e tantos outros de igual importancia, não podem ser resolvidos.

DIRETORIA DE AVIAÇÃO — Os assuntos pertinentes á aeronautica no Brasil devem ser encarados sob tres aspectos principais: o de organização, o de material e o de pessoal.

Quanto ao primeiro, o que se observa até aqui é a falta de ligação organica entre os nucleos existentes da aviação do Exercito, da Marinha e civil. Não dispondo de orgão coordenador, dependentes ou regulamentados por departamentos de Estado, cujas diretrizes não podem ser coincidentes, carecem da coesão que, embora dispensavel em tempos normais, não pode deixar de existir em circunstancias excepcionais.

No referente ao pessoal, é evidente a sua exiguidade, agravada pela falta de reservas, mesmo com um minimo de treino. Tratando-se de outras armas, desde que os quadros estejam bem preparados, não será dificil atender ás exigencias das formações de tempo de guerra; não acontece assim com a aviação, arma especialmente tecnica, de material que exige conhecimentos especiais, e para a qual não será possivel improvisar soldados.

A questão do material é tambem preponderante. Dados os progressos ininterruptos da aviação, torna-se extremamente dificil, a quem não dispõe de industria aeronautica propria, acompanhar os melhoramentos introduzidos nos aparelhos de guerra.

Por isso mesmo, esse aspecto sobreleva imediatamente aos outros, e é necessario que sejam postos á disposição da nossa força aérea recursos suficientes para renovar o material e acompanhar as novas invenções e aperfeiçoamentos dessa arma de extraordinaria eficiencia.

Na medida das possibilidades, necessitamos ampliar os meios necessarios ao desenvolvimento completo da instrução e adquirir material moderno para treinamento.

Atualmente, cuida a Diretoria de Aviação de coordenar as medidas que visem obter dos elementos disponiveis maior rendimento; harmonizar as exigencias da preparação militar com as de serviços especiais do correio militar; formar a infraestrutura tecnica — depositos, oficinas, parques; modificar, modernizando, a organização de 1933.

E oportuno dizer que as unidades aéreas existentes desenvolveram atividades satisfatorias, em 1936, e os nucleos dos regimentos em formação iniciaram os seus trabalhos de modo promissor.

O Correio Militar manteve em trafego 23.486 quilometros de rotas aéreas, ligando as extremidades do país no sentido sul-norte, e alcançando mesmo o Paraguai. Outras linhas, em estudo, brevemente permitirão completar a rêde aérea nacional. Os quadros seguintes resumem essa ativi-

dade particular da aviação, no decorrer do ano findo:

Viagens realizadas durante o ano.....	447
Horas de vôo.....	6.450
Quilometros percorridos.....	1.080.939
Aterragens.....	5.995
Carga transportada.....	23.907.282 kg.
Regularidade.....	94,6 %

Essa copia de esforço foi distribuida assim:

UNIDADE OU ESTABELECIMENTO	ATER.	H. DE VÔO
1º Reg. de Aviação.....	5.767	4.669 h 23 m
2º Reg. de Aviação.....	2.492	1.807 h 07 m
3º Reg. de Aviação.....	4.187	2.945 h 09 m
N/4º Reg. de Aviação.....	963	737 h 28 m
5º Reg. de Aviação.....	5.557	2.620 h 07 m
N/6º Reg. de Aviação.....	383	224 h 13 m
N/7º Reg. de Aviação.....	294	328 h 06 m
Escola de Aviação Militar.....	20.949	8.001 h 15 m
TOTAL.....	38.592	21.332 h 48 m
Correio Aéreo Militar.....	5.995	6.449 h 13 m
GRANDE TOTAL.....	44.587	27.783 h 01 m

DIRETORIA DE ENGENHARIA — Esta diretoria se acha em franco desenvolvimento, e por isso exige as

remodelações que estão sendo planejadas. Uma comissão de oficiais especializados tem em preparo o seu novo regulamento, visando o meio mais seguro de realizar por etapas, como vem acontecendo, certas obras de vulto que reclamam continuidade.

Iniciativa das mais apreciaveis desse departamento é seguramente a da construção de estradas de penetração; tres batalhões de sapadores constroem a rodovia Capela da Ribeira-Vacaria; outro a Aquidauana-Bela Vista e Campo Grande; uma unidade de pontoneiros trabalha na Piquete-Itajubá e uma de ferroviarios ultima os trabalhos da Jaguarí-Santiago-São Borja.

O serviço eletrotecnico vem desempenhando com regularidade e eficiencia as incumbencias que lhe são entregues. Ressente-se, todavia, da necessidade de tecnicos, e para satisfazê-la vae ser criado um curso especializado.

Diretoria do Serviço Telegrafico — Aumentou-se de mais duas o numero de secções dessa diretoria, dado o desenvolvimento acentuado da columbofilia e a da radiogonomiometria.

A instrução de transmissões vae-se difundindo pelas regiões militares, funcionando regularmente os seus centros. Acham-se em funcionamento 143 estações de radio, 115 regionais, 10 de artilharia de costa e 18 do Serviço de Radio do Exercito, que fazem a ligação das redes de comando com a totalidade das suas guarnições.

DIRETORIA DE SAUDE — O serviço de saude acompanha atentamente o progresso das suas especialidades; e, de acôrdo com o severo criterio do recrutamento de medicos militares, é obrigatorio o estagio na Escola de Saude do Exercito. Cuida-se, agora, de melhorar os quadros de farmaceuticos, substituindo-os por farmaceuticos-quimicos, e o de dentistas, cujo projeto já está em andamento no Poder Legislativo, bem como constituir o de radiologistas.

DIRETORIA DE REMONTA — A reforma desse departamento, ultimamente realizada, vem produzindo excelentes resultados. Mantendo sob rigorosa fiscalização 14 estabelecimentos, entre coudelarias, depositos de remonta, haras e postos de monta, têm-se aumentado consideravelmente o numero de montadas e as qualidades do cavalo de guerra.

Com o proposito de melhorar o rebanho nacional, interessando aos criadores, foram adquiridos mais 46 padreadores de puro sangue inglês, arabe e *breton-postier*, elevando-se a 250 o numero de reprodutores puro sangue; funcionaram 108 postos de monta e espera-se que, no ano corrente, atinjam a 200.

DIRETORIA DE VETERINARIA — Não obstante as dificuldades oriundas da falta de articulação completa, os serviços dos estabelecimentos dependentes desta Diretoria, a saber: Escola de Veterinaria, Deposito Central e Depositos Regionais, além dos

Serviços Veterinarios Regionais e os da Remonta, Unidades Escolas, desenvolvem-se de modo satisfatorio. A atividade do ano findo foi bastante proveitosa e a Escola manteve alto grau de rendimento nos seus trabalhos. Cogita-se, entretanto, reunir em uma Diretoria unica os serviços de Veterinaria e Remonta, atualmente fracionados em duas.

DIRETORIA DE INTENDENCIA DA GUERRA — O regulamento antigo, aprovado com o decreto n. 16.606, de 17 de setembro de 1924, e a legislação militar recente introduziram alterações substanciais nesta Diretoria. Com a extinção de secções e o fracionamento dos serviços pelas regiões, sobrevieram dificuldades que vão sendo convenientemente removidas.

DIRETORIA DE FUNDOS — Organizada em 1934, esta diretoria vem dando desempenho apreciavel ás suas funções, que compreendem o exame de contratos, a interpretação de leis e regulamentos, os decretos de credito e sua distribuição, bem como o fornecimento de numerario aos serviços regionais e a organização dos serviços de balanço e tomadas de contas.

DIRETORIA DO SERVIÇO MILITAR E DA RESERVA — Tendo apenas um ano de existencia, vem, entretanto, fazendo esforços proveitosos para a bôa aplicação de leis e regulamentos. Para dirimir duvidas suscitadas em varios casos concretos, tem

apresentado numerosas sugestões ao regulamento do corpo de oficiais da Reserva, outras acerca dos Tiros de Guerra e Escola de Instrução Militar, e ainda sobre centros de instrução e reorganização dos quadros de instrutores.

VI

OUTROS SERVIÇOS

PESSOAL CIVIL DO MINISTERIO — A criação do Conselho Federal do Serviço Publico Civil e os seus dispositivos para a instalação das comissões de eficiencia em todos os Ministerios deu oportunidade a que se uniformizasse o criterio em relação aos funcionarios civis do Ministerio da Guerra. Dentro do prazo fixado pela lei n. 284, instalou-se a comissão referida, que relacionou, nominalmente, os ocupantes dos cargos para efeito de apostila dos titulos de nomeação; examinou cerca de 700 documentos, em dois meses e estuda atualmente as reclamações que lhe são dirigidas.

ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO—No ano passado, funcionou a Comissão de Orçamentos e Fiscalização Financeira, que cooperou eficazmente na elaboração do orçamento da Guerra. Os esclarecimentos que leva aos orgãos deliberantes do Governo, inclusive a Comissão de Finanças da Camara dos Deputados,

e a fiscalização que exerce nas repartições militares demonstram que a sua criação era necessaria. A feitura do orçamento, a distribuição de recursos e estudos complementares que realizou fazem esperar que a sua atuação venha, de modo crescente, ser util aos negocios do Exercito.

DOTAÇÃO DE RECURSOS — Além das dotações consignadas no orçamento da despesa, este Ministerio obteve cerca de 32.000:000$ de creditos suplementares e extraordinarios, dos quais..... 24.000:000$ para aquisições materiais, inclusive os reparos da Escola de Aviação Militar, compra de aviões de treinamento e deterrenos para invernada e construções.

MINISTERIO DA MARINHA

A ação governamental, iniciada ha cinco anos, para reaparelhamento da Marinha de Guerra, continua a fazer-se sentir de modo perseverante e construtivo. Os resultados, por força de circunstancias especiais, não podiam aparecer rapidamente; mas, é fora de duvida, que se apresentam evidentes, denunciando progressos consideraveis nos setores, sobretudo, da preparação profissional e do equipamento material.

A pratica de adquirir unidades completamente equipadas, dependentes materialmente do suprimento estrangeiro, substitue-se pela de construirmos nos nossos estaleiros, começando pelos navios de estrutura mais simples ou fazendo reformas completas nos que existem em serviço. Assim é que alguns, com o seu aparelhamento obsoleto, estão sendo remodelados, para retornarem, em breve, á atividade, em condições de eficiencia.

Tudo indica, por conseguinte, que devemos persistir com justificado empenho, nos rumos ado-

tados, lançando as bases da renovação do material flutuante, instalando e melhorando oficinas e diques, adquirindo maquinismos e, principalmente, dando oportunidade á formação de tecnicos capazes de executar encargos tão complexos.

Semelhante orientação não exclue, contudo, a aquisição no estrangeiro, á medida que as possibilidades financeiras o permitam. E assim que alguns submarinos e outras unidades auxiliares foram compradas e vêm sendo incorporadas á nossa Esquadra.

A renovação das flotilhas fluviais começa a verificar-se com a construção, já iniciada, de algumas unidades, segundo planos elaborados pela nossa engenharia. Trata-se de iniciativa que interessa á propria economia nacional. Basta lembrar, para tanto, que, por ocasião do dissidio entre o Perú e a Colombia, provocado pelo incidente de Leticia, fomos obrigados a mandar para garantia das aguas fluviais brasileiras um cruzador, visto não existir na flotilha do Amazonas um monitor que pudesse desempenhar aquela tarefa.

Ha falta, igualmente, de elementos para a aviação, embora já nos achemos a caminho de satisfazer ás exigencias mais imediatas do serviço, como vem acontecendo quanto ao fabrico e montagem de aparelhos de instrução.'

A Marinha Brasileira, cuja dedicação e capacidade estiveram, por largos anos, correndo os riscos

de estagnar-se, pela carencia de estimulo e aparelhamento, vê, de novo, abertos amplos horizontes de progresso e trabalho proficuo. O Governo, certo de cumprir um dever, continuará a não poupar esforços para dotá-la de tudo quanto baste ao completo desempenho da alta missão que lhe cabe no problema da defesa nacional.

Passamos, agora, a resumir as suas principais atividades no decorrer do ano findo.

I

PREPARAÇÃO GERAL E TECNICA

O Conselho do Almirantado e o Estado Maior da Armada desenvolveram, durante o ano findo, constante atividade.

Os simples dados de um balanço dos trabalhos feitos não podem permitir apreciar-se, na sua justa medida, o valor da contribuição dos profissionais experimentados que deles se desincumbem, depois de estudos minuciosos.

O Conselho do Almirantado, nas suas 55 reuniões do ano ultimo, apreciou diversas questões, de maior interesse e emitiu 371 pareceres acerca de consultas que lhe foram dirigidas.

O Estado Maior, por sua vez, permaneceu atento a todas as questões da sua competencia. Além de relatar e estudar numerosos assuntos de carater tecnico, concernentes ás atividades de preparo e direção, autorizou a publicação, em edição brasileira, do Codigo Internacional de Sinais, obra de real utilidade para as classes maritimas.

Ainda não se acha ultimada a reorganização do aparelho administrativo, autorizada pelo decreto n. 24.581, em virtude do qual foram criados novos departamentos e alterada a subordinação dos existentes, de modo a melhor atender ao desenvolvimento dos serviços. Uma comissão de oficiais elabora estudos para adoção das providencias regulamentares que se fazem indispensaveis á execução daquele decreto.

E' preciso acrescentar que, apesar de tudo, a administração naval vem atendendo regularmente aos seus multiplos encargos.

O nivel de preparação geral no pessoal das forças armadas, tanto de terra como de mar, já não está limitado á existencia de alguns expoentes que lhes emprestem brilho, mas iuupossibilitados de assumir, pelo reduzido numero, todos os serios encargos de direção da nossa defesa. Ao contrario, o que se pode afirmar é que, havendo atingido, quer na oficialidade de alta patente, quer nas outras graduações, apreciavel desenvolvimento, permite uma aplicação mais proveitosa no campo das especia-

lidades profissionais, bem como o cometimento das missões de maior responsabilidade tecnica.

Isto se deve, inquestionavelmente, á diretriz seguida, até aqui, sem solução de continuidade, quanto ao alto apreço em que são tidas as questões pertinentes ao ensino naval, em todos os seus graus, e á rigorosa e inteligente seleção que se procede com o proposito de aprimorá-lo.

Atualmente, o conjunto dos institutos e cursos é o mais completo possivel. Basta dizer que compreende a preparação nautica em todos os seus graus, desde as escolas de aprendizes até os cursos de aperfeiçoamento e especializações para os quadros de oficiais e de subalternos.

Passamos a dar a resenha das atividades desses institutos no decorrer do ano de 1936.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

As concessões de matriculas nessa escola atingiram a 27, tendo quatro oficiais frequentado o curso superior e 23 o curso de comando. No primeiro, obtiveram diploma todos os matriculados, e, no segundo, apenas 19. O ensino foi ampliado com a criação do curso de alto comando. A Missão Naval Americana continua prestando á orientação do ensino esclarecida assistencia.

ESCOLA NAVAL

O preparo para os primeiros graus de oficialato, que se processa nessa escola, foi proveitoso nos seus dois aspectos de teoria e pratica, a primeira, ministrada no estabelecimento, e a segunda, a bordo do navio escola *Almirante Saidanha*, que realizou, em 1936, longo cruzeiro de sete meses, durante o qual deu-se instrução aos 34 guardas-marinha da turma de 1935. No ano ultimo concluiram o curso e foram promovidos a guardas-marinha 28 aspirantes.

CURSOS PROFISSIONAIS DE OFFICIAIS

Nos cursos especiais de hidrografia e maquinas aperfeiçoaram-se 45 oficiais, sendo 40 no primeiro e 5 no segundo.

A Diretoria do Ensino Naval esforça-se por metodizar todos os cursos de aperfeiçoamento, padronizando os programas de instrução e organizando livros de texto para as especialidades e disciplinas.

ESCOLA DE AVIAÇÃO NAVAL

Ministrou o ensino de pilotagem com resultados excelentes, orientando-o no sentido de maior apli-

cação ao objetivo militar. Concluiram o curso cinco oficiais e 15 reservistas. Nos cursos especializados da arma obtiveram aprovação 169. Logo que as instalações o permitam, o ensino receberá diversas ampliações de carater tecnico.

CURSO PROFISSIONAL DO PESSOAL SUBALTERNO

Nos cursos em funcionamento matricularam-se 254 praças, distribuidas da seguinte fórma:

Curso de especialização	164
Curso de aperfeiçoamento	144
Curso de revisão	46

ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS

Concluiram o curso 359 alunos, assim distribuidos por Escolas:

Escola do Estado do Pará	70
Escola do Estado do Rio Grande do Norte	56
Escola do Estado de Pernambuco	92
Escola do Estado da Baía	72
Escola do Estado de Santa Catarina	60

II

QUADROS E SERVIÇOS DE PESSOAL

Os efetivos da Marinha de Guerra mantêm-se estacionarios, de conformidade com a fixação legislativa, e estão condicionados á situação do material flutuante e dos serviços profissionais.

Os objetivos atuais da administração naval convergem para o aperfeiçoamento do preparo tecnico indispensavel aos encargos resultantes do programa de navegação da esquadra.

Por isso estudam-se os meios de elevar o nivel intelectual do pessoal e de reajustar os efetivos dos diversos postos da hierarquia militar, de modo a conciliar os interesses publicos com as possibilidades de um justo e razoavel acesso.

Existe, presentemente, desequilibrio relativamente a certos postos, o que, provocando estagnação no acesso, conduz á perda de estimulo.

O decreto n. 21.099, de 25 de fevereiro de 1932, que reorganizou os quadros dos oficiais da Armada, embora melhorasse a situação, não a corrigiu definitivamente.

DIRETORIA DO PESSOAL

Os assuntos que interessam ás lotações dos navios, corpos e estabelecimentos constituem incum-

bencia capital desse departamento, que, por imperiosas necessidades do serviço, introduziu varias modificações no seu regimento interno.

O novo regulamento para o pessoal subalterno está sendo ultimado e as suas disposições virão permitir que se reajuste a situação dos respectivos quadros, cuja proporcionalidade ficou comprometida com a reinclusão de ex-praças e inferiores excluidos em consequencia de movimentos revolucionarios e anistiados posteriormente.

Tal anomalia não atinge, entretanto, aos quadros subalternos somente.

O quadro ordinario de oficiais regista situação identica, originada, principalmente, nos seguintes fatos: grande numero de matriculas dos oficiais subalternos nos cursos de aperfeiçoamento; falta de 200 oficiais subalternos no quadro ordinario; extinção de oficiais Q. M. e ajudantes de maquinistas; ampliação de serviços.

Estão sendo, porém, estudadas as medidas que, sem augmento de despesa, permitam restabelecer as proporções nos quadros, com evidente vantagem para os serviços e para o pessoal

PESSOAL CIVIL

A lei n. 284, cuja sanção reajustou o funcionalismo publico civil, trouxe inovações a esse quadro,

criando-lhe a Comissão de Eficiencia e alterando as categorias.

O Ministerio da Marinha tomou todas as providencias para adaptar o seu quadro civil ás novas determinações legais.

DIRETORIA DE SAUDE

Os serviços de saude carecem de mais amplas instalações.

O Hospital Central da Marinha continua insuficiente, apesar das medidas praticas adotadas para aparelhá-lo melhor e da inauguração das secções de especialidades: radiologica, laboratorio de analises quimicas e enfermaria oftalmologica. O seu movimento foi intenso, praticando-se mais de 200 intervenções cirurgicas; exames clinicos, em numero superior a 1.200; cerca de 400 operações na clinica dos olhos; mais de 4.000 consultas e aplicações na de oto-rino-laringologia. A clinica dermato-sifiligrafica foi frequentada por 10.000 consulentes, aplicando-se mais de 20.000 injeções de mercurio, arsenico e bismuto. O laboratorio de analises quimicas procedeu a cerca de 34.000 pesquisas.

Para o Departamento de Fisiologia foram transferidos os doentes que se encontravam na enfermaria de Copacabana, permanecendo ainda nesta

ultima enfermaria aqueles cujas condições fisicas não permitem a mudança.

A Colonia de Ferias, já instalada nos terrenos do Sanatorio, recebe o pessoal subalterno da Esquadra que, após o periodo intensivo dos exercicios, necessita de repouso.

O Sanatorio Naval de Friburgo, nas suas tres secções de convalescentes, o Departamento de Tisiologia e a Colonia de Ferias atenderam grande numero de praças e sub-oficiais.

O Laboratorio Farmaceutico da Marinha, já ocupando novo edificio, executou satisfatoriamente as respectivas incumbencias, produzindo preparados farmaceuticos para os hospitais e enfermarias, navios e estabelecimentos da Marinha.

CORPO DE MARINHEIROS

O corpo de marinheiros, cujas tradições de disciplina e capacidade permanecem intactas, continua prestando ás unidades e bases da esquadra excelentes serviços.

Demolido o seu antigo quartel, na ilha de Villegaignon, para dar lugar á construção da Escola Naval, foi-lhe destinado, para alojamento provisorio, o ex-cruzador *Barroso* e uma ala do edificio do Novo Arsenal, onde permanecerá até que se desocupe o antigo predio daquela Escola, na ilha das Enxadas, para onde será transferido.

CORPO DE FUZILEIROS

O corpo de fuzileiros manteve-se com o efetivo completo durante o ano de 1936, tanto na sua sede, no Rio, como nas companhias destacadas em Belém e Ladario.

A instrução da tropa fez-se regularmente.

Cogita-se de ampliar as instalações do seu quartel, afim de melhorá-las quanto a espaço e conforto, favorecendo o trabalho dessa unidade, que sempre se conduziu disciplinadamente e de modo a merecer a confiança dos seus superiores.

III

EQUIPAMENTO MATERIAL

Já ficou indicado, de inicio, que o Governo resolvera, reatando tradição antiga, recomeçar as obras de construção naval.

Neste sentido têm-se feito grandes esforços, e, é crença geral que, com a ampliação dos quadros tecnicos, chegaremos a preparar uma esquadra e suas bases em perfeita correpondencia com os reclamos da defesa do nosso extenso litoral.

Aspecto para o qual desejamos especialmente chamar a atenção é o da nossa frota fluvial. Cada

vez mais se acentua a urgencia de reforçar essa parte da nossa aparelhagem, tão necessaria á defesa nacional quanto a esquadra de mar, dadas as condições das nossas fronteiras.

Igualmente a aviação naval, cuja função é da mais alta relevancia, está a merecer cuidados imediatos, de modo que se conclua a obra iniciada, estendendo a todo o país as bases existentes apenas ao sul e aumentando o aparelhamento de vôo.

ARSENAIS

Os arsenais, tanto os do Rio de Janeiro como os de Mato Grosso e Pará, desenvolveram apreciavel atividade, que pode ser avaliada diante da simples enumeração dos trabalhos executados.

As obras de maior destaque, nesta rubrica, são as do Novo Arsenal de Marinha, que tiveram andamento intensificado, no decorrer do ano findo, em virtude de ampliações sucessivas e dos recursos financeiros disponiveis.

De acôrdo com a revisão feita, em agosto de 1936, do programa e orçamento para conclusão das obras e sua utilização, os trabalhos foram conduzidos, tendo em vista o seguinte resultado: equipar o arsenal em condições de produzir efetivamente dentro do mais curto prazo possivel.

Durante o ano, as instalações já concluidas prestaram ás diversas unidades da esquadra e aos esta-

belecimentos navais todos os auxilios solicitados, relativamente a reparos e conservações.

Entre os trabalhos executados figuram:

a) Construções navais — Inicio, em 6 de fevereiro, da construção do monitor *Parnaíba*, sendo a construção propriamente dita iniciada em 15 de maio e batida a quilha a 11 de junho. Até a presente data os trabalhos continuam normalmente, dentro do programa delineado.

b) Aparelhamento das oficinas — Foi adquirida, em concorrencia administrativa, a parte principal das maquinas-ferramenta que deverão constituir o aparelhamento definitivo das oficinas, as quais estarão, em breve, em condições de atender a todos os trabalhos do Arsenal.

Para o abastecimento de energia eletrica, adquiriu-se, tambem, duas sub-estações estaticas, com a capacidade necessaria, assim como varias instalações de força e luz.

c) Outros trabalhos — Continuação das obras hidraulicas, madeiramento e muro de arrimo da parte oeste da carreira de construção: todas as obras hidraulicas das duas carreiras estão prontas; as bombas funcionam em esgotamento, enquanto se espera a abertura das mesmas. O madeiramento da carreira n. 2 está pronto e o da carreira n. 1 em parte: além desses serviços, todos os picadeiros de madeira necessarios á construção do monitor *Parnaíba* e á construção dos tres *destroyers*.

Construção do cais em cooperação com a Prefeitura do Distrito Federal, conforme projeto elaborado pela Diretoria. Foi iniciado em julho de 1936. Todas as estacas foram colocadas juntamente com as respectivas vigas de ancoragem. As lages de ancoragem estão sendo feitas numa extensão de cerca de 90 metros, devendo o cais ficar terminado dentro em breve.

ESQUADRA E MATERIAL FLUTUANTE

A esquadra executou cabalmente o programa de exercícios de 1936. Apesar das reconhecidas deficiências, as unidades movimentaram-se, participando das manobras de conjunto e cumprindo comissões especiais.

O material flutuante sofreu remodelações e reparos de diversa natureza, apesar das dificuldades apresentadas pela precariedade de aparelhamento e falta de material.

O Estado Maior elaborou em 1932 um plano de construções para renovação do material flutuante.

Seguindo a orientação de aproveitar as possibilidades dos estaleiros nacionais, começou-se, já em junho de 1936, a construção do monitor *Parnaíba* nas oficinas do arsenal da Ilha das

Cobras, enquanto se elaboram os estudos para o prosseguimento dos trabalhos do monitor *Paraguassú*.

Foram, por outro lado, adquiridos na Italia tres submarinos de 650 toneladas e na Inglaterra um navio-tanque de 5.553 toneladas. Comprou-se, tambem, no país, um navio de pequena tonelagem destinado a substituir, no serviço hidrografico, o *Calheiros da Graça*.

Na medida das possibilidades financeiras, continuará o Governo a pôr em pratica, ainda que parceladamente, o plano traçado para renovação do nosso envelhecido e gasto material de navegação e transporte maritimo.

MATERIAL E BASES DE AVIAÇÃO

Não são desconhecidas as iniciativas destinadas a melhorar o material de aviação utilizado pela Marinha.

Além da substituição de aparelhos que se vai fazendo no parque de vôo, dentro das exigencias tecnicas mais aconselhaveis, procede-se ao suprimento de material de instrução, construindo-o com os nossos proprios recursos e em condições bastante satisfatorias.

Está em construção, já bem adeantada, uma oficina, que será devidamente equipada para o fim especial de manter a conservação e eficiencia do material de aviação e mesmo prosseguir na construção dos aparelhos necessarios á Aviação Naval.

SERVIÇO RADIO

O Serviço de comunicações navais foi mantido com relativa eficiencia. As oficinas e laboratorios, embora atualmente com uma instalação precaria, atenderam aos suprimentos, reparos e instalações das estações costeiras e de bordo.

Acha-se elaborado um projeto de edifício modelar para essa dependencia, estando em vesperas de ser iniciada a respectiva construção, ampliando-se, assim, as oficinas, que ficarão aptas para proceder ao reparo e conservação de todas as estações de radio da Marinha.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE

ERA reconhecida, de longa data, a necessidade de uma sistematização das questões educacionais.

A instabilidade e o carater dispersivo da legislação federal, vigente até 1930, dificultavam, entretanto, qualquer entendimento entre a União e os Estados, no sentido de imprimir-lhes diretrizes seguras e organização homogenea. A Carta Constitucional de Julho de 1934 veiu, finalmente, outorgar ao poder central a preeminencia de ação que lhe faltava, proporcionando, com a quota educacional, os meios financeiros indispensaveis á realização da reforma iniciada.

E' natural que obra de tamanho vulto e de alcance incalculavel, na hora presente, levante controversias doutrinarias ou criticas de minucia. O tempo e a experiencia se incumbirão de mostrar o que realmente comporta aperfeiçoamento e bem assim as demazias a corrigir.

Não é ocioso ressaltar a complexidade do problema, cuja solução foi ajustada, pela primeira vez, a um plano organico e amplo, não restrito a este ou

áquele setor nem limitado á instrução num dos seus ramos, mas aplicado a todo o campo educacional. A reforma atualmente em execução requer, por isso, continuadores, aos quais caberá a missão de aperfeiçoá-la, de modo a transformar as nossas instituições educativas em instrumento eficiente do progresso social e economico do país.

I

ORGANIZAÇÃO

Decorridos os primeiros anos de trabalhos, verificou-se que os elementos aglutinados, a principio, para a formação do novo Ministerio, reclamavam organização mais completa e solida, ajustados a uma finalidade funcional. Com esse objetivo o Governo apresentou ao Poder Legislativo, em 1935, um anteprojeto, que, largamente discutido, obteve aprovação ao encerrar-se o ano de 1936, e foi, a seguir, sancionado.

Iniciou-se, imediatamente, a execução da reforma, distribuidas as tarefas pelos antigos e novos orgãos dentro do esquema seguinte:

a) Os orgãos de direção, formando a Secretaria de Estado, encarregam-se de mobilizar e coordenar o pessoal e os materiais necessarios aos serviços. Instalações provisorias estão sendo feitas, enquanto

não se conclue o edificio proprio, já projetado, com capacidade para abrigar os departamentos de direção e controle.

b) Os orgãos de execução, das diferentes modalidades, isto é, serviços intermediarios constituidos pelas delegacias de educação e de saude; serviços relativos á educação; serviços relativos á saude e os serviços auxiliares, de Obras, de Transportes e Grafico, estão sendo devidamente organizados. Os existentes, na medida necessaria, se remodelam, e instalam-se os novos, conjugando-se de uns e outros os elementos formadores e preparando a respectiva regulamentação.

c) Finalmente, promove-se o funcionamento dos orgãos de cooperação. Satisfeitas as exigencias da lei, instalou-se, em 16 de fevereiro ultimo, o Conselho Nacional de Educação, que entrou logo no exercicio das suas atividades. O outro orgão, isto é, o Conselho Nacional de Saude, será instalado assim que o Poder Legislativo haja aprovado o projeto de lei que o institue e lhe foi encaminhado em fins de 1935.

II

SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO — A idéia de se dar á educação nacional uma lei unica, compendio

dos principios e das disposições estruturais da educação, nos seus varios aspectos e modalidades, deverá converter-se em realidade ainda este ano.

Ha quasi tres meses, o Conselho Nacional de Educação está elaborando o projeto do plano nacional de educação que, dentro em pouco, terá de ser submetido ao exame e á aprovação do Poder Legislativo.

Decretada esta lei, a educação nacional atingirá, certamente, a sua etapa decisiva, para produzir os resultados esperados.

PESQUISAS PEDAGOGICAS — O problema da escola não é uma questão somente de numero, mas, sobretudo, de qualidade. Para apurá-la, torna-se indispensavel ativar as pesquisas pedagogicas, elementos de primeira ordem na organização da escola de todas as categorias.

O Governo, com esse fim, solicitou e obteve do Poder Legislativo a criação do Instituto Nacional de Pedagogia, cuja instalação já está iniciada.

Merece especial referencia o problema da literatura infantil, incluido no seu programa de atividades. Para cuidar do assunto, criou-se, em abril do ano passado, com carater permanente, a Comissão de Literatura Infantil, agora integrada no referido Instituto e a qual já levantou, em parte, o catalogo, com critica, da nossa incipiente literatura infantil; abriu concursos para

estimular a produção de bons livros didaticos e examina, atualmente, as obras estrangeiras que merecem ser traduzidas.

ENSINO SUPERIOR

UNIVERSIDADE DO BRASIL — Caberá á União ministrar o ensino superior, de modo permanente e a titulo de demonstração, por intermedio da Universidade do Brasil.

Instituida, por um dispositivo legal, a partir de janeiro deste ano, entraram na sua composição os estabelecimentos de ensino das antigas Universidades do Rio de Janeiro e Universidade Tecnica Federal, a saber: Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade de Odontologia, Escola de Minas, Escola Politecnica, Escola Nacional de Quimica, Escola Nacional de Belas Artes e Instituto Nacional de Musica.

Estes estabelecimentos funcionaram com regularidade no ano passado, havendo recebido os melhoramentos reclamados com maior urgencia, notadamente obras, ou instalações, na Escola Politecnica e na Faculdade de Medicina.

Reconhecendo a necessidade de suprir as deficiencias das escolas existentes e de incorporar á Universidade do Brasil novos estabelecimentos de ensino e de pesquisa, como, por exemplo, a Faculdade

de Filosofia, Ciencia e Letras e a Faculdade de Politica e Economia, o Governo iniciou, para isso, o estudo da sua composição intelectual e material.

Trabalham na realização do plano da Cidade Universitaria, desde 1935, educadores, engenheiros e arquitetos, plano esse que abrangerá todos os elementos componentes da Universidade do Brasil, exceto os que, pela sua natureza especial, devam ter outra localização.

A execução de obra tão necessaria reclama lei especial, já em estudos no Poder Legislativo, com base no projeto enviado pelo Poder Executivo.

ESTABELECIMENTOS FEDERAIS ISOLADOS — Os estabelecimentos federais de ensino superior mantidos nos Estados, a titulo de ação supletiva da União, Faculdade de Medicina da Baía, Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Direito do Ceará, Escola Politecnica da Baía, exerceram normalmente as suas atividades.

Tratou-se, ainda assim, de lhes dar mais conveniente organização. Novo edificio para a Faculdade de Direito do Ceará está sendo construido pelo governo estadual, que pretende doá-lo á União. Trabalha-se na elaboração dos projetos de dois hospitais de clinicas, um para a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e outro para a Faculdade de Medicina da Baía. Terminados os estudos, serão iniciadas as obras.

INSTRUÇÕES ESTADUAIS E LIVRES — Desenvolvem-se satisfatoriamente, em todo o país, as instituições estaduais e livres de ensino superior. Sobre elas o Governo exerce a fiscalização necessaria, auxiliado de maneira eficiente, pelo Conselho Nacional de Educação.

Tres universidades estão reconhecidas e dotadas de estatutos: a de Minas Gerais, a de São Paulo e a de Porto Alegre.

Além dessas, existem ainda, no país, 33 estabelecimentos de ensino superior, estaduais e livres, tambem reconhecidos, sendo 12 de direito, cinco de medicina, 12 de odontologia e farmacia, tres de engenharia e um de musica.

ENSINO SECUNDARIO

COLEGIO PEDRO II — As duas secções, o internato e o externato, do Colegio Pedro II, funcionaram com regularidade, ministrando ensino secundario, nos cursos fundamental e complementar. Nos edificios de ambas as secções foram realizadas obras diversas de restauração.

Planeja-se a remodelação do Colegio Pedro II, visto tratar-se de estebelecimento padrão de ensino secundario no país, que deve dispôr de organização, sob todos os pontos de vista, modelar.

Em virtude do novo regulamento em preparo, os dois setores ora se parados serão fundidos num só, reforçando-se as disposições disciplinares com o fim de obter mais alto rendimento educacional.

Organiza-se, ao mesmo tempo, um projeto de conjunto para os edificios, com localização unica e apropriada.

COLEGIOS RECONHECIDOS PELA UNIÃO — Além do Colegio Pedro II, que é a escola secundaria mantida, como modelo, pela União, estabelecimentos, em numero cada vez maior, estaduais, municipais e particulares, ministram o ensino secundario.

Funcionam, atualmente, em todo o territorio nacional, sob inspeção federal, 427 colegios, em muitos dos quais já se instalaram as classes do curso complementar. A fiscalização desses estabelecimentos ficará, de agora em diante, a cargo das delegacias federais de educação distribuidas por oito regiões.

ENSINO PROFISSIONAL — Constitue objeto de especial interesse a organização do ensino profissional nos seus varios ramos: industrial, comercial, domestico e agricola.

Tal ensino, entre nós, ainda é incipiente e retardado. Não se compreende que isso aconteça num país sabidamente necessitado, qual o nosso, de elementos de trabalho em condições de assegurar a melhoria da produção.

ENSINO INDUSTRIAL — As escolas industriais, que a União mantém em 19 Estados, bem como a Escola Normal de Artes e Oficios Wenceslau Braz, destinada ao ensino industrial normal, funcionaram regularmente, no ano passado, distribuindo ensino a cerca de 4.000 alunos.

Prosseguindo-se no programa de remodelação das escolas industriais, instalou-se, em 1936, a do Paraná, com séde condigna, dotada da aparelhagem mecanica necessaria e de conveniente mobiliario, e foi atacada a construção do novo edificio para a escola do Piauí, além dos melhoramentos, mais ou menos vultosos, levados a efeito noutros estabelecimentos federais.

As 19 atuais escolas de aprendizes artifices localizadas nos diferentes Estados (salvo no Rio Grande do Sul) e a Escola Normal de Artes e Oficios Wenceslau Braz passarão a constituir liceus industriais modelares, a que se deve juntar o projetado para o Estado do Rio Grande do Sul.

Em todos esses estabelecimentos ministrar-se-á o ensino industrial de primeiro grau — preparação de operarios — sendo que os localizados em grandes centros receberão instalações para o ensino industrial do segundo e terceiro graus — preparação de contra-mestres e mestres.

Os liceus terão tantos cursos quantos se façam necessarios, de acôrdo com as exigencias do meio. Preparam-se os projetos de construção ou de remo-

delação dos seus edificios. O do Liceu Wenceslau Braz entrou em obras e se destina a substituir as instalações atuais por um conjunto de predios que deverão ficar concluidas dentro de um ano.

Cuida-se, simultaneamente, da elaboração de regulamentos apropriados a cada um dos estabelecimentos e de contratar professores estrangeiros para o ensino de especialidades pouco vulgarizadas no país.

ENSINO COMERCIAL — Apesar de não existirem estabelecimentos oficiais, o ensino comercial acha-se bastante desenvolvido entre nós, devido ao esforço da iniciativa particular.

As escolas reconhecidas, com uma frequencia de cerca de 28.000 alunos, são atualmente em numero de 236 e a sua fiscalização passará agora a ser feita, com maior eficiencia, pelas delegacias federais de educação.

ENSINO DOMESTICO E ENSINO AGRICOLA — Nos estudos ultimamente realizados sobre a organização do ensino profissional, foi dado lugar de relevo a essa primeira modalidade de preparação e, no corrente ano, serão assentados os projetos de realização da União neste setor do problema educacional.

Quanto ao ensino agricola, materia afeta á competencia do Ministerio da Agricultura, dele se cogitará em outro lugar da presente Mensagem.

ENSINO PRIMARIO — Foram prestados auxilios financeiros, no ano passado, respectivamente, de 216:000$ e de 342:000$, ao Estado do Paraná e ao Estado de Santa Catarina, para o custeio das escolas nas zonas de grande imigração.

Utilizando os novos recursos postos á sua disposição, o Governo poderá, daqui em diante, atuar mais energicamente no sentido de difundir e nacionalizar o ensino primario.

O orgão administrativo que se incumbirá dessa tarefa já foi instalado e exercerá ação imediata, de acôrdo com os governos locais.

ENSINO EMENDATIVO — O ensino emendativo, de aplicação dificil e restrita, tambem vai receber ampliações, abrangendo os fisicamente anormais, os retardados de inteligencia e os inadaptados morais.

Destinados aos primeiros, já existem o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Surdos e Mudos. Em ambos se fizeram, no correr do ano passado, valiosos trabalhos de pesquisa pedagogica, cogitando-se, presentemente, de remodelar as suas instalações.

Relativamente ao ensino dos anormais da inteligencia, a ação do poder publico se exercerá de acôrdo com as normas fixadas pelo Instituto Nacional de Pedagogia, em conexão com o Serviço de Assistencia a Psicopatas.

O ensino dos inadaptados morais está ainda

a cargo do Ministerio da Justiça e foi tratado no capitulo referente a esse departamento de Estado.

EDUCAÇÃO FISICA

A partir deste ano, o Ministerio da Educação e Saude entrará a atuar no setor da educação fisica, quer escolar, quer extra-escolar. Já se acha elaborado o ante-projeto de oficialização das atividades desportivas. Intervindo nesse setor da educação, o poder publico o fará de modo a disciplinar, num sentido uniforme e cientifico, a cultura fisica dos escolares e o exercicio dos esportes em geral.

BIBLIOTECAS E LIVROS

As duas bibliotecas mantidas pelo Ministerio da Educação e Saude, a Nacional e a Casa de Ruy Barbosa, tiveram, no ano passado, avultada frequencia. Cogita-se de introduzir melhorias consideraveis nesses estabelecimentos, com o fim de satisfazer melhor as necessidades dos estudiosos.

Planeja-se, por outro lado, o processo de estimular e amparar, em todo o país, a fundação ou ampliação de bibliotecas, de natureza popular ou de carater especializado.

O Ministerio da Educação e Saude procurou, pelos meios ao seu alcance, incentivar a produção

de livros e editou, por iniciativa propria, diversas publicações: *Memorias do Instituto Oswaldo Cruz, Boletim do Museu Nacional, Anais da Biblioteca Nacional, Documentos Historicos e Autos da Devassa da Inconfidencia Mineira.*

Merece tambem referencia a grande edição das *Obras completas de Ruy Barbosa*, cujo plano foi recentemente organizado, estando a sair os primeiros tomos.

Com a instalação do Serviço Grafico poderá iniciar, em breve, a publicação da *Enciclopedia Brasileira*, a cargo do Instituto Cairú.

CINEMA EDUCATIVO

O amparo especial dispensado ao cinema visa aproveitá-lo como instrumento educativo e se exerce, indiretamente, através da censura e da obrigatoriedade do filme nacional, em todos os programas exhibidos no país. Paradar, entretanto, ao problema, solução conveniente, instalou-se o Instituto Nacional de Cinema Educativo, que, num ano de funcionamento, já produziu numerosas cintas, destinadas umas ao ensino e outras á cultura popular.

RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

No ano passado, a Radio Sociedade do Rio de Janeiro doou á União as suas instalações, e por in-

termedio dessa estação entrou o Ministerio da Educação e Saude a executar programas de radiodifusão educativa.

Procede-se, agora, á organização desse serviço, que passou a ter orgão proprio, criado por lei, estando já adiantada a montagem de uma estação radioemissora de 25 kw, que substituirá a estação atual, de pequena potencia.

TEATRO NACIONAL

A Comissão de Teatro Nacional, instituida em carater permanente, entrou a funcionar com as seguintes incumbencias: aprovar os planos das temporadas nacionais, estudar a literatura dramatica, aproveitar o esforço dos grupos de amadores, abrir concursos de obras e cenarios, examinar o problema da edificação de teatros e auxiliar a montagem de grandes espetaculos.

SOLENIDADES CIVICAS

No programa das suas atividades, o Ministerio da Educação incluiu as comemorações e solenidades de carater civico, promovendo, em 1936, as seguintes: Hora da Independencia, Centenario de Carlos Gomes, Centenario de Benjamin Constant, Centenario de Quintino Bocaiuva, Centenario de

Pereira Passos, repatriamento dos restos mortais dos inconfidentes.

Existe o firme proposito de levar adiante essa campanha de educação patriotica, quer dentro das escolas, quer em forma de ceremonias populares, sempre com a alta finalidade de manter bem vivos os sentimentos da unidade patria e de reverencia á memoria dos seus herois.

CONFERENCIAS PUBLICAS

Sob o patrocinio e iniciativa do Ministerio, realizaram-se numerosas conferencias, no decorrer do ano, versando os seguintes temas: *As grandes diretrizes da educação e os nossos grandes mortos.*

Mantendo a mesma orientação, e desenvolvendo os temas já tratados, além de outros novos de interesse cultural, pretende-se estender a todo o país essa forma de ação educativa.

EXPOSIÇÕES

E' proposito do Governo continuar promovendo exposições de artes plasticas e industriais, não só na capital da Republica, mas, igualmente, nos centros populosos dos Estados.

No ano passado, realizaram-se as seguintes: Salão Nacional de Belas Artes, exposição de Tra-

balhos industriais das escolas da União, em Belo Horizonte, e de livros e documentos sobre o dominio holandês, na Biblioteca Nacional.

PROTEÇÃO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

Em 1936, instituiu-se o Serviço do Patrimonio Historico e Artistico Nacional, para organizar o tombamento, conservação e defesa do nosso patrimonio artistico e de interesse historico.

Foram tomadas, desde então, diversas iniciativas: catalogação dos bens de valor artistico e historico pertencentes á União; tombamento de outros, não pertencentes á União e situados no Distrito Federal, Minas Gerais, Baía e Paraíba; projeto de lei, regulando a proteção do patromonio historico e artistico nacional; levantamento de varios exemplares preciosos de arquitetura.

Essas atividades continuarão, agora, em carater permanente. Já haviam sido feitas, em Ouro Preto, importantes obras de restauração de varios monumentos, antes mesmo da criação do Serviço.

O aparelhamento de que o Estado dispunha para resguardar o patromonio historico e artistico será acrescido com a instalação do Museu Nacional de Belas Artes.

ELABORAÇÃO CIENTIFICA

A investigação cientifica carece, entre nós, de sistematização, sendo indispensavel, para isso, recursos especiais que permitam ampliar os institutos existentes e criar novos. Tanto o Instituto Oswaldo Cruz como o Museu e o Observatorio tiveram atuação profícua em 1936.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ — Ativou as indagações cientificas, fazendo 108 comunicações, sobre varios problemas da biologia aplicada á medicina, e as investigações novas sobre a leishmaniose; manteve permanente cooperação com instituições estrangeiras; editou diversas publicações; imprimiu maior eficiencia ao curso de aplicação; incrementou a preparação de produtos medicinais.

Com o aumento e restauração das suas instalações dispendeu-se a quantia de 500:000$, planejando-se, para o corrente ano, novas obras e aplicação de recursos que lhe assegurem funcionamento cada vez mais eficiente.

MUSEU NACIONAL — Os elementos tecnicos desse Instituto foram utilizados na realização de numerosos estudos sobre a genese dos nossos depositos diamantiferos e as grutas calcareas de Minas Gerais. Manteve, além disso, os cursos e publicações de sua especialidade.

OBSERVATORIO NACIONAL — Ampliou consideravelmente os seus trabalhos de ordem cientifica, em materia de astronomia e geofisica.

Deverá passar, em breve, por uma fase de remodelação pessoal e material.

ESTATISTICA EDUCACIONAL

No campo da estatistica educacional, o Departamento respectivo realizou os seguintes trabalhos: apuração final da estatistica do ensino primario em 1933, compreendendo o preenchimento de 1.101 quadros; revisão e critica das contribuições estaduais referentes a 1934; apuração, a titulo provisorio, dos dados gerais da estatistica do ensino primario, tanto de 1934 como de 1935; estatistica das bibliotecas em 1934.

Deu o Ministerio o seu patrocinio á 1ª Exposição Nacional de Educação e Estatistica, instalada nesta capital, por iniciativa da Associação Brasileira de Educação.

III

SERVIÇOS DE SAUDE

PLANO NACIONAL DE SAUDE — O Ministerio prossegue nos estudos necessarios á elaboração do

plano, que deverá constituir projeto de lei e conter as disposições basicas relativas á saude publica e á assistencia medico-social, para aplicação obrigatoria em todo o país.

PESQUISAS RELATIVAS Á SAUDE — Não é preciso encarecer, por evidente, a necessidade de orgãos de pesquisa ao lado dos administrativos, com o objetivo de encaminhar e esclarecer os problemas de saude e assistencia, e apresentar as sugestões mais aconselhaveis e praticas. Criaram-se, para tanto, o Instituto Nacional de Saude Publica e o Instituto Nacional de Puericultura.

Constituindo parcela importante do primeiro, ja tem a sua construção adiantada o laboratorio de Febre Amarela, que recebeu valiosa cooperação da Fundação Rockfeller.

SAUDE PUBLICA

SERVIÇOS ESPECIAIS NO DISTRITO FEDERAL — O laboratorio deste departamento foi grandemente melhorado, ampliando-se as instalações existentes e desenvolvendo-se, entre outros serviços, o do arquivo de culturas, o de diagnostico da lepra e da sifilis, a preparação do toxoide-alumen para a imunização contra a difteria e a da vacina anti-pestosa.

A Inspetoria da Alimentação realizou os seus trabalhos com segurança e proveito.

A Inspetoria dos Centros de Saude ultimou a organização dos doze centros do Distrito Federal, atendendo cada um a cerca de 150.000 habitantes, com serviços completos de administração, registo, estatistica, propaganda, higiene prenatal e da criança, doenças contagiosas inclusive tuberculose, lues e mal de Hansen, policia sanitaria, higiene da alimentação, higiene do trabalho, exames de saude, laboratorio, enfermagem. Os centros de saude, aparelhados de novos meios de transporte, com um quadro maior de enfermeiras, puderam exercer atuação mais ampla, especialmente no que concerne á profilaxia da tuberculose e da lepra e ao controle das doenças transmissiveis.

A Inspetoria de Engenharia Sanitaria realizou serviços de vulto no setor de sua especialidade. Para intensificar os de hidrografia sanitaria, na zona Jacarepaguá-Guaratiba, foi solicitada a cooperação da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, cujos trabalhos, perfeitamente articulados com o Departamento Nacional de Saude, produzem resultados animadores.

Iniciaram-se, ainda, diversos trabalhos, visando assegurar a defesa sanitaria da Capital da Republica, e para dar-lhes coordenação efetiva, prepara-se a instalação da Inspetoria dos Serviços Especiais, cujas atribuições compreendem: campanha anti-murinea, sobretudo na zona das docas e grandes armazens do cais do porto, e nos antigos

focos de peste da cidade; profilaxia defensiva contra a incursãc da peste pneumonica; profilaxia da malaria; trabalhos de ampliação do leprosario de Curupaití, onde foram feitas instalações para mais 200 leitos; combate á tuberculose, construindo-se tres abrigos novos, nos quais foram instalados 300 leitos, e ainda uma maternidade para mulheres tuberculosas, com capacidade para 42 leitos, ultimados em cooperação com a Associação de Socorro aos Tuberculosos.

SERVIÇOS REALIZADOS NOS ESTADOS — A União não tem a seu cargo, em nenhuma unidade federativa, a administração sanitaria, visto manter, cada uma delas, departamento proprio.

Incumbe-lhe, porém, executar os serviços que se tornem necessarios em qualquer parte do país, e, ainda, dar auxilio aos Estados, na medida de suas necessidades.

Esta ação foi e está sendo exercida, constantemente, com os seguints objetivos:

a) *Lepra* — Prosseguir na montagem de todo o aparelhamento de combate á lepra, isto é, dispensarios, leprosarios e preventorios.

Até 1931, a ação do Governo Federal, em materia de lepra, se limitou á aplicação de cerca de 3.000:000$ somadas as importancias dispendidas por todas as administrações.

No periodo do Governo Provisorio, dispendeu-se, com a construção de leprosarios, réis

1.376:150$, sendo 400:000$ no Maranhão, réis 200:000$ no Espirito Santo, 200:000$ em Minas Gerais e 576:150$ no Distrito Federal.

Em 1934, utilizaram-se, nesses serviços, todos os recursos disponiveis, no total de 1.975:000$, distribuidos da seguinte forma: Pará, 400:000$; Maranhão, 400:000$; Rio Grande do Norte, réis 75:000$; Espirito Santo, 300:000$; Estado do Rio de Janeiro, 200:000$; Minas Gerais, réis 600:000$000.

Em 1935, o combate á lepra, com identicas aplicações, absorveu a quantia de 1.520:000$, sendo, no Distrito Federal, 1.010:000$; no Pará, 90:000$; no Maranhão, 50:000$; em Pernambuco, 100:000$; em Minas Gerais, 90:000$; no Paraná, 90:000$; no Rio Grande do Sul, 90:000$000.

Em 1936, a quantia aplicada atingiu a réis 4.631:887$550, e foi assim distribuida: Amazonas, 51:968$750; Pará, 360:329$; Maranhão, 368:200$; Piauí, 1:518$750; Ceará, 200:00$; Paraíba, 1:135$750; Pernambuco, 530:000$; Baía, 200:000$; Espirito Santo, 200:000$; Estado do Rio de Janeiro, 460:000$; Paraná, 112:168$250; Santa Catarina, 393:489$800; Rio Grande do Sul, 310:000$; Minas Gerais, 1.200:000$; Mato Grosso, 597$250 e Distrito Federal, 240:000$000.

Em 1937, as verbas a aplicar somam 10.000:000$, abrangendo diversas obras em todos os Estados, no Distrito Federal e no Territorio do Acre.

b) *Peste* — Depois de estudos epidemiologicos seguros, iniciou-se, no nordeste brasileiro, do Piauí á Baía, a campanha contra a peste, dispendendo-se, com os trabalhos executados, a importancia de 1.000:000$000.

Manter-se-á, no corrente ano, identica atividade, estendendo-a, porém, a outros pontos do país.

c) *Malaria* — Foram realizados, no ano findo, importantes serviços de combate á malaria, dispendendo-se com eles 1.200:000$000. Drenagens, policia de focos, medicação profilatica, além de estudos epidemiologicos, se fizeram nos Estados do Rio Espirito Santo, Baía, Pernambuco, Paraíba e Pará.

No corrente ano, tais serviços serão mantidos de Janeiro, e desenvolvidos de acôrdo com os recursos disponiveis.

d) *Sifilis* — Instituiu-se no Rio Grande do Sul, em obediencia a compromisso de ordem internacional, um serviço anti-venereo. Já foram instalados cinco dispensarios, um dos quais, munido de laboratorio, em Porto Alegre.

e) *Assistencia tecnica* — Intensificou-se o trabalho de levar, por meio de tecnicos e comunicações, a cooperação oficial, em materia de organização sanitaria, a muitas das unidades federativas.

SERVIÇOS DE ALCANCE GERAL

A União realizou ainda, em materia de saude publica, serviços de alcance geral, que tiveram andamento eficiente.

a) EDUCAÇÃO SANITARIA — Foram intensas as atividades do orgão encarregado desse serviço, fazendo-se, por todos os meios de publicidade, o necessario esclarecimento popular sobre higiene, principalmente alimentar.

No corrente ano, terá o Serviço de Educação e Propaganda Sanitaria ampliadas as suas instalações e multiplicadas as suas atividades.

b) POLICIA SANITARIA DOS PORTOS — Decorreram normalmente as atividades da Policia Sanitaria dos Portos, reinstalando-se, ao lado das inspetorias, as sub-inspetorias sanitarias recentemente criadas.

c) COMBATE Á FEBRE AMARELA — Entregue, por contrato, á Fundação Rockfeller, exerce o Serviço de Febre Amarela a sua atividade em todo o país. Na capital da Republica e nos Estados, foram feitos trabalhos vultosos, não somente relativos á investigação, como tambem á profilaxia da doença.

ASSISTENCIA HOSPITALAR

DISTRITO FEDERAL — Foram mantidos com eficiencia os serviços de assistencia hospitalar do Distrito Federal.

O Hospital Estacio de Sá, que dela faz parte, teve aumentadas as suas instalações, devendo dispôr, em breve, de um pavilhão especial para cancerosos.

Além dos serviços diretamente realizados, o Governo auxiliou a assistencia hospitalar do Distrito Federal, por meio de subvenções concedidas a instituições particulares.

ESTADOS — Amplia-se a ação federal em materia de assistencia hospitalar nos Estados, através das instituições de carater privado, na sua grande maioria subvencionadas pela União.

ASSISTENCIA A PSICOPATAS

Embora restrita ao Distrito Federal, a assistencia a psicopatas se exerce efetivamente em beneficio de diversos Estados que lhe confiam grande numero de doentes.

O Hospital Psiquiatrico, o Instituto de Neurosifilis e o Manicomio Judiciario exerceram normalmente as suas atividades. Estes serviços necessitam

de instalações melhores para satisfação completa de suas finalidades. Estudam-se projetos que deverão entrar em execução, a partir do ano proximo, na medida das possibilidades financeiras.

A Colonia Gustavo Riedel, destinada a pensionistas, terá de ser, por seu turno, remodelada.

Realiza-se, atualmente, a ampliação da Colonia Juliano Moreira, destinada a doentes cronicos. Ao lado de seu nucleo inicial, que passou a denominar-se Secção Rodrigues Caldas, construiu-se novo nucleo, com capacidade para 600 doentes, sob a denominação de Secção Franco da Rocha. Este nucleo, que se compõe de 13 pavilhões, um dos quais edificado com donativo oferecido pela Missão Economica Japonesa, foi inaugurado em 1936. Estão quasi concluidos mais cinco pavilhões, para a formação de outro nucleo, devendo construir-se, ainda no corrente exercicio, mais dois. Com esses melhoramentos a colonia Juliano Moreira ficará aparelhada para hospitalizar todos os doentes cronicos, sem abrigo ou que se acham internados, em más condições, no velho hospicio da Praia Vermelha.

Nos Estados, a ação federal ainda não teve conveniente ampliação. Por enquanto se exerce através das subvenções concedidas a diversas instituições particulares. Trata-se, porém, de serviço que exige outra organização, e com esse fim já se procede aos estudos necessarios.

AMPARO Á MATERNIDADE E Á INFANCIA

Distrito Federal—Foram proveitosos os serviços de proteção á saude da criança no Distrito Federal, tanto nos consultorios instalados nos diversos pontos da cidade, como por meio dos dispensarios especiais existentes nos centros de Saude.

O Hospital Artur Bernardes foi, em começo de 1935, submetido a uma reforma integral, suspendendo-se temporariamente o seu funcionamento, até o termo das obras que serão concluidas dentro em pouco. As novas instalações permitirão dispôr de uma maternidade com 36 leitos e um hospital infantil com 204 leitos, além de numerosos serviços complementares.

Todas as atividades relativas á saude infantil constituem agora o Serviço de Puericultura do Distrito Federal, de carater permanente. No corrente ano, serão realizados outros melhoramentos de varia natureza, com o fim de imprimir-lhe maior amplitude e alcance pratico.

Estados — A ação federal, nos Estados, no que respeita á saude da criança, não pôde concretizar-se ainda em iniciativas diretas. Vem se fazendo sentir, todavia, de modo benefico na campanha promovida pela bôa alimentação da criança e por meio de auxilios a grande numero de instituições consagradas ao amparo da maternidade e da infancia.

A partir do corrente ano, terá execução um programa de realizações, visando o estabelecimento de serviços diretos de puericultura.

SERVIÇOS DE AGUAS — Para a solução do problema do abastecimento de agua no Distrito Federal, as medidas tomadas são de carater definitivo.

Determinou o Governo, em 1932, a elaboração de um estudo completo da materia.

Era de prever, entretanto, que a preparação do projeto respectivo e sua execução, por maiores que fossem os esforços realizados, consumiriam longo tempo.

Tornavam-se, assim, imprescindiveis providencias especiais, com o fim de, utilizando os mananciais existentes, dar á população da capital da Republica maior suprimento de agua, até se ultimarem os trabalhos definitivos. E isso foi obtido com os seguintes melhoramentos, feitos nas atuais rêdes de adução e distribuição:

1. Usina de Acarí e outras obras — As deficiencias do abastecimento de agua do Rio de Janeiro resultavam, em parte, dos numerosos acidentes ocorridos nas principais linhas adutoras, notadamente na das aguas do Xerém e do Mantiquira. Para corrigí-los, construiu-se, em 1933, a Usina de Acarí, destinada a reduzir a pressão de serviço das duas linhas adutoras mencionadas. Assentaram-se, desde logo, tres eletro-bombas, cada uma de 700 cavalos-fôrça, as quais produziram o

aumento de 19.000.000 de litros diarios. Posteriormente, instalou-se mais outra electro-bomba de 1.250 cavalos-fôrça, para aproveitamento de 20.000.000 de litros diarios, tirados do rio São Pedro.

Para completar o aparelhamento da Usina de Acarí, executaram-se, ainda, entre 1935 e 1936, as seguintes obras: na praça Maracanã, reforma completa da estação elevatoria existente e construção de uma estação elevatoria em Inhaúma.

A produção resultante dessas ampliações ficou representada por 40.000.000 de litros diarios, atingindo o seu custo a 2.440:000$000.

2. *Generalização dos hidrometros* — Outra causa da deficiencia do abastecimento era o desperdicio. Para remedial-lo, determinou-se, em 1933, a obrigatoriedade do uso de hidrometros, até então restrita aos predios industriais e comerciais e ás habitações coletivas. Os hidrometros colocados foram em numero de 5.870, até fins de 1936, devendo instalar-se, no corrente ano, mais 8.206.

No decorrer dos estudos, apresentaram-se tres soluções para o abastecimento definitivo e o projeto elaborado adotou, afinal, a captação do Ribeirão das Lages, julgada mais conveniente. O plano das obras previu uma despesa de 87.104:435$500 e uma produção de 450.000.000 de litros diarios, isto é, mais 150.000.000 do que atualmente.

Concluido o projeto, resolveu o Governo ouvir uma comissão de tecnicos estranhos aos serviços

oficiais, a qual o examinou detidamente, julgando-o merecedor de aprovação.

Aberta a concorrencia, em setembro de 1934, foi aceita a proposta da firma Dahne, Conceição & Companhia, que, sendo moral e financeiramente idonea, se propoz realizar a obra pelo processo considerado mais vantajoso. Assinado o contrato a 15 de junho do ano passado e registado pelo Tribunal de Contas, tiveram imediatamente inicio as obras, cuja execução deverá fazer-se por etapas. A primeira estará concluida em fins de 1938 e virá aumentar de 150.000.000 a 220.000.000 de litros o abastecimento diario, o bastante para atender ao aumento do consumo de agua previsto para varios anos.

SERVIÇOS DE ESGOTOS

O contrato da companhia concessionaria desse serviço está prestes a expirar e essa circunstancia concorreu para que, desinteressando-se ela pela ampliação da rêde existente, resolvesse o Governo, a partir de 1934, incumbir-se da execução dos trabalhos que se faziam urgentes nos bairros mais novos da cidade.

Fizeram-se, logo, os estudos e os planos necessarios, e as obras vão sendo realizadas pela forma seguinte:

1. Bairros de Leblon e Ipanema — Orçadas em 3.498:668$, tiveram inicio no fim de 1935, estando

MINISTERIO DO TRABALHO
INDUSTRIA E COMERCIO

OS serviços superintendidos pelo Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio desenvolveram-se de modo apreciavel durante o ano de 1936, sempre ajustados a um programa de ação metodica e persistente.

A disciplina e coordenação dos interesses do trabalho e do capital constituiram tarefa de maior predominancia, chegando-se a resultados de todo satisfatorios, como bem o evidencia o ambiente de tranquilidade em que foram resolvidos os dissidios entre empregados e empregadores. Igual atenção mereceram as medidas de amparo social e a utilização das reservas acumuladas para tal fim. Cogitou-se, ainda, de proporcionar-lhes inversão mais economica, e nesse sentido foi organizado o projeto de lei que autoriza aplicar os fundos das Caixas de Aposentadorias e Pensões no fomento do credito agricola e industrial, mediante a instituição de uma carteira de credito especializado no Banco do Brasil. A iniciativa atende, ao mesmo tempo, ás exigencias de segurança dessas disponibilidades e á

solução de um problema vital para a expansão economica do país, sem necessidade de recorrermos aos gravames da importação de capitais.

No setor da legislação social manteve-se a orientação adotada desde 1930. Além de diversas medidas complementares, destinadas a assegurar a execução das leis em vigor, deu-se cumprimento ao dispositivo constitucional que manda criar orgãos proprios da justiça do trabalho, com o projeto encaminhado ao Poder Legislativo, em 1935, e ainda pendente de deliberação. Releva, finalmente, notar que todas as medidas prescritas pela Constituição de 1934, incluidas na esfera de atribuições do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, já foram convertidas em projeto de lei que aguardam apenas resolução legislativa para devida execução.

I

DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO E DO COMERCIO

O crescimento da produção nacional, em todos os setores de atividade, é fato notorio e auspicioso Os algarismos das estatisticas são expressivos, quer se trate dos produtos minerais, animais ou vegetais. Crescem simultaneamente as cifras das materias primas e as dos produtos manufaturados. Na Men-

sagem apresentada ao Poder Legislativo, em 1936, já assinalamos tão significativa equivalencia de niveis entre os valores da produção agricola e o das industrias.

Necessidade elementar de sistematização levanos a apreciar isoladamente a estrutura economica das quatro regiões naturais em que se divide o país.

REGIÃO NORTE — Esta região, compreendendo tres Estados federados de grandes áreas e parte de dois outros, além do Territorio do Acre, com uma superficie igual á metade, aproximadamente, do territorio nacional, não revela ainda desenvolvimento á altura das suas possibilidades. Pelo concurso de variadas causas é a faixa de menor densidade humana, não alcançando mais de um habitante por unidade de superficie. E' natural que população tão rarefeita, trabalhando num meio fisico assim amplo, apresente escassa produtividade, forçosamente restrita ás industrias extrativas vegetais e sujeita a numerosas contingencias, que vão da falta de braços á dificuldade de credito, numerario e transportes. Todavia, depois de atravessar um periodo sobremodo dificil, em consequencia da queda de preços dos principais produtos, a região vai se restabelecendo economicamente e adquirindo novo ritmo de vida. A Amazonia, vencida a crise, conseguiu produção apreciavel, tendo, em 1935, apresentado cifras animadoras: borracha, 15.190 toneladas; castanha, 865.000 hectolitros; cêra de carnaúba, 3.500 tone-

ladas; madeiras, 76.000.000 de metros cubicos; noses de babassú, 28.000 toneladas; diversas sementes oleaginosas, 10.000 toneladas, aproximadamente; e ainda cerca de 1.500 toneladas de fibras diversas. Ao lado desses produtos industriais, os da agricultura tambem avultaram, num total de mais de 200.000 toneladas,

Não se restringiram, entretanto, a esses setores as atividades gerais. O cadastro industrial de 1936, levantado pelo Departamento de Estatistica e Publicidade do Ministerio, demonstrou a existencia de 1.117 estabelecimentos industriais, com uma produção no valor de 35.000:000$, em 1935.

Tratando-se de região dotada, em grande parte, de rios navegaveis, os transportes fluviais predominam, sendo a rêde ferroviaria diminuta. As estradas em trafego têm cerca de 900 quilometros; e, embora contribuam bastante para as atividades comerciais, transportando, anualmente, cerca de 150.000 toneladas de mercadorias, as suas receitas são modestas.

A rêde rodoviaria, igualmente reduzida, não atinge a 4.000 quilometros.

O trafego por agua é, entretanto, apreciavel, com a média anual de 3.600 embarcações de varias nacionalidades, que se movimentam constantemente nos 15 principais portos maritimos e fluviais.

Os dados completos de 1935, já apurados, dão os seguintes valores no comercio exterior, e no de

cabotagem, tanto referentes á importação como á exportação:

EM CONTOS DE RÉIS

	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	EXTERIOR	CABOTAGEM	EXTERIOR	CABOTAGEM
Acre	—	5.578	—	10.033
Amazonas	9.470	64.353	52.583	15.287
Pará	34.645	108.804	89.767	70.039
Maranhão	14.277	58.427	61.401	46.873
Piauí	3.726	36.950	2.866	1.459
	62.118	274.172	206.617	143.691

resultando que a importação total foi de réis 336.270:000$ e a exportação de 350.508:000$000.

A capacidade financeira e tributaria da região é fraca. Explica-se, assim, que as rendas fiscais da União, Estados e Municipios atingissem, somados, apenas a 119.673:000$000.

REGIÃO NORDESTE — A região Nordeste, abrangendo seis unidades da Federação, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Penambuco, Alagoas e Sergipe, além de grande parte da Baía e pequena faixa de Minas Gerais, tem menos de 1.000.000 de quilometros quadrados e uma população aproximada de 15.000.000 de habitantes, ou seja, um terço da população brasileira e a densidade de 15 habitantes por unidade de superficie.

As atividades da industria extrativa vegetal representam o total de 60.000 toneladas de oleos, frutos oleaginosos e fibras, além de 17.000.000 de metros cubicos de madeira.

A produção agricola avulta, principalmente nas lavouras que constituem os eixos economicos da região, a saber, a cana de açucar, o cacau, o fumo e o algodão. Os dados completos de 1935 acusam o total de 4.200.000 toneladas dessas mercadorias, sendo, quanto ao açucar, a quarta grande zona de produção mundial, e a segunda, quanto ao cacau. Para os demais produtos de lavoura a produção está assim distribuida: 44.000 toneladas, aproximadamente, de fumo; 185.000 toneladas de algodão; cerca de 32.000 de café; 332.000 toneladas de farinha de mandioca e 150.000 de feijão e arroz.

No referente ás industrias tambem se registam algarismos crescentes, a partir de 1934, quando a produção quantitativa da região superou os niveis anteriormente atingidos. O cadastro do Ministerio registou a existencia de 4.264 estabelecimentos que produziram mercadorias no valor global de réis 377.643:000$, no referido ano, e assim computados por Estado:

	Contos de réis
Pernambuco	165.707
Baía	70.831
Alagoas	29.594

	Contos de réis
Sergipe	29.091
Paraíba	21.413
Ceará	20.241
Rio Grande do Norte	4.766

Do computo geral ressaltam os contingentes fornecidos pelas industrias de tecelagem de algodão, com cerca de 190.000:000$; pela de cigarros e charutos, com 41.000:000$; pela de calçados, com 26.324:000$; pela de conservas alimenticias, com 28.000:000$; pelas de papel, com cerca de 10.000:000$ e de moveis, com 6.000:000$, aproximadamente, sem mencionar a produção de fosforos, drogas e a de alcool industrializado para combustivel, que ultrapassou de 100.000 hectolitros, e a industria salineira, que forneceu mais de 250.000 toneladas de sal.

As estradas de ferro, distribuidas por oito companhias, compreendendo uma rêde de 6.100 quilometros, transportaram no ano mencionado 2.400.000 toneladas de mercadorias diversas, que produziram uma receita de 44.200:000$000.

Nessa região as rodovias, muitas de excelente construção e obedecendo a traçado tecnico, atingem 24.000 quilometros.

A média de embarcações que entraram e sairam foi de 17.500, representando 27.000.000 de toneladas de deslocamento, animando as trocas nos 21 portos principais. Os algarismos do comercio,

tanto exterior como de cabotagem, são os seguintes, distribuição feita por Estados e referente á importação e exportação.

EM CONTOS DE RÉIS

	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	EXTERIOR	CABOTAGEM	EXTERIOR	CABOTAGEM
Ceará	41.837	208.685	155.468	52.512
Rio Grande do Norte	15.854	95.766	68.828	63.664
Paraíba	28.759	92.707	115.635	81.436
Pernambuco	213.888	362.927	122.821	350.840
Alagoas	19.279	82.125	40.221	124.703
Sergipe	3.770	56.730	3.676	48.269
Baia	91.633	337.275	294.295	133.217
	415.020	1.236.115	800.944	844.641

resultando globalmente a importação de réis 1.651.135:000$ e a exportação de 1.645.585:000$000.

As receitas fiscais, arrecadadas pela União, Estados e Municipios, somaram 470.000:000$, enquanto as despesas alcançaram a 354.000:000$000.

REGIÃO SUESTE — Abrangendo o Distrito Federal, Espirito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, quasi todo o Estado de Minas Gerais e a parte meridional de Baía, Goiaz e Mato Grosso, ocupa a região sueste uma superficie aproximada de 2.000.000 de quilometros quadrados, com a população de 19.500.000 de habitantes, o que dá a densidade nove habitantes por unidade de superficie.

Algumas industrias extrativas vegetais apresentam, em 1935, algarismos expressivos, como sejam, madeiras, 62.000.000 de metros cubicos, cabendo só a Minas Gerais 50.500.000 além de 88.000 toneladas de carvão vegetal; 20.000 toneladas de cascas taniferas, cerca de 30.000 toneladas de oleos vegetais e de 10.000 toneladas de herva-mate, tudo num total aproximado de 200.000 toneladas de produtos vegetais, por ano.

Mostram-se ainda muito vultosos os algarismos referentes ás industrias extrativas minerais, ultrapassadas, todavia, pelas culturas agricolas que predominam incontestavelmente na região.

As cifras totais da produção agricola, em 1935, excederam a 9.000.000 de toneladas, sobressaindo a do café, que é de 1.100.000 toneladas, a do milho, que atinge 3.500.000 toneladas, a do arroz, que anda proxima de 1.000.000, a do feijão, que atinge 500.000, a do algodão, que chega quasi a 300.000 toneladas, e as de batatas, laranjas, bananas, respectivamente, de 170.000 toneladas, 25.000.000 de caixas e 51.360.000 cachos.

O desenvolvimento das industrias constitue aspecto predominante na vida economica da região. Basta notar que, em 1936, o cadastro acusava a existencias de 21.164 estabelecimentos industriais.

Tomadas as 17 industrias de maior importancia, verifica-se que a produção de 1934 alcançou um valor de mais de 3.500.000:000$, sendo quasi

1.000.000:000$ de tecidos; mais de 200.000:000$ de calçados; papel, 100.000:000$; chapeus, 50.000:000$; moveis, 100.000:000$000.

A produção do alcool combustivel ultrapassou de 360.000 hectolitros.

Merece tambem destaque o crescimento da industria siderurgica, cuja produção foi de 180.000 toneladas aproximadamente, e o incremento do fabrico de cimento, que excedeu de 350.000 toneladas.

A rêde ferroviaria da região é a mais completa do país. Com 20.260 quilometros em trafego, apresenta um movimento de cargas superior a 16.500.000 toneladas de mercadorias diversas e uma receita arrecadada superior a 350.000:000$000.

As rodovias compreendem 56.000 quilometros.

O valor do comercio exterior e de cabotagem, por Estados, exprime-se, em 1935, pelas seguintes cifras:

EM CONTOS DE RÉIS

	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	EXTERIOR	CABOTAGEM	EXTERIOR	CABOTAGEM
Espirito Santo	5.690	63.555	161.088	25.187
Rio de Janeiro	21.484	22.943	14.401	7.247
Districto Federal	1.535.837	653.905	474.384	1.023.844
São Paulo	1.540.502	387.415	2.071.234	590.199
Mato Grosso	5.769	4.230	8.083	25

acusando os totais de 4.230.366:000$, na importação, e 4.375.923:000$, na exportação.

O total das receitas fiscais da União, Estados e Municipios foi de 2.845.709:000$, em 1934, assim distribuidos:

	Contos de réis
Espirito Santo	48.218
Estado do Rio	124.868
Distrito Federal	1.194.876
São Paulo	1.216.458
Minas Gerais	241.412
Goiaz	14.018
Mato Grosso	15.859

Embora os índices não sejam altos, em confronto com a superficie e população, mostram-se, contudo, promissores e em franco movimento ascendente. A capacidade economico-financeira da região aumenta gradativamente. Em dezembro de 1934, os bancos e caixas de economia popular acusavam depositos no valor de 6.625.500:000$000.

REGIÃO SUL — A faixa sub-tropical brasileira compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E' a menor das quatro em superficie — apenas 580.184 quilometros quadrados — e a terceira em população, com cerca de 5.000.000 de habitantes, e a densidade media de 8 habitantes por unidade de superficie.

As industrias extrativas vegetais desenvolvem-se de modo progressivo e promissor, demonstrando os algarismos de 1935 os seguintes volumes: madeiras, 6.000.000 de metros cubicos; herva-

mate, 72.000 toneladas; crina vegetal, 3.000 toneladas e mais outros produtos de menor vulto.

Nas explorações minerais, predomina a antracite, com uma extração de 800.000 toneladas, mais ou menos, cifra reveladora de aumento apreciavel, em comparação com as 380.000 toneladas de 1929 e as 500.000 de 1932.

As atividades da agricultura e da pecuaria são prosperas, incluindo produtos da mesma latitude, no hemisferio norte, o que tem concorrido para diminuir as importações do estrangeiro e reforçar as cifras de movimento do mercado interno.

A produção agricola, em 1935, excedeu de 4.000.000 de toneladas, sendo as colheitas mais significativas as de milho, 1.800.000 toneladas; farinha de mandioca, 900.000; arroz, 240.000; feijão, 220.000; uva, 220.000; batata, 200.000; trigo, 150.000; e outras inferiores a 100.000, que são as de fumo, café, centeio e cevada.

Os estabelecimentos industriais da região, cadastrados pelo departamento competente deste Ministerio, foram em numero de 3.022. Os 19 principais ramos industriais produziram mercadorias no valor de 380.000:000$, assim descriminados por Estado.

	Contos
Paraná	43.500
Santa Catarina	54:800
Rio Grande do Sul	281.000

A produção de maior vulto está assim distribuida: calçados, cerca de 91.000:000$; vinhos, 61.000:000$; tecidos de algodão e lã, cerca de 40.000:000$; laticinios, cerca de 25.000:000$; conservas alimenticias, 30.000:000$; cigarros e fosforos, cerca de 33.000:000$; bebidas licorosas e fermentadas, 20.000:000$; chapéus, papel, drogas e tecidos de malha, que entraram no total com parcelas de mais ou menos 10.000:000$000.

As ferrovias em trafego, em 1934, compreendiam a extensão de 5.593 quilometros, ou sejam 16 % da rêde nacional, com um movimento de 3.372.000 toneladas de mercadorias, e a receita bruta de 75.600:000$, cabendo, só á Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, 48.000:000$000.

O comercio exterior e o de cabotagem apresentam os seguintes algarismos de importação e exportação, por unidade federada:

EM CONTOS DE RÉIS

	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	EXTERIOR	CABOTAGEM	EXTERIOR	CABOTAGEM
Paraná.....	29.155	80.328	95.489	51.881
Santa Catarina.....	33.054	107.614	33.427	115.391
Rio Grande do Sul.....	207.248	466.754	237.361	485.184

totalizando 924.457:000$ de mercadorias entradas e 1.018.743:000$ de saídas.

As receitas fiscais da Federação, Estados e Municipios foram de 66.589:000$, 43.499:000$ e 368.273:000$, respectivamente, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os depositos bancarios, em dezembro de 1934, alcançavam 800.000:000$000.

INDICES DE PROGRESSO GERAL

O balanço das informações compulsadas evidencia a ascensão das nossas atividades produtoras e do nivel do engrandecimento economico nacional.

Confrontando os dados correspondentes a cada região, apura-se o seguinte resultado *per capita:*

EM CONTOS DE RÉIS

	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	RECEITA FISCAL	DEPOSITO BANCARIO
Norte	68.900	66.100	21.500	35.500
Nordeste	117.200	117.600	33.500	50.100
Sueste	226.000	218.500	147.000	342.200
Sul	206.300	187.300	97.000	161.500

Os numeros acima representam, em conjunto, indices relativamente fracos, demonstrando, entretanto, a existencia, na grande zona sub-equatorial,

de um nucleo de civilização dotada de condições de vida verdadeiramente excepcionais.

Descendo ao exame das parcelas mais significativas dessa expansão, nas reigões em que dividimos o país, verifica-se que temos maior produção na agricultura, maior ainda na industria manufatureira, e aumento sensivel nas industrias extrativas e de transformação, enfim, em todos os setores das atividades nacionais.

Por outro lado, o nosso mercado interno amplia-se paralelamente em condições de absorver cada dia maior volume de utilidades. Isso exprime, de modo geral, a melhoria de capacidade aquisitiva das populações, seguro indice de progresso.

A importação de materias primas foi de 2.732.854 toneladas em 1935, quando em 1913, antes da grande guerra, atingira a 3.425.086 toneladas. Enquanto as nossas aquisições no estrangeiro, apesar do aumento da população, declinam, o comercio de cabotagem aumenta de modo apreciavel. Basta notar, para exemplo, que em 1921 o movimento interno das materias primas era de 213.889 toneladas, passando a 361.055 em 1931 e a 655.480 em 1934.

O valor global da produção industrial já superou o nivel do periodo anterior á crise de 1929. O aumento resulta superior a 150.000:000$ em 1934, seguramente maior em 1935, como deixam prever os dados até aqui conhecidos.

	1928	1934
	Contos de réis	Contos de réis
Algodão	947.133	947.768
Lã	163.548	132.990
Seda	142.772	239.057
Cobertores, colchas, etc	66.927	64.785
Meias	75.930	55.717
	1.406.310	1.440.317

	1928	1934
	Contos de réis	Contos de réis
Papel	55.555	114.618
Fosfero	66.630	78.695
Calçados	377.881	337.541
Chapeus	140.871	65.270
Açucar	700.390	694.842
Açucar (1936)		721.948

E' oportuno observar que o aumento recae sobre algumas das industrias consideradas, até pouco, em superprodução, em virtude do colapso de 1929. Conclue-se, portanto, já terem elas entrado na fase de equilibrio, favorecidas, sem duvida, pelos beneficios da medida de emergencia constante do decreto 19.739, de 7 de março de 1931, prorrogado até 31 de março ultimo. Atendendo a isso, resolveu o Governo, ouvidos os interessados e o Conselho Federal do Comercio Exterior, organizar um ante-projeto calcado sobre a antiga lei e adaptado ás circunstancias atuais, tendo em vista evitar os abalos de uma brusca mudança na situação criada, e a necessidade de resguardar as exigencias do aperfeiçoamento tecnico e da ampliação do nosso parque industrial.

Outro indice, da nossa atividade industrial, digno de referencia, é o numero de maquinas importadas para as nossas industrias. Em 1935 os pedidos de importação subiram a 1.790 contra 1.250 no ano anterior. Os maquinismos destinaram-se: 639 á industria textil, 63 á de calçados, 79 á de açucar, 16 á de papel, 30 á de chapeus e ainda 875 a diversas industrias novas ou não declaradas em superprodução.

As industrias extrativas minerais acham-se igualmente em franco desenvolvimento. Comparando os anos de 1928 e 1935, notamos um acrescimo de 117% na produção de carvão, 99 % na de ferro gusa, 172 % na de aço laminado, 87 % na de ferro laminado e, afinal, 294 % na de cimento, sendo que esta, em breve, estará em condições de suprir completamente o mercado interno.

As estatisticas permanecem deficientes em relação aos minerios em inicio de exploração ou explorados de forma dispersiva, sem organização industrial. A extração aurifera, dados os estimulos governamentais, cresce de maneira sensivel e tende a melhorar nos seus processos tecnicos, com a abertura de novos campos e formação de algumas companhias.

Entre os minerios, cujo beneficiamento tem sido objeto de estudos do Instituto Nacional de Tecnologia, figura o *rutilo*, de procura crescente e preços remunerativos no mercado mundial, até agora exportado em bruto. Para explorá-lo industrialmente, além das pequenas instalações existentes, vamos ter,

no Estado de Minas Gerais, uma grande usina, aparelhada para beneficiar o produto, segundo o padrão comercial fixado pelas experiencias do Instituto referido.

O acido sulfurico, elemento preponderante na fabricação de explosivos, está sendo obtido, para consumo interno, por enquanto restrito, com o aproveitamento industrial da pirita, que contém grande percentagem de enxofre e é muito abundante, principalmente nas regiões de Ouro Preto, Rio Claro e nas zonas carboniferas do Sul.

Outros minerios, tais como manganês, cromo, niquel, bauxita, etc., alcançaram tambem aumento de produção.

Durante o ano de 1936, a extração de carvão decresceu em consequencia das inundações ocorridas nas Minas de São Jeronimo, a mais importante bacia carbonifera do país, situada no Rio Grande do Sul. Atingiu, ainda assim, a 650.857 toneladas contra 780.146 no ano anterior. O poder publico continua a empenhar-se pelo incremento do consumo do combustivel nacional, o que se justifica por ser um dos produtos cuja importação mais onera a nossa balança comercial, como se verifica pelas cifras de 1935 e 1936, muito aumentadas em relação ás de 1934.

	Toneladas	Contos de réis
1934.....	1.079.549	84.395
1935.....	1.314.692	136.312
1936.....	1.322.100	154.719

O consumo de combustivel liquido aumenta constantemente, pela utilização do carburante obtido com a mistura do alcool industrializado. A capacidade diaria das distilarias de alcool anhidro já é de 250.000, devendo elevar-se, com as duas instalações em construção, a 370.000 litros. Em 1936 o o consumo do combustivel foi de 7.888.700, produzindo 78.888.000 litros de mistura carburante, que representam relativamente á quantidade de gasolina importada, calculada em 400.000 milhares de litros, apenas 2 % ou 20 % de mistura. Considerando-se que somente 70 % da gasolina, que entra no Brasil, vem a granel e que a mistura só é possivel em relação a essa quantidade, teremos que a percentagem de alcool anhidro já empregado corresponde a cerca de 3 %. Muito falta para alcançarmos a percentagem obrigatoria e mais ainda o limite maximo de 20 % admitido pela tecnica, sem prejuizo da propulsão dos motores. De qualquer fórma, por isso, a capacidade de produção das usinas montadas e em instalação permanecerá inferior as possibilidades do consumo atual.

No referente ás industrias que utilizam materia prima vegetal, ha a assinalar, em 1936, um incremento bastante auspicioso, principalmente na fabricação de artefatos de borracha, cujo valor é expresso por 45.000:000$, 10.000:000$ a mais do que o produzido em 1935. Só a nova fabrica instalada no Distrito Federal lançou ao mercado 30.421 pneu-

maticos e 21.234 camaras de ar, no valor de 9.000:000$, aproximadamente.

As fibras destinadas á tecelagem e ao fabrico de celulose continuam merecendo particular atenção, tanto do Governo como das empresas manufatureiras. A extração e as culturas começam a industrializar-se com a colaboração constante das instituições do Estado. Está em andamento no Poder Legislativo o projeto de criação do Instituto Federal de Fibras e Celulose, nos moldes de cooperativa mixta, com autonomia financeira completa e patrimonio proprio. Trata-se de iniciativa, sob todos os aspectos, oportuna e indispensavel para o aproveitamento industrial das numerosas variedades de fibras conhecidas e exploração de especies novas, abundantes nas nossas florestas.

II

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Bôa parte do esforço aplicado ao trabalho pelos brasileiros perdia-se improdutivamente por falta de metodo, deficiencias de educação, precariedade na formação tecnica e ausencia de estimulos á continuidade no oficio ou na profissão.

Nos velhos países, em que sobre as bases das corporações e guildes ergueram-se os sindicatos nas suas variadas modalidades, a organização profis-

sional e a previdencia social resultaram da iniciativa das proprias classes interessadas.

Privados desse lastro de experiencia e afeitos ao simplismo da economia patriarcal alicerçada no trabalho escravo, bruscamente substituido pelo salariato, não poderiamos levar a cabo semelhante tarefa sem a intervenção deliberada e decisiva do poder publico, mais do que ninguem interessado em evitar entrechoques e lutas estereis, para melhor assegurar o equilibrio da vida social e as condições indispensaveis ao progresso e bem estar coletivo. Outro não foi o objetivo do Governo, instituido pela revolução de 1930, ao promover a legislação trabalhista vigente, executando-a, em seguida, com atento cuidado e alta preocupação patriotica.

TRABALHO AGRARIO

Na Mensagem enviada ao Poder Legislativo, no ano ultimo, foram feitos oportunos reparos á organização desse importante setor das atividades nacionais. Enquanto o levantamento cadastral acusa a existencia de quatro vezes mais trabalhadores rurais do que urbanos, as estatisticas idoneas registam o quasi equilibrio entre a produção industrial e a agraria. Isso evidencia, ao mais ligeiro exame, o escasso rendimento do labor dos campos.

Causas diversas retardam, efetivamente, o desenvolvimento da nossa economia rural. Não são

das menos importantes a extensa base geografica, com nucleos de população muito rarefeitos, e as grandes distancias a percorrer para alcançar mercados compensadores, Mas, ao lado dessas e agravando-lhes os efeitcs, encontramos, como velha equação não resolvida; a falta de preparo tecnico e de amparo financeiro. Não descuidando os demais aspectos, preocupou-se o Governo, com maximo interesse, em dar á lavoura credito em condições economicas, havendo submetido já ao Poder Legislativo os projetos de reforma do penhcr agriccla e de criação da carteira com que o Banco do Brasil deverá atender ao financiamento da produção dos campos.

Ainda outra causa, de intima relação com as acima indicadas, é a colcnização e o povoamento, diretamente vinculada á questão imigratoria, que vem sendo objeto de longos debates desde a Constituinte de 1934 e após a aprovação do dispositivo da lei fundamental que estabeleceu o regime de quotas. Tambem, sob esse aspecto do problema, a ação governamental não se retardou. Já foi submetido á alta consideração da Camara dos Deputados o projeto de lei instituindo o Conselho Nacional de Imigração e cometendo-lhe a tarefa de regulamentar o preceito constitucional. O projeto dota o poder publico dos meios indispensaveis para disciplinar e reforçar as correntes imigratorias, na direção que melhor consulte os altos interesses nacionais.

Quanto ao aparelho administrativo existente, o Departamento Nacional de Povoamento, pode-se dizer que os seus serviços, relativos á localização de trabalhadores do campo, entrada, assistencia e hospedagem de imigrantes e colonos, tanto nacionais como estrangeiros, funcionam de maneira satisfatoria. Pela secção de identificação, recentemente criada, passam todos os que desembarcam no porto do Rio de Janeiro e os que demandam o interior do país. As vantagens desse serviço, feito com regularidade e metodo, são evidentes, por assegurar o controle do reingresso no país de elementos perniciosos, e a fiscalização dos que se destinam ao trabalho agricola. Urge, por isso mesmo, estendê-lo aos demais portos abertos ao trafego internacional imigratorio, de modo a serem cumpridas totalmente as disposições do decreto n. 24.258, de 16 de maio de 1934. Isso será feito logo que exista a dotação orçamentaria indispensavel.

O movimento de passageiros foi intenso, no ano findo. Pelo porto do Rio de Janeiro entraram 722 vapores, transportando 20.345 passageiros não imigrantes e 3.846 imigrantes; pelo de Santos entraram 21.136 passageiros, dos quais 6.765 considerados imigrantes, não identificados.

Continuam a receber transporte gratuito os imigrantes que tiverem colocação segura, obtida por intermedio do Departamento Nacional de Povoamento ou de terceiros. Foram encaminhados por

conta do Governo 7.291 individuos, constituindo 1.089 familias com 4.568 pessoas e mais 2.723 avulsos. A maior parte desses trabalhadores localizou-se nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Baía. Continuam, tambem, aos cuidados do Departamento os trabalhadores nacionais sem recurso, que aguardam colocação nas lavouras ou industrias do interior e os imigrantes que não satisfizeram exigencias legais.

TRABALHO NA INDUSTRIA, NO COMERCIO E NOS TRANSPORTES

A organização do trabalho nesses setores, iniciada em 1930, progride com resultados sobremodo vantajosos. A regulamentação da lei chamada dos dois terços, de horarios, ferias e seguros contra todos os riscos, inclusive o de acidente, vem sendo cumprida regularmente, evidenciando, porém, a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa, que não pode ser feita por deficiencia de pessoal e sem a criação da justiça especial do trabalho.

A esses problemas, já encaminhados, sobrepõe-se, entretanto, outro de grande alcance: o da formação tecnica do operariado. Para atendê-la, cogita-se de organizar, nos principais sindicatos de empregados, escolas profissionais, com a colaboração dos patrões e a inspeção e auxilio do Estado.

As experiencias do ano findo, nas industrias de calçado e nos transportes terrestres, autorizam a crer na possibilidade de estender esse processo de aprendizado a todas as associações de classe do país. As cotizações dos trabalhadores sindicalizados teriam um nobre e previdente emprego quando utilizadas para transmitir aos filhos dos operarios o preparo profissional, que estes só com muito esforço e grande perda de tempo conseguiram adquirir.

Os sindicatos aumentaram de modo apreciavel no ano ultimo, sendo oficialmente reconhecidos mais 190, dos quais 60 de empregadores, 106 de empregados, 19 de classes liberais e 5 de trabalhadores por conta propria. Ao iniciar-se, portanto, o ano de 1937, estava elevado a 1.321 o numero de sindicatos, sendo 695 de empregados, 538 de empregadores, 75 de profissões liberais e cinco de trabalhadores por conta propria.

Os serviços de identificação profissional aumentaram de 160.135 fichas no ano findo, sendo enviadas para os Estados 98.371 carteiras profissionais. Até 31 de dezembro estavam identificados 954.869 trabalhadores. A receita arrecadada por esse serviço foi de 1.095:351$, assim distribuida: 956:765$ da expedição de primeiras vias; réis 18:452$500 de segundas vias; 104:563$500 do registo de livros. Solucionaram-se 2.065 das 2.300 reclamações apresentadas por empregados a proposito de ferias, demissão, aviso prévio e salarios.

Em cumprimento do decreto n. 756, de 20 de abril de 1936, vem sendo feito o levantamento cadastral dos estabelecimentos comerciais e industriais do Distrito Federal e o prontuario de empregados e empregadores e respectivo fichario datiloscopico.

FISCALIZAÇÃO DAS LEIS SOCIAIS

O esforço desenvolvido para a exata aplicação das leis trabalhistas tem sido consideravel.

Os sindicatos patronais, atendendo ao apelo do Ministerio, aconselham aos seus associados a observancia das leis e levam as duvidas suscitadas á arbitragem das inspetorias, enquanto, por sua vez, os empregados, através dos seus orgãos de classe, exercem proveitosa vigilancia no sentido de tornar efetivas as garantias legais.

A Procuradoria Geral do Trabalho, cuja esfera de ação está limitada ao Distrito Federal, solucionou, durante o ano ultimo, 1.140 dissidios, causados por atrazos de salarios, despedidas sem aviso prévio e ferias legais, no valor de 392:272$763, contra 823 em 1935, no valor total de 185:354$655.

Os processos e termos de reclamação nas juntas de conciliação e julgamento atingiram, em 1936, a 2.183, contra 860 e 1.107 em 1934 e 1935, respe-

ctivamente. Os inqueritos levados a termos foram em numero de 178, em 1936.

Os executivos fiscais originados de multas impostas pelo Departamento Nacional do Trabalho e Conselho Nacional do Trabalho atingiram a 1.110, tendo sido liquidados 195 processos e pagos 40:205$690 de multas e ferias.

As cobranças judiciais motivadas pelo não cumprimento de laudos das juntas obedecem a processo mais moroso, sujeito aos prazos observados na justiça comum e permitindo todos os recursos protelatorios. Apesar disso, entraram em execução 698, com decisões das juntas, liquidando-se 68 dissidios, no montante de 62:511$400, pagos aos empregados litigantes.

Os resultados de ação conciliatoria da Procuradoria são igualmente apreciaveis. Sómente de salarios atrazados receberam 292:272$763 os empregados reclamantes.

Os conflitos coletivos levados ao conhecimento da Procuradoria têm sido quasi todos solucionados. De 280 litigios foram resolvidos 249 e enviados ás juntas de julgamento apenas 21.

Atualmente encontram-se instaladas nos Estados e no Distrito Federal 38 comissões mixtas de conciliação e 75 juntas de conciliação e julgamento. As primeiras não mostraram rendimento apreciavel; as juntas, porém, atuaram de modo proficuo. As duas juntas existentes no Distrito

Federal realizaram, no ano findo, 435 audiencias, e proferiram julgamentos no valor de 2.789:475$400, solucionando ainda, por conciliação, 405 casos. Foram regeitados, por improcedentes, 581 reclamações e consideradas procedentes 1.002 outras, na importancia de 1.276:269$400. A arrecadação da taxa de 2 % atingiu a 55:789$508.

A junta de conciliação da capital do Estado de São Paulo julgou 34 processos em igual numero de audiencias. Entre os processos julgados, nove concluiram pela improcedencia da reclamação, um foi arquivado e tres resolvidos por conciliação. Os 21 restantes deram lugar a indenizações no montante de 414:500$000, atingindo a 8:089$944 o produto da taxa de 2 %.

Na capital do Estado do Pará funcionam tres juntas, que tomaram conhecimento e julgaram 116 processos, dos quais 29 improcedentes, no valor de 15:240$, e os restantes liquidados, sendo 36 reclamações no valor de 20:696$500 e 40 processos no total de 14:338$200. A taxa de 2% arrecadada produziu 1:123$352.

A junta de conciliação da capital do Amazonas recebeu 37 reclamações, das quais cinco foram arquivadas e as 32 restantes julgadas.

Instalada em 1936, a junta da capital do Ceará examinou 98 reclamações, das quais sete improcedentes e as 91 restantes, no valor de 14:735$550, resolvidas por conciliação. A da capital do Rio

Grande do Norte tratou de 14 dissidios, dos quais resolveu nove, no valor de 11:515$, e julgou improcedentes cinco.

Na capital de Pernambuco, as duas juntas em funcionamento julgaram 69 reclamações, na importancia de 137:754$300; resolveram por conciliação 50 reclamações, representando a importancia de 19:647$800; e regeitaram 54, por improcedentes.

A junta de conciliação da capital do Espirito Santo recebeu 41 reclamações, conciliou oito, julgou sete, regeitou outras sete por improcedentes, mandou arquivar uma, converteu em diligencia seis e adiou a solução de 12.

As seis juntas instaladas no Estado de Santa Catarina resolveram 62 casos, mandando pagar indenizações no valor de 49:356$800.

E' oportuno, finalmente, mencionar o apreciavel trabalho produzido pelas 23 delegacias de trabalho maritimo existentes nos portos nacionais. Todas se conduziram de modo a satisfazer plenamente os fins para que foram criadas.

III

SEGURO SOCIAL E INSTITUIÇÕES DE PREVIDENCIA

Os países novos, de economia em formação, em que a mobilidade dos quadros sociais é grande,

são acoimados, geralmente, de imprevidentes e perdularios.

Os brasileiros, por mais de uma vez, tiveram de sofrer o alcance dessa classificação. Muitos, em grande numero, bem a mereceram, certamente. Hoje, porém, já seria excesso aplicar o conceito sem fazer distinções. E' que o habito de poupar começa a generalizar-se, pela compreensão da necessidade de guardar para ter com que enfrentar as vicissitudes do futuro e as incertezas da existencia. O senso economico desperta e colhem-se dele os resultados mais beneficos. Quem se habitua a separar e amealhar pequena importancia dos proventos de cada mês institue, ao mesmo tempo, uma disciplina interior, amor á ordem nas despesas, equilibrio na distribuição do orçamento familiar.

Foi para o aproveitamento e propulsão dessas boas disposições que o Governo, no cumprimento do seu programa de assistencia economica ás classes menos favorecidas da fortuna, fez a tentativa, já agora em pleno exito, de instituir o seguro obrigatorio, capaz de amparar o trabalhador e de garantir-lhe o futuro da prole e uma subsistencia segura, quando atingido por acidentes, invalidado ou envelhecido.

De inicio, surgiram resistencias, que se dissipam, felizmente, com o correr dos tempos, dando lugar a um ambiente de tranquilidade e confiança,

são acoimados, geralmente, de imprevidentes e perdularios.

Os brasileiros, por mais de uma vez, tiveram de sofrer o alcance dessa classificação. Muitos, em grande numero, bem a mereceram, certamente. Hoje, porém, já seria excesso aplicar o conceito sem fazer distinções. E' que o habito de poupar começa a generalizar-se, pela compreensão da necessidade de guardar para ter com que enfrentar as vicissitudes do futuro e as incertezas da existencia. O senso economico desperta e colhem-se dele os resultados mais beneficos. Quem se habitua a separar e amealhar pequena importancia dos proventos de cada mês institue, ao mesmo tempo, uma disciplina interior, amor á ordem nas despesas, equilibrio na distribuição do orçamento familiar.

Foi para o aproveitamento e propulsão dessas boas disposições que o Governo, no cumprimento do seu programa de assistencia economica ás classes menos favorecidas da fortuna, fez a tentativa, já agora em pleno exito, de instituir o seguro obrigatorio, capaz de amparar o trabalhador e de garantir-lhe o futuro da prole e uma subsistencia segura, quando atingido por acidentes, invalidado ou envelhecido.

De inicio, surgiram resistencias, que se dissipam, felizmente, com o correr dos tempos, dando lugar a um ambiente de tranquilidade e confiança,

que facilita o esforço governamental e a mais larga difusão de tão util medida de previdencia.

Por outro lado, não se descuidou o Governo de examinar a situação das primeiras caixas de aposentadoria e pensões, criadas sob o regime da triplice contribuição e servindo por empresas. Os tecnicos da materia indicaram que esse extremo fracionamento, com o seu pequeno numero de associados em caixas isoladas, não permitia a acumulação rapida das reservas necessarias á indenização dos riscos. Sem perda de tempo, corrigiu-se a lacuna, adotando-se o plano de fusão e agrupando os segurados por profissão. Foram organizados, nesses moldes, os institutos dos maritimos, dos bancarios, comerciarios, estivadores e trabalhadores em trapiche, e mais recentemente o Instituto dos Industriarios, que reunirá os trabalhadores industriais do país em numero aproximado de um milhão.

Assente em definitivo o tipo de organização mais conveniente, estudou-se o processo pratico e aconselhavel para a aplicação das reservas acumuladas, que atingem, atualmente, a meio milhão de contos, em parte, e, provisoriamente invertidos na aquisição de titulos da divida publica. Chegando-se, afinal, á conclusão de que mais proveitoso seria empregar os fundos das instituições de previdencia no fomento do credito rural e industrial, organizou-se, desde logo, o projeto de lei que dispõe a respeito e se acha em andamento no

Poder Legislativo. Visando, ainda, aproveitar as reservas do seguro numa aplicação de sentido social e economico, o Ministerio do Trabalho autorizou a concessão de emprestimos, mandando que se instalassem, nos institutos e caixas, carteiras prediais destinadas a adquirir e construir casas para residencia dos associados.

Passaremos, agora, a examinar o movimento das instituições de previdencia social em pleno funcionamento.

CAIXAS E INSTITUTOS DE PREVIDENCIA

MOVIMENTO ASSOCIATIVO E DE FUNDOS — O numero de instituições, em 1936, era o seguinte:

Ferroviarios	46	caixas
Portuarios	11	»
Estivadores	1	caixa
Trabalhadores em trapiche	1	»
Maritimos	1	instituto
Bancarios	1	»
Comerciarios	1	»
Diversos	121	caixas

no total de 183, com 495.363 associados durante o ano de 1935, cujos beneficiarios estavam distribuidos assim:

Aposentados	13.759
Pensionistas	17.102

Os dispendios das caixas e institutos, no referido ano, elevaram-se a 67.327:563$500, dos quais 29.579:332$900 de aposentadorias ordinarias; réis 14.621:440$100 de aposentadorias por invalidez; 12.895:110$100 pagos a orfãos e viuvas; réis 10.010:179$200 de serviços medicos e hospitalares e 221:501$200 de beneficios diversos.

Em 31 de dezembro de 1935, o patrimonio apurado pelo balanço das caixas e institutos era de 496.328:660$400, do qual foram aplicados réis 282.626:781$200 em apolices da divida publica federal; 4.564:550$500 em imoveis; 36.337:383$200 nas carteiras de emprestimos; 2.794:072$700 nas prediais e 4.292:610$100 de moveis e utensilios. Ainda foram autorizadas aquisições de 254 terrenos, para construção de predios para os associados, no valor de 1.908:956$737; dois terrenos e predios para sede de caixas, no valor total de 1.975:851$500, perfazendo a quantia de 3.884:808$232 as aquisições autorizadas. Espera-se que o novo regulamento das construções financiadas pelas caixas determine maior desenvolvimento das carteiras prediais.

A secção atuarial do Conselho Nacional do Trabalho realizou estudos tecnicos e preparou 49 tabelas e quadros, servindo alguns dos seus membros como orientadores da parte tecnica junto aos grandes institutos. Além disso, analizou-lhes minuciosamente a situação e estudou os orçamentos

para o ano corrente, em numero de 171, com a seguinte previsão de receita:

Contribuição dos empregados.....	89.838 :225$900
Contribuição dos empregadores.....	89.838 :225$900
Contribuição do Estado.....	89.838 :225$900
Rendas patrimoniais.....	36.095 :300$000
Receitas diversas.....	12.007 :191$100

atingindo a soma de 317.617:168$800, emquanto a despesa orçada foi distribuida da seguinte maneira:

		%
Aposentadorias.....	56.834 :800$000	17,52
Pensões.....	17.422 :000$000	5,49
Serviços medico-hospitalares.....	12.233 :800$000	3,86
Despesas de administração.....	29.390 :032$000	9,27
Diversas despesas.....	7.760 :434$600	2,45

somando 123.641:067$700, na percentagem de 38,98 % da arrecadação.

A fiscalização das instituições de previdencia social é controlada pelo Conselho Nacional do Trabalho, que exerce vigilancia tecnica e financeira, distribuidos os trabalhos pelos seus 18 membros, que, no ano findo, relataram e decidiram 3.148 processos.

INSTITUTO DOS COMERCIARIOS — Os serviços deste instituto, o maior do país já em funcionamento, desenvolvem-se, normalmente, transpondo as dificuldades iniciais e adaptando-se ás necessidades do seu crescimento.

Racionalizam-se os trabalhos dos departamentos, simplificam-se as normas de processo para a concessão de beneficios e tomam-se todas as iniciativas praticas para o seu funcionamento rapido e economico.

Criaram-se 23 agencias arrecadadoras, instaladas nas seguintes cidades: Parnaíba e Floriano (Piauí); Crato, Sobral, Camocim, Cedro e Lomoeiro (Ceará); Campina Grande (Paraíba); Mossoró (Rio Grande do Norte); Penedo (Alagoas); Caruarú, Garanhuns, Floresta dos Leões, Triunfo, Palmares e Rio Branco (Pernambuco); Estancia (Sergipe); Ilhéus, São Felix, Joazeiro, Nazareth e Caitité (Baía).

O Conselho Administrativo autorizou ainda as seguintes, que estão sendo instaladas: Petropolis, Campos, Friburgo, Barra do Piraí (Estado do Rio); Cachoeiro do Itapemirim (Espirito Santo); Juiz de Fora, Uberaba, Formiga, Teofilo Otoni, Carangola, São Sebastião do Paraíso, Itanhandú e Varginha (Minas Gerais); Campinas, Ribeirão Preto, Baurú, Araraquara, Rio Preto e Guaratinguetá (São Paulo); Campo Grande e Corumbá (Mato Grosso); Blumenau e Joinvile (Santa Catarina); Santa Maria, Caxias, Cruz Alta, Uruguaiana e Pelotas (Rio Grande do Sul).

Prosseguem os trabalhos do censo dos comerciarios e mecanizam-se os serviços de contabilidade.

Haviam sido previstas 130.000 empresas com um total de 447.000 associados, dos quais até 15 de dezembro estavam matriculados 262.813 empregados e 57.296 empresas. As modificações introduzidas na lei e a exclusão de diversas classes (alfaiates, tintureiros, barbeiros, empregados nas empresas de petroleo) e ainda o cancelamento de cerca de 13.000

empregadores reduz os numeros previstos a cerca de 360.000 associados e 105.000 empresas.

O Instituto concedeu durante o ano ultimo 318 pensões, no valor mensal de 19:435$800, e 183 aposentadorias, com a despesa tambem mensal de 40:395$700.

Até 26 de dezembro ultimo o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciarios havia aplicado, em obrigações do Tesouro Nacional e apolices do Reajustamento Economico, a quantia de réis 68.169:476$100, adquirindo 41.267 das primeiras e 35.187 das ultimas, juros de 7% e 5%, respectivamente.

Os calculos feitos determinam que, a partir de 1939, possa a instituição custear as suas despesas administrativas somente com o produto da renda patrimonial. A analise das possibilidades futuras resulta evidente da comparação das receitas nos dois ultimos anos:

Receita de 1935.....	56.443:283$800
Despesa.....	4.231:083$200
com o saldo liquido de	52.212:200$000
Receita de 1936 (saldo acusado até 15 de dezembro).....	83.342:241$900
despesa de igual periodo.....	9.294:052$600

dando o saldo liquido, sujeito a revisão, no valor de 74.048:189$300, donde a soma demonstra um fundo de capitalização, até 31 de dezembro de 1936, de 126.260:289$900.

Não levando em conta os juros da arrecadação de 1937, somente o atual fundo de capitalização produzirá uma renda patrimonial aproximada de 9.000:000$, apesar de prudentemente orçada em 6.300:000$000.

Para o ano corrente, sobre o total de réis 105.000:000$ de arrecadação dispender-se-á estimadamente 15,947 %, ou sejam mais 4,797 % em relação ao ano findo. Diante do acrescimo de receita do atual exercicio, o aumento de despesa é muito reduzido.

INSTITUTO DOS BANCARIOS — Os beneficios dispensados aos seus associados pelo Instituto dos Bancarios já se estendeu aos pontos mais longinquos do país. Para isso conta, praticamente, com representantes e medicos em todas as localidades onde existem nucleos de bancarios.

A junta de administração realizou 56 sessões, das quais 50 ordinarias e seis extraordinarias, admitindo mais 2.073 socios, recusando 24 inscrições, julgando 175 consultas e 306 pedidos de beneficios, assim discriminados:

Aposentadorias concedidas	132
Aposentadorias negadas	51
Aposentadorias revistas	56
Pensões concedidas	50
Pensões negadas	11
Auxilios concedidos	3
Auxilios negados	3

Estudou, ainda, diversos assuntos de interesse, submetidos á sua apreciação, e aprovou o regula-

mento da carteira de emprestimos, a tabela de preços dos serviços medicos extraordinarios, além de resolver outros assuntos de ordem administrativa.

O numero de representantes do instituto, que era de 21 no ano anterior, elevou-se, em 1936, de 331, totalizando 352, assim discriminados:

Delegados	15
Agentes	8
Correspondentes	329

Esses representantes, cuja categoria corresponde á menor ou maior densidade da população bancaria local, prestam os esclarecimentos e informes reclamados pelos associados, facilitam a assistencia medica e entendem-se com os empregadores acerca do cumprimento da lei.

As despesas com os beneficios regulamentares alcançaram a quantia de 3.242:924$100, assim aplicada:

Aposentadorias por invalidez	1.022:495$700
Pensões	268:151$600
Funerais	4:980$000
Auxilio — maternidade	166:320$100
Auxilio — enfermidade	207:210$400
Auxilio — reclusão	8:714$200
Assistencia medico-cirurgica hospitalar	1.565:052$100

Além disso, restituiu, no cumprimento de disposições regulamentares, 98:961$300 a 255 contribuintes, que abandonaram a profissão e fizeram prova de não se acharem subordinados a instituições de previdencia social.

A carteira de emprestimos, inaugurada com 5.000:000$ de capital, em seguida elevado a 7.000:000$, estendeu as suas operações, nesse primeiro periodo de atividade, a 18 Estados, além do Distrito Federal.

Movimentando capital e amortizações, conseguiu atender a 3.412 proponentes, representando 7.576:600$, assim distribuidos:

Estados	Numero de emprestimos	Réis
Amazonas	7	17 :600$000
Pará	44	98 :100$000
Maranhão	9	18 :200$000
Ceará	20	48 :600$000
Rio Grande do Norte	3	8 :000$000
Paraíba	5	14 :000$000
Pernambuco	129	267 :900$000
Alagoas	26	51 :500$000
Sergipe	3	5 :700$000
Baía	59	129 :900$000
Espirito Santo	31	61 :000$000
Rio de Janeiro	30	57 :700$000
Distrito Federal	1.103	2.269 :800$000
São Paulo	1.030	2.285 :800$000
Paraná	79	165 :900$000
Santa Catarina	13	27 :400$000
Rio Grande do Sul	506	1.402 :400$000
Minas Gerais	311	638 :100$000
Goiaz	4	9 :000$000
Total	3.412	7.576 :600$000

Desde a instalação até 31 de dezembro ultimo, o instituto cadastrou 16.000 associados.

CAIXA DOS OPERARIOS ESTIVADORES — Esta instituição abrange no seu quadro 13.694 matriculados, sindicalizados ou não, de todos os pontos do país, conferentes e concertadores de carga e descarga, funcionarios de caixa e suas agencias, funcionarios dos sindicatos de estiva e serviços auxiliares ou complementares e proximamente devem ser incluidos os trabalhadores em carvão e minerios no porto do Rio de Janeiro, bem como os barcaceiros e estivadores dos portos salineiros.

No primeiro ano de funcionamento, espalhada a sua rêde de agencias, vae progredindo seguramente a instituição. Circunstancias varias impediram que distribuisse, no ano findo, todos os beneficios previstos no seu regulamento, aprovado com o decreto n. 337, de 12 de setembro de 1935. Foram, entretanto, pagas aposentadorias de 42 estivadores invalidos, no valor de 160:816$, e distribuidos auxilios, para funerais de 89 associados falecidos, no montante de 13:500$000.

Com as modificações que lhe vão sendo introduzidas, de acôrdo com a experiencia e a tecnica, espera-se que, em breve tempo, a instituição possa satisfazer todas as responsabilidades a seu cargo.

Em 31 de dezembro de 1936, o balanço patrimonial apresenta, como valores invertidos, 565:583$ em apolices do Reajustamento Economico, e mais 198:238$400 de material permanente adquirido para a instalação da séde e agencias.

O titulo "valores disponiveis" alcança a importancia de 7.677:671$, sendo que 7.472:292$100 representam o montante de deposito em conta corrente no Banco do Brasil. Afim de evitar que continue sem movimento essa vultosa importancia, rendendo um juro infimo de 2 % ao ano, é pensamento da administração da Caixa:

a) adquirir titulos até o limite previsto no regulamento;

b) instalar a Carteira Predial.

Muito acertadamente limita o regulamento a aquisição de titulos a uma determinada percentagem das disponibilidades, reservando, assim, regular parte de fundos para aplicações garantidas, dentro das finalidades do seguro social. Por isso, tratou-se, desde logo, de organizar uma carteira predial, cujas operações estão assim planejadas:

a) divisão das operações da carteira em dois grupos:

1) grupo A — construção de casas seriadas em numero minimo de 25 em cada local;

2) grupo B — financiamento, com garantia hipotecaria, de casas a serem construidas ou reformadas em terreno proprio do associado;

b) funcionamento imediato das operações do grupo A, construção de casas seriadas, que se apre-

senta em melhores condições de emprego de capital e ao mesmo tempo alcança uma alta finalidade, a de dar casa propria, higienica e bem acabada ao associado que nada possue, melhorando assim as suas condições de vida;

c) a Caixa só iniciará as operações após ter garantia de 15 contratos para construções de, no minimo, 25 casas seriadas em cada local, visando, assim, não só as vantagens economicas de uma construção em serie, como tambem a possibilidade de poder garantir a posse mediante seguro;

d) obrigatoriedade de um seguro de renda temporaria para dar aos herdeiros quitação plena da divida, na eventualidade do falecimento do associado, entrando os beneficiarios na posse integral do imovel sem mais qualquer onus.

A organização da carteira predial da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operarios Estivadores tem que se diferenciar de todas as outras, porquanto, em vista das condições peculiares ao trabalho da estiva, não é possivel obter-se o instrumento de garantia, que é a consignação em folha com responsabilidade de recolhimento por parte do empregador. Contornando essa dificuldade, prevê o anteprojeto organizado o pagamento adeantado de uma joia de 5 % do valor do imovel, paga em prestações no decurso da construção. Essa joia servirá de garantia de pagamento, sendo devolvida ao associado no final da amortização da divida, fa-

cilitando-se, desta forma, o pagamento das despesas finais de transmissão do imovel.

Cogita a administração de construir no Distrito Federal, Santos, Belém, Recife e Vitoria cerca de 300 casas, cuja edificação em serie permitirá que fiquem ao alcance da mais modesta bolsa, sendo a sua amortização perfeitamente compativel com as condições economicas de qualquer associado.

CAIXA DOS TRABALHADORES EM TRAPICHES E ARMAZENS DE CAFÉ — A Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café, que está funcionando desde maio de 1935, já apresenta indices muito satisfatorios. Durante o referido ano, a receita foi de 494:388$010 e a despesa montou a 156:781$900, havendo, assim, um saldo de 337:606$110, que, acrescido do patrimonio, moveis e utensilios, de 40:798$200, constituiu o fundo de garantia de 378:404$310, que passou para o exercicio de 1936.

Em 1936, a receita arrecadada atingiu a réis 3.219:186$610, assim distribuida:

Contribuição dos associados.....	1.094:001$000
» » empregadores.....	990:074$330
Quota de previdencia.....	660:489$800
Contribuição da União — a realizar...	433:516$200
Juros bancarios.....	25:924$280
Juros de titulos.....	3:465$000
Reversão da indenização por acidente do trabalho.....	10:080$000
Anuncios na Revista "CAPTTAC"..	1:641$000
Total.....	3.219:186$610

A despesa total do exercicio de 1936 montou a 597:633$300, sendo:

Pessoal		440 :415$000
Material		149 :408$300
Beneficios regulamentares — De acôrdo com o art. 128 do regulamento da Caixa, foram concedidas aposentadorias a 14 associados da Sociedade de Resistencia dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café, que já se achavam amparados pelo mesmo Sindicato, desde maio de 1934. Além desses, a caixa concedeu em Paranaguá o mesmo beneficio a um aposentado pelo Sindicato dos Trabalhadores Terrestres em Trapiches e Armazens de Café num total de		6 :460$000
Foram concedidos 9 auxilios funerais, á razão de 150$ cada um, nas seguintes localidades:		
Rio de Janeiro	4	600$000
Aracajú	3	450$000
Florianopolis	1	150$000
Caravelas	1	150$000
Total		597 :633$300

A par das aposentadorias concedidas e dos auxilios-funerais pagos, a Caixa, procurando ampliar a concessão dos beneficios regulamentares dentro das determinações impostas pelo regulamento, cogita presentemente da organização dos serviços medicos.

Durante o ano de 1936, foram instaladas 15 agencias:

O numero de associados, até 31 de dezembro ultimo, atingiu a 16.475, assim distribuidos;

Santos	8.025
Distrito Federal	2.934
Vitoria	1.254
São Paulo	760
Paranaguá	520
Recife	497
Antonina	382
São Salvador	358
Aracajú	307
S. Francisco do Sul	273
João Pessôa	163
Angra dos Reis	154
Caravelas	150
Porto Alegre	147
S. Luiz do Maranhão	147
Itajaí	137
Ponta Areia	107
Florianopolis	60
Total	16.475

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA

O Instituto Nacional de Previdencia pagou, em 1936, peculios na importancia de 7.000:000$ contra 7.044:527$135 em 1935, atingindo a soma total dos peculios, desde a sua fundação até 31 de dezembro de 1936, a vultosa quantia de 41.239:701$104.

Realizou emprestimos hipotecarios na importancia de 17.000:000$, garantidos por imoveis no valor de 26.610:000$000. No exercicio anterior, o movimento de emprestimos registou, respectivamente, 9.958:000$ e 14.782:532$100.

Em 1935, as cartas de fiança, em numero de 344, atingiram o valor de 72:597$; em 1936 foram fornecidas 630, no valor de 300:000$000.

As reservas tecnicas atingiram a 55.398:000$, e correspondem ás responsabilidades assumidas pelo Instituto por peculios obrigatorios e facultativos e a garantia dos seus contribuintes.

Em 1936, o Instituto transferiu-se para séde propria, na Esplanada do Castelo, ocupando parte do edificio e locando os 3°, 4° e 6° andares, que produzem a renda mensal de 40:000$000.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARITIMOS

A receita do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Maritimos atingiu, em 1936, a importancia de 20.728:258$600.

Foram requeridos 414 emprestimos, no valor de 1.043:100$, sendo concedidos 401, no valor de 1.010:300$, e cancelados 86, no valor de 199:500$500.

Os emprestimos renderam, em 1936, os juros de 140:539$000.

O Instituto adquiriu 12.421 apolices do Reajustamento Economico, do valor nominal de 1:000$, ou sejam 12.421:000$, pelo custo de 8.615:927$200, com juros vencidos no total de 708:461$600, o que reduziu a 7.907:465$600 o custo total liquido.

Foram adquiridas 8.100 obrigações do Tesouro, do valor nominal de 1:000$, pelo custo de 8.083:902$400.

O total das apolices se elevou a 20.521, do valor nominal de 1:000$, ou sejam 20.521:000$, adquiridas pela quantia de 16.699:829$600, e juros vencidos de 708:461$600, resultando o custo total liquido de 15.991:368$000.

Até a presente data, tem o Instituto cerca de de 47.000 associados matriculados, sendo 34.000 maritimos e 13.000 terrestres, dos quais 10.000 maritimos e 8.000 terrestres, no Distrito Federal.

A despesa prevista para o ano de 1936 foi de 5.123:120$; tendo sido despendidos, apenas, réis 3.580:992$400.

SEGUROS CONTRA ACIDENTES DO TRABALHO

O desenvolvimento dessa modalidade de seguro iniciou-se em 1935 com a execução do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, que lhe deu indiretamente um carater compulsorio, impondo aos empregadores garantir aos empregados as indenizações de acidentes do trabalho, mediante deposito nos cofres publicos, no Banco do Brasil ou nas Caixas Economicas Federais, de determinada importancia, ou mediante a realização de seguro.

A receita total de premios liquidos, que em 1934 fôra de 16.500:000$, chegou em 1935 a réis 39.000:000$, da mesma forma que as despesas com pagamento de indenizações passaram, de um ano para o outro, da importancia de 9.700:000$ á de 14.000:000$, além de que as reservas para indenizações, não liquidadas, no montante de 1.100:000$, em 31 de dezembro de 1934, passaram a ser de 5.000:000$ em 31 de dezembro de 1935.

Enquanto os premios de 1935 representam cerca de 230 % dos premios de 1934, as indenizações pagas estão em uma relação de 145 % e as reservas para acidentes a liquidar em proporção de 45 %.

É de realçar, pois, que o movimento desse ramo de seguros duplicou nesse ano.

Não obstante esse remarcado aumento, o seguro de acidentes do trabalho estava longe, naquela ocasião, de atingir o maximo da sua expansão, o que, aliás, ainda hoje acontece. São inumeros os empregadores sem seguro, apesar do esforço empregado pelas repartições incumbidas de velar pela bôa observancia da lei de acidentes do trabalho, que, além de recente, alterou profundamente o sistema até então em vigor, o que bastaria para que a sua execução não se fizesse desde logo com perfeição e de modo generalizado.

A bôa vontade dos empregadores para o fiel cumprimento da lei é, entretanto, inconteste, e o

seu interesse pelo assunto se manifestou logo que o novo regime legal entrou em execução. Varios sindicatos de empregadores iniciaram imediatamente a constituição de sociedades cooperativas destinadas a assumir as responsabilidades dos acidentes de trabalho a cargo dos seus associados. Em virtude da autorização concedida pelo Poder Executivo, já se acham em funcionamento nove dessas sociedades, sendo sete com séde nesta capital e duas na cidade de São Paulo.

De acôrdo com os preceitos regulamentares vigentes, foi padronizado o modelo de propostas para o seguro de acidente do trabalho, afim de que os segurados, qualquer que seja a seguradora a que se dirijam, tenham perfeito conhecimento das vantagens e onus decorrentes do seguro a efetuar e forneçam todos os elementos necessarios á bôa apreciação dos riscos, e consequentemente á exata cobrança dos respectivos premios, calculados segundo taxação oficial, uniforme para todas as sociedade.

No ultimo exercicio foram realizados, por intermedio de fiscais das Inspetorias de Seguros das 4ª (Capital Federal), 5ª (São Paulo) e 6ª (Rio Grande do Sul) circunscrições, cerca de 2.000 acordos entre operarios e seguradores, referentes a incapacidade permanente e morte, sendo que aproximadamente 50 % dos mesmos o foram na Inspetoria de São Paulo.

IV

SEGURO PRIVADO E CAPITALIZAÇÃO

Não carece de justificativa a disposição constitucional que autoriza expressamente a intervenção do poder publico na industria de seguros privados. O objetivo visado é bem claro e sobreleva as razões de ordem politica que de longo tempo se invocavam em favor de tão acertada e patriotica providencia. E' que, tal como se organizara, a industria desse ramo de seguro constituia uma das tantas fontes de escoamento da renda nacional para o estrangeiro.

As companhias de varia procedencia, que operavam e, ainda o fazem, em nosso meio, não invertiam capitais proprios; limitavam-se a agir como simples depositarios de uma parte dos premios, acumulando reservas. Como o segurador não passa de mero intermediario entre os segurados, cumprindo-lhe, apenas, administrar a caixa comum dos premios, o movimento dessas companhias, baseado no fator confiança, assegurava-lhes vultosos lucros, que, em numerosos casos, atingiam, por ano, a mais de 100 % de capital realizado.

O projeto de nacionalização, com a criação consequente do Instituto Federal de Resseguros, provocou, entre os interessados, como era natural,

amplos debates, os quais serviram para esclarecer melhor a materia e deixar patente que a intervenção do Estado só poderá ser proveitosa, desde que visa assegurar os seguintes resultados: aumento do valor das operações no mercado interno, melhoria das condições do risco e barateamento das taxas.

O confronto do movimento de apolices, nos ultimos tres anos, elucida, sem necessidade de maiores comentarios, a situação da industria de seguros privados no país.

Os seguros sobre a vida eram representados, em 31 de dezembro de 1933, por 87.000 apolices equivalentes a um capital segurado de 1.400.000:000$ o que, segundo o computo da população, correspondia a uma apolice do valor medio de 16:000$ por grupo de 520 habitantes. No ano seguinte, o numero total de apolices atingia a 93.500, no valor de réis 1.600.000:000$ ou seja uma apolice do valor medio de 17:000$ para grupo de 500 habitantes, admitido o aumento da população.

Em 1935 constatou-se que o numero desses contratos subira a 102.000, equivalente a 1.750.000:000$, o que resultava na existencia de uma apolice para cada grupo de 470 habitantes, conservado o valor médio da unidade e calculado o crescimento da população. Computando-se, ainda, o valor do capital segurado por habitante, verifica-se que era de 31$ em 1933, 34$, aproximadamente, no ano seguinte e 37$ em 1935.

Observe-se que tais cifras são, na sua quasi totalidade, referentes ao seguro individual, pois o de grupo interessava, apenas, em 1935, a 20.000 pessoas, representando pouco mais de 100.000:000$000.

Quanto aos seguros do grupo A — riscos sobre coisas — apura-se que apresentaram desenvolvimento acentuado, nas suas duas modalidades mais utilizadas — contra fogo e seguros de transporte.

As receitas brutas de premios de seguros diretos, que foram, em 1933, de importancia superior a 89.000.000$, passaram, no ano seguinte, a cerca de 95.000.000$, e em 1935 a mais de 105.000:000$000.

Calculou-se ainda, neste periodo, que os riscos de fogo, de responsabilidade superior a 25.000.000:000$, renderam premios no total de 90.000:000$, os de transporte maritimo e fluvial, cobrindo mais de 5.000.000:000$, produziram receita aproximada a 25.000:000$, atingindo os de transporte terrestre a quasi 1.200.000:000$, com premios pagos de réis 1.600:000$000. As responsabilidades do seguro contra riscos de automoveis alcançaram réis 160.000:000$, e os premios a mais de 5.000:000$; os valores segurados contra riscos de responsabilidade civil excederam de 143.000:000$ e exigiram cerca de 900:000$: de premios. Foram menos vultosas as coberturas de risco contra roubo exclusivamente feitas por companhias estrangeiras e contra quebra de vidros. As primeiras, de responsabilidades elevadas a 219.000:000$, produziram premios de

300:000$, e as ultimas, de 2.200:000$, 65:000$ de premios totais. Na pauta de acidentes pessoais, as apolices cobriram contratos de 1.800.000:000$, com premios de 4.740:000$000.

Referidas estas cifras, que expressam o movimento da industria, é oportuno esclarecer a estrutura das organizações que exploram o seguro privado no Brasil. Trata-se, na maioria dos casos, de sociedades anonimas, existindo, apenas, duas associações mutuas — uma, de riscos contra fogo, outra, de riscos de vida e duas outras, que só pagam peculios por morte.

Nos seguros do grupo A operaram, no territorio nacional, 68 organizações, das quais 37 nacionais e 31 estrangeiras, sendo uma das primeiras de forma mutua.

Ao movimento exclusivo do grupo B — seguro de vida — dedicam-se nove sociedades, sendo uma estrangeira apenas para resseguros. No grupo das nacionais, cinco são anonimas e mutuas. Entre as cinco anonimas, duas operam somente em pensões vitalicias, cujas caixas se acham em vias de liquidação. Explorando simultaneamente seguros dos grupos A e B, ha cinco sociedades anonimas, das quais tres estrangeiras.

Resulta, afinal, que os seguros do grupo A — riscos de coisas, foram explorados por 40 sociedades nacionais e 33 estrangeiras e os do grupo B — riscos de vida, por 11 nacionais e tres estrangeiras.

E' o seguinte o quadro indicativo das sociedades em operações durante o ano de 1935, discriminadas segundo a natureza do seu objeto e forma organica, com indicação do capital realizado das sociedades anonimas, e estabelecimento das suas sédes, dentro ou fóra do país:

1935	NACIONAIS		ESTRANGEIRAS		TOTAL	
Grupo A.....	39	60.500:000$000	33	51.000:000$000	72	111.500:000$000
Grupo A.....	1	—	—	—	1	—
	40	60.500:000$000	33	51.000:000$000	73	111.500:000$000
Grupo B.....	8	8.600:000$000	3	5.000:000$000	11	13.600:000$000
Grupo B.....	3	—	—	—	3	—
	11	8.600:000$000	3	5.000:000$000	14	13.600:000$000
Total.....	51	69.100:000$000	36	56.000:000$000	87	125.100:000$000

O total indicado de 87 sociedades fica reduzido a 82, se considerarmos conforme foi dito, que cinco se entregavam, então, como ainda hoje, ás operações simultaneas de seguros de ambos os grupos, não merecendo qualquer observação as referencias feitas no quadro supra ao capital, visto ter sido este encarado segundo o grupo de operações a que serve de base.

SEGUROS DO GRUPO A

Os seguros do grupo A, em que se encontram os de fogo, transportes, automoveis, responsabilidade civil, roubo, quebra de vidros e acidentes pessoais, são explorados por 72 sociedades anonimas e uma de natureza mutua.

A ultima, aceitando somente riscos contra fogo e com seu campo de atividade restrito a esta capital, tem movimento bastante limitado, pelo que a sua receita de premios, em 1935, foi de 450:000$, cifra igual a do ano anterior. Não obstante, distribuiu aos seus mutualistas cerca de 40 % do premio cobrado.

As operações de seguros do grupo A, que tiveram por base, em 1935, o capital realizado de mais de 110.000:000$, sendo 60.000:000$ pertencentes a sociedades nacionais e o restante a estrangeiras, representaram valor segurado superior a 28.000.000:000$, e os premios mais de réis 100.000:000$000.

Os sinistros pagos, em 1935, ultrapassaram a 30.000:000$000.

Comparando o movimento das sociedades nacionais com o das estrangeiras, nesse ano, vê-se que o valor das responsabilidades liquidadas pelas primeiras, 13.400.000:000$, foi pouco menor que o das segundas, 14.800.000:000$, correspondendo essa diferença a cerca de 10 % deste ultimo valor, sendo de notar que o volume de responsabilidades das estrangeiras foi maior, tanto nas operações de seguros maritimos, como nas de terrestres.

Quanto aos sinistros, as nacionais pagaram 15.400:000$ e as estrangeiras 14.800:000$, tendo, portanto, estas pago a menos cerca de 4 %. As nacionais foram favorecidas pelos sinistros de natureza

terrestre, 9.600:000$ para 11.200:000$ e oneradas pelos maritimos, 5.800:000$ para 3.600:000$000.

A receita de premios liquidos foi favorvel ás nacionais, que tiveram cerca de 56.000:000$, enquanto as estrangeiras 51.000:000$, resultando, pois, uma diferença de 10 %, aproximadamente.

Essas operações determinaram a constituição de reservas tecnicas, isto é, de riscos não expirados e sinistros a liquidar, na importancia de 40.900:000$ sendo 20.800:000$ para as nacionais e 20.100:000$ para as estrangeiras. As primeiras viram as suas reservas de riscos não expirados e sinistros a liquidar atingirem, respectivamente, as quantias de 15.400:000$ e 5.400:000$, enquanto as estrangeirs alcançaram, respectivamente, as somas de 13.400:000$ e 6.700:000$000.

Os fundos dessas sociedades continuaram empregados, em grande parte, em titulos da divida publica federal, 90.000:000$, bem como da estadual e municipal, 17.000:000$, em imoveis, 47.000:000$, em hipotecas, 21.000:000$, em varios titulos de renda, 15.000:000$ e em estabelecimentos bancarios, em contas de deposito e corrente, mais de 45.000:000$000.

As sociedades nacionais deram preferencia ao emprego dos seus capitais em imoveis, 41.000:000$, em titulos da divida publica federal, 37.600:000$, e em hipotecas, 20.400:000$, reservando em caixa e em poder de bancos, aproximadamente réis

28.000:000$000. A inversão de fundos de sociedades estrangeiras faz-se de maneira diferente, isto é, em titulos da divida publica federal, 57.000:000$, aplicando a imoveis apenas 6.000:000$, enquanto conservam em caixa e bancos a soma de quasi 22.000:000$000.

Em 1936, iniciou operações desse grupo, com o capital realizado de 500:000$, uma sociedade nacional autorizada a funcionar em fins de 1935, e teve a sua autorização cassada pelo Governo outra, tambem nacional, que havia paralizado a atividade no ano anterior.

No ano passado, operaram, portanto, em seguros do grupo A, sociedades em numero de 74, sendo 41 nacionais e 33 estrangeiras.

Os seguros desse grupo forneceram ao erario publico, em 1935, impostos que se elevaram a 16.400:000$, sendo 10.606:495$ de imposto sobre os premios arrecadados pelas operações de seguros diretos, e 5.794:000$ de selo sobre contratos, sem considerar os impostos referentes aos seguros de acidentes pessoais, por estarem incluidos na arrecadação do grupo B, dado o modo por que as sociedades fornecem os respetivos elementos.

SEGUROS DO GRUPO B

No ano de 1935 mais uma sociedade nacional iniciou as suas operações neste ramo, com uma

responsabilidade de 2.500:000$ e o capital realizado de 1.000:000$000.

Os seguros que só pagam riscos de morte, exclusão feita dos de pensão e peculios, foram explorados, na sua quasi totalidade, por sociedades anonimas, visto existir apenas uma mutua em funcionamento.

O capital de garantia das oito sociedades anonimas era de 16.800:000$, cabendo 4.000:000$ ás duas estrangeiras e 12.800:000$ ás nacionais. A realização do capital estava em 13.500:000$, pertencendo 9.500:000$ ás nacionais e 4.000:000$ ás estrangeiras.

Os contratos de seguros de vida efetuados no Brasil produziram premios no valor de 90.000:000$, para manutenção de responsabilidade de pouco mais de 1.740.000:000$, garantida com reservas matematicas de quasi 300.000:000$000. Dessa arrecadação de premios participaram, as sociedades nacionais, de quasi 85.000:000$ e as estrangeiras, de 6.000:000$, aproximadamente.

As responsabilidades assumidas pelas nacionais ultrapassaram 1.600.000:000$ em quasi 94.000 contratos, não tendo chegado as das estrangeiras a 130.000:000$, repartidos por pouco mais de 8.000 apolices. Tais responsabilidades estavam garantidas, respectivamente, pelas reservas matematicas de cerca de 291.000:000$ e 8.000:000$000.

Não se acham incluidas nas referencias acima as operações de resseguros, praticadas especial-

mente por uma sociedade estrangeira, de pequeno movimento, dada a circunstancia de trabalhar com uma unica sociedade nacional, bastando dizer que a sua responsabilidade, em 1935, era de cerca de 5.500:000$, garantida com reservas tecnicas de 800:000$, e que a receita de premios não atingiu 290:000$000.

Os contratos terminados durante o ano, por morte dos segurados, bem como por vencimento dos respectivos prazos, atingiram a 22.000:000$000.

O ativo dessas sociedades ficou invertido, de preferencia, em imoveis, 107.000:000$, titulos particulares de renda e em titulos estrangeiros, réis 72.000:000$, em hipotecas, 68:000:000$, em emprestimos a segurados, sob garantia das respectivas reservas, 62.000:000$, e em titulos da divida publica federal, 51.000:000$000.

As tres sociedades estrangeiras tiveram o ativo correspondente ao seguro de vida, aplicado da seguinte fórma: imoveis, 6.600:000$; titulos da divida publica federal, 3.600:000$000.

As duas sociedades de pensões vitalicias, com as respecitvas caixas em liquidação, e as duas de peculios por morte, em franco declinio, tiverem, como é natural, reduzido movimento, apesar de contarem aquelas com avultado ativo, superior a 20.000:000$, empregados na maior parte em hipotecas, 13.000:000$, e imoveis, 4.000:000$, para garantia especialmente de reservas tecnicas de 15.500:000$000.

O imposto sobre o premio total, arrecadado pelas sociedades que operaram nesse grupo, em 1935, foi de 3.772:000$, nessa importancia incluida a de cerca de 200:000$, provenientes do imposto sobre premios de seguros de acidentes pessoais, podendo-se desse modo afirmar que os premios dos contratos de seguros de vida, propriamente ditos, renderam pouco menos de 3.600:000$ e o imposto de selo sobre contratos 1.100:000$000.

Sobre o valor das apolices sorteadas foi pago o imposto de 84:000$000.

OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

As operações de capitalização que, em 1935, foram exploradas pelas mesmas quatro sociedades já em funcionamento no ano anterior, passaram a ter o capital realizado de 6.850:000$, ou sejam 1.000:000$ a mais sobre o ano anterior.

Enquanto em 31 de dezembro de 1934 existiam em vigor 3.125 titulos de contribuição unica, com o capital garantido de quasi 35.900:000$, e 176.493 titulos de contribuição mensal, garantindo réis 1.825:000$, em 31 de dezembro de 1935 aqueles titulos eram em numero de 4.552, de valor superior a 49.000:000$, e estes atingiam a 232.133, para garantia de 2.300.000:000$000.

Em 31 de dezembro de 1935, as sociedades de capitalização tinham para com os portadores de

titulos responsabilidade equivalente a 2.350.000:000$, dividida em 237.685 contratos, tendo havido consequentemente de um ano para outro o aumento de 55.000 titulos e de 500.000:000$ no valor do capital garantido.

Os titulos novos, emitidos durante o ano de 1935, foram em numero de 111.000, correspondendo ao capital garantido de 940.000:000$, além de rehabilitações e transformações de cerca de 25.000 titulos, no valor de 240.000:000$000. O movimento do ano anterior tinha sido de 97.000 titulos, com o capital de 797.000:000$, excluidas transformações e rehabilitações de 17.000 contratos, representativos do capital garantido de 175.000:000$000.

O valor dos titulos sorteados, em 1935, atingiu 9.000:000$ contra cerca de 8.100:000$ em 1934.

Esses algarismos demonstram que o movimento das operações de capitalização aumentou em 1934-1935, embora em menor proporção que em 1933-1934.

As quatro sociedades de capitalização receberam, em 1935, de contribuições 53.000:000$ contra 42.400:000$ no ano anterior, e pagaram pelo resgate de titulos, inclusive mediante sorteio, 14.200:000$ contra 10.400:000$ em 1934.

Para garantia das responsabilidades em vigor, em 31 de dezembro de 1935, possuiam tais sociedades reservas tecnicas de 90.000:000$, que sofreram um

aumento de 28.000:000$ em relação a 1934, ano em que tais reservas eram de 61.900:000$000.

Além de reservas para resgates a liquidar, na importancia total de cerca de 730:000$, foram constituidas outras de 1.700:000$000.

As despesas com aquisição de titulos, administração social, inclusive amortização de fundos, foi de mais de 17.300:000$000.

Das quatro sociedades em funcionamento, tres não apresentaram lucros, enquanto uma distribuiu aos acionistas, com os dos anos anteriores, 1.550:000$, sendo 990:000$ do ano findo.

Os fundos acumulados, no valor aproximado de 90.500:000$, incluidos cerca de 6.950:000$ em caixa e bancos, renderam 5.400:000$, á taxa de 6%.

O emprego desses fundos foi feito do seguinte modo: titulos da divida publica federal, 33.900:000$; emprestimos sob garantia das reservas dos titulos de capitalização, 16.200:000$; imoveis, 16.200:000$; titulos da divida publica estadual e municipal, 9.300:000$; caixa e bancos, 6.900:000$; titulos particulares de renda e titulos estrangeiros, 4.100:000$ e emprestimos com garantia hipotecaria, 3.800:000$000.

As operações de capitalização produziram uma renda de impostos de mais de 3.770:000$, pois o imposto sobre o valor dos titulos sorteados alcançou 910:000$, e o selo sobre os titulos emitidos mais de 2.860:000$000.

V

PROPAGANDA, CONTROLE E PUBLICIDADE

Incluem-se neste capitulo diversos serviços afetos ao Ministerio e iniciativas referentes, principalmente ao comercio e á industria, tais como: propriedade industrial; registo de comercio; escritorios de informações e propaganda no exterior; marcas de exportação; funcionamento das sociedades anonimas estrangeiras e ainda as exposições, feiras e missões economicas.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Os assuntos e questões pertinentes á propriedade industrial, constituindo, embora, materia especializada, encontram cada vez maior interesse de parte das classes produtoras.

As estatisticas são expressivas a respeito, evidenciando o desenvolvimento dos trabalhos do Departamento Nacional de Propriedade Industrial, a partir de 1933.

Pela primeira vez, o numero de concessão de patentes atingiu cifra superior a mil, colocando-nos no quadro estatistico internacional, em 18º lugar entre os países que protegem as invenções industriais.

A despeito do aumento registado sobre o ano anterior, não devemos descuidar a adoção de me-

didas tendentes a estimular o genio inventivo nacional. Impõe-se, para tanto, a reforma da nossa legislação, antiquada e ineficaz, sob muitos aspectos, adaptando-a ás exigencias do progresso nos diversos ramos da atividade humana e á necessidade de impulsionarmos o desenvolvimento das fontes produtoras do país.

No referente aos serviços administrativos, urge alterar o regime do pagamento das anuidades de patentes, de modo a assegurar receita maior, sem criar novos onus aos concessionarios. Satisfeita a primeira anuidade, indispensavel á expedição do titulo definitivo, o inventor, com raras exçeções, descuida-se das restantes, resultando daí uma irregularidade prejudicial á renda do serviço e causa de futuros embaraços fiscais para a exploração industrial do invento. Torna-se necessario, por isso, estabelecer um regime de pagamento antecipado, por periodos maiores, previamente fixados, de maneira a evitar todos esses inconvenientes.

REGISTO DE COMERCIO

O confronto do movimento do ano passado com o dos anteriores evidencia franca progressão na renda desse serviço. Sendo de 1.469:000$, em 1930, de 2.747:000$, em 1935, atingiu, em 1936, a réis 2.950:000$000.

Tambem verificou-se, no ultimo ano, consideravel aumento no volume de trabalho. Os livros rubricados foram em numero de 19.278. Arquivaram-se e registaram-se 3.459 contratos, distratos, etc., contra 2.845 em 1935, e, da mesma forma, 626 estatutos e atas de sociedades anonimas contra 544; 2.154 firmas coletivas contra 1.346 e 2.418 firmas individuais contra 914.

A expedição de certidões, no mesmo periodo, rendeu 48:167$ contra 38:000$ no anterior, correspondendo, respectivamente, a 3.277 e 2.600 certidões.

SOCIEDADES ANONIMAS

Entre os trabalhos de maior importancia, confiados á 2ª secção do Departamento Nacional da Industria e Comercio, figura o estudo e exame dos processos de sociedades anonimas nacionais e estrangeiras, cujo funcionamento depende de autorização governamental. Pela relação abaixo verifica-se quais as sociedades que, em 1936, obtiveram essa autorização.

Autorizadas a funcionar:

NACIONAES

Fabrica de Peixes em Conservas da Ilha Grande;

Companhia Cervejaria Lusitania;
Companhia Comercial de Sergipe.
Autorização para continuar a funcionar:

S. A. Industrias Reunidas F. Matarazzo;
Companhia Comissaria de Café de Minas Gerais;
Confeitaria Pascoal;
Companhia Brasileira de Frutas;
Cinzano S. A.;
Companhia Progresso Nacional.

ESTRANGEIRAS

Autorizadas a funcionar:

Compagnie Internationale des Wagons Lits et des Grands Exprès Européens;
Warner Bros. National Pictures of Brazil Inc.;
Società Anonyma Nebiolo;
Societé Cotonière Belge Bresilienne;
Aluminium Union Ltd.;
Western Eletric Co. Brazil.

Além dos processos relativos ás mencionadas sociedades, muitos outros foram estudados ou se acham em andamento, sendo desnecessario encarecer que todos demandam cuidadoso exame.

MARCAS DE EXPORTAÇÃO

O numero de marcas registadas, em 1936, consta da discriminação abaixo, feita por Estado:

Distrito Federal	121
São Paulo	47
Rio Grande do Sul	36
Mato Grosso	10
Ceará	9
Paraná	9
Estado do Rio	6
Pará	5
Piauí	4
Santa Catarina	3
Amazonas	2
Baía	3
Paraíba	2
Alagoas	1
Goiaz	1
Maranhão	1
Total	260

ESCRITORIOS DE PROPAGANDA NO EXTERIOR

Constitue afirmação corrente, por parte de quantos se preocupam com a expansão dos negocios e bom nome do país, no estrangeiro, a falta de elementos que proporcionem aos demais povos noções seguras e exatas acerca das coisas brasileiras.

A iniciativa da instalção de escritorios de informações e propaganda teve, precisamente, em

vista satisfazer essa necessidade geralmente proclamada e reconhecida.

O plano de organização adotado, a titulo de experiencia em 1936, pretendia afastar tres defeitos de que sempre se ressentiram tais serviços. Em primeiro lugar, a localização nos pontos estrategicos do nosso comercio exterior, e onde haja interesse virtual pelo que produzimos; em segundo, evitar a propaganda unilateral, de um produto unico, e, ao contrario, estendê-la de modo a abranger não só os artigos imediatamente exportaveis como todos os que possam ser exploraveis, incluindo os minerais; por ultimo, dar a essa propaganda acentuado cunho comercial, fugindo á rotina burocratica.

Daí a distribuição feita, inicialmente, localizando os primeiros escritorios em Nova York, Paris, Berlim, Milão, Buenos Aires, Varsovia e Yokohama. Era essa a indicação natural, de acôrdo com as principais correntes de expansão do nosso comercio, na atualidade, sem prejuizo de outros pontos tambem aconselhaveis, que serão oportunamente incluidos na rêde da organização planejada, que comporta ampliações e aperfeiçoamentos, de acôrdo com as possibilidades do desenvolvimento das nossas exportações.

Diante dos resultados colhidos no periodo de experiencia, resolveu o Governo dotar o serviço de verba orçamentaria propria, o que foi feito para o corrente exercicio.

Quanto ao funcionamento, os escritorios possuem relativa autonomia, e recebem as suas diretivas através do Departamento Nacional de Industria e Comercio, que lhes conferiu as seguintes atribuições:

1ª. Prestar, de modo completo, verbalmente, ou por escrito, as informações que forem solicitadas sobre qualquer assunto concernente ao desenvolvimento economico e comercial do Brasil, não sendo permitido, sobre qualquer consulta ou informação, responder negativamente, alegando falta de elementos que, neste caso, devem ser solicitados ao Departamento Nacional de Industria e Comercio.

2ª. Manter um mostruario devidamente acompanhado de informações atualizadas sobre produtos brasileiros e um fichario das firmas exportadoras e preços das respectivas mercadorias.

3ª. Publicar livros, folhetos ou monografias sobre assuntos economicos que interessem ao Brasil e a sua propaganda no estrangeiro.

4ª. Efetuar as compras de que fôr incumbido pelo Governo e encarregar-se de quaisquer outros serviços informativos de interesse geral.

5ª. Promover a vulgarização de noticias e fornecer informes referentes á imigração e suas vantagens nas diversas zonas do país.

6ª. Prestar esclarecimentos sobre nucleos coloniais, centros agricolas e terras publicas e particulares á venda.

7ª. Informar sobre salarios correntes e sistemas de trabalho na lavoura, custo dos generos alimenticios e artigos de primeira necessidade nas diferentes regiões do Brasil.

8ª. Enviar mapas estatisticos, publicações e noticias referentes ao movimento migratorio estrangeiro, ao comercio, á industria, leis de trabalho, de salario, etc.

9ª. Dirigir-se aos exportadores brasileiros, por intermedio do Departamento Nacional da Industria e Comercio, ou, diretamente, nos casos de urgencia sempre que houver oportunidade de colocação de produtos brasileiros.

10. Remeter mensalmente recortes de artigos e noticias na imprensa local sobre assuntos brasileiros ou que interessem ao Brasil.

11. Exercer rigorosa fiscalização, de acôrdo com as autoridades locais, sobre os produtos brasileiros apresentados ao consumo no exterior.

12. Manter uma sala de leitura e divulgar assuntos brasileiros por meio:

a) de distribuição sistematica de livros, folhetos, mapas, fotografias, estatisticas, etc., que lhe serão remetidos pelo Ministerio do Trabalho;

b) de conferencias e exibição de filmes e dispositivos;

c) de participação nas exposições e feiras internacionais, regionais ou especiais.

13. Fazer a propaganda pratica dos produtos brasileiros por meio:

a) de auxilios diretos ou indiretos ás casas que se ocuparem da venda de produtos brasileiros e quizerem sujeitar-se á fiscalização dos escritorios;

b) de distribuição de amostras ou de coleções ás camaras de comercio, estabelecimentos de ensino, museus, etc.

EXPOSIÇÕES E FEIRAS

Durante o ano de 1936, a Secretaria Geral da Comissão Permanente de Exposições e Feiras teve os seus trabalhos acrescidos pela necessidade de organizar numerosos estudos e planos e preparar a execução das exibições do Brasil nos seguintes certames: Exposição Hocopoli, Rotterdam; Exposição Centenario de Texas; Exposição de Johannesburgo; Exposição Internacional de Florida; Feira Flutuante do "Rio de Janeiro Marú" (depois "Buenos Aires Marú"); Exposição Nagoya; Feira Internacional de Bordeos; Feira Internacional de Gottemburgo; Feira Internacional de Toronto; Exposição Nacional de Pecuaria, Rio de Janeiro; Feira de Belo Horizonte; Exposição Internacional de Paris de 1937; Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1938; Exposição do Cincoentenario da Imigração oficial do Estado de São Paulo; Exposição-Feira de Cam-

pinas; Feira de Barbacena; Exposição-Feira de Ribeirão Preto; Feira Internacional de Bari; Feira Internacional de Leipsig; Feira Internacional de Praga (1937).

MISSÃO ECONOMICA BRASILEIRA NO JAPÃO

Aquiescendo ao convite formulado pelas Camaras de Comercio e Industria do Japão e com o fim de retribuir a visita da Missão Hiráo, ocorrida em 1935, uma delegação economica brasileira, chefiada pelo deputado Salgado Filho, percorreu, durante um mês, os principais centros mercantis e manufatores japoneses, examinando as possibilidades para o incremento do intercambio economico e cultural entre os dois países.

O regime estatuido pelo tratado de 1895, assinado em Paris pelos Srs. Piza e Almeida e Arajuké Jushii, favoreceu, por muito tempo, a regularidade das trocas que os recentes movimentos e tendencias do comercio mundial vieram acelerar, aumentando o volume das nossas remessas para aquele país.

De um lado a criação do escritorio de informações de Yokohama, sob a direção do consul Raul Bopp, atendendo ás frequentes solicitações que lhe chegam, e, de outro, as necessidades da in-

dustria de tecelagem niponica, buscando novos tipos de fio de algodão, contibuiram de forma preponderante para a modificação que se nota no valor e posição da respectiva balança comercial. Somente os embarques de algodão passaram de 13.500:000$, em 1935, a 205.000:000$, em 1936, com possibilidades amplas de aumento.

A referida missão foi assistida, com assinalado proveito, por delegados e tecnicos dos principais ramos da nossa produção.

Pelo que observou durante a estadia feita nos principais centros de industrias e comercio, pôde reconhecer as possibilidades oferecidas ao incremento das trocas economicas e ao intercambio nosso com o Japão, ao qual forneceriamos, uma vez removidas dificuldades eventuais, os seguintes produtos: cacáu, fumo, mamona, carnaúba, fibras vegetais e borracha, ferro, lã, carne em conserva, couros, banha e caseina.

As transações sobre café, algodão, manganês, quartzo e mica comportam, por outro lado, maior desenvolvimento, o que se verificará, certamente, como decorrencia natural das operações já realizadas, sobretudo si forem aumentadas as escalas da navegação japonesa nos portos nacionais, ou consegirmos que outras companhias de navegação façam carreiras entre o Brasil e os portos do Oriente.

E' possivel que, nas circunstancias atuais, dadas as restrições de ordem monetaria impostas ao livre

jogo dos fatores economicos, tenhamos de oferecer compensações na balança comercial, adquirindo maior quantidade de mercadorias do que o total absorvido nos ultimos anos. Para examinar essas possibilidades é que a Missão inspecionou alguns dos ramos mais aperfeiçoados da industria pesada no Japão. As construções navais mereceram especial atenção, o mesmo acontecendo com o material ferroviario e as maquinas eletricas, produzidos ali, em grande escala, em boas condições tecnicas e a preços de concorrencia.

ESTATISTICAS DO MINISTERIO

O Departamento de Estatistica e Publicidade, no transcurso do exercicio de 1936, manteve apreciavel atividade, emprestando colaboração valiosa e oportuna a diversos setores da administração federal.

E' util assinalar, entre outros serviços menores, os seguintes: elaborou os estudos necessarios á execução da lei do salario minimo; participou da comissão especial, nomeada pelo Ministerio das Relações Exteriores, para responder ao questionario da Secção de Alimentação da Sociedade das Nações; compareceu á Convenção Nacional de Estatistica, assim como ao Conselho Nacional de Estatistica; preparou o material para a Exposição Comemorativa do VI aniversario do Ministerio do Trabalho; colaborou no certame promovido pela Associação Brasileira

de Educação e Saude, sob o patrocinio do Ministerio da Educação e Saude e, finalmente, imprimiu o segundo volume do "Annuario Estatistico", organizado pelo Instituto Nacional de Estatistica; completou o inquerito industrial; ampliou o cadastro geral, alcançando um numero superior a 100.000 fichas; aumentou de 47.000 para 90.000 o numero de endereços classificados; concluiu e manteve em dia o movimento das convenções de trabalho e organizações sindicais; editou e fez distribuir, pelas diversas regiões do país e pelos centros estrangeiros, nada menos de 126.460 exemplares de publicações.

Além disso, partindo da coleção de graficos que levou á Exposição Comemorativa do VI aniversario do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, cuidou de atualizá-los, incorporando-lhes as parcelas referentes a 1936. Entre outras conclusões, de evidente interesse, foi possivel estabelecer as seguintes: que as carteiras emitidas, rendendo 4.050:682$500, ascendiam a 854.132 até o terceiro trimestre de 1936, a contar da data da instalação do serviço, em janeiro de 1933, vindo em primeiro lugar o Distrito Federal com 329.021, depois São Paulo com 159.975, Minas Gerais com 61.053; que, até dezembro de 1935, a classificação dos sindicatos de empregados revelava a primazia de São Paulo com 102, seguido pelo Distrito Federal com 87 e Rio de Janeiro com 79, enquanto por empregadores continuava São Paulo á frente com 148,

Minas Gerais com 92 e o Distrito Federal com 62; que haviam sido autorizadas a funcionar, no periodo 1916-1935, nada menos de 235 sociedades anonimas estrangeiras, predominando as norte-americanas com 116, inglesas, 42 e francesas, 10; que os maiores registos de marcas de exportação depositadas por Estado procediam do Distrito Federal, 345, Rio Grande do Sul, 210 e Baía 160; que o capital acumulado das sociedades anonimas subira de 125.400:000$ em 1932 a 882.839 nos dez meses de 1936; que o salario medio de inscrição dos comerciarios é de 291$800 na 1ª Região, Manáus; 266$400, na 2ª, Belém; 249$700, na 3ª, Fortaleza; 318$100, na 4ª, Recife; 312$100, na 5ª, São Salvador; 248$400, na 6ª, Belo Horizonte; 403$400, na 9ª, São Paulo; 290$900, na 10ª, Curitiba; e 384$, na 11ª, Porto Alegre.

Outro aspecto da atividade do Departamento de Estatistica e Publicidade, merecendo especial referencia, é a edição do "Boletim" do Ministerio, repositorio mensal de informações uteis e cuidadosamente colecionados.

EDIFICIO PARA A SECRETARIA DE ESTADO E SEUS DEPARTAMENTOS

Em 1º de agosto de 1936, foi lançada a pedra fundamental do edificio do Ministerio do Trabalho, na esplanada do Castelo, que abrigará todos os

departamentos ministeriais, com exceção dos Institutos de Previdencia e Tecnologia, por possuirem sedes proprias.

O edificio projetado terá uma área util de 35.000 metros quadrados, distribuidos por 14 pavimentos, atingindo a altura maxima de 60 metros.

MINISTERIO DA VIAÇÃO
E OBRAS PUBLICAS

AO Ministerio da Viação e Obras Publicas estão confiadas algumas das atividades mais importantes relativas ao aparelhamento material do país.

Tanto em relação ás obras já iniciadas, quanto aos novos empreendimentos, cuja execução demanda continuidade e persistencia, a ação do Governo se ampliou de modo consideravel, abrangendo, de preferencia, o problema das comunicações, nos seus diversos setores, e os serviços de saneamento.

A seguir, registaremos, em resumo, os trabalhos realizados e os algarismos que permitem apreciar os seus progressos, no decorrer de 1936.

I

VIAÇÃO FERREA

Apesar das circunstancias de natureza cambial, a que nos temos referido noutras ocasiões, e que tanto dificultam a aquisição de material para as

industrias pesadas, não tem sido pequeno o esforço feito para melhorar e aumentar a nossa rêde ferroviaria.

A média das construções, nos periodos anteriores a 1930, nunca ultrapassou de 1.500 quilometros por ano. Em 1936, sem recorrer ao capital estrangeiro, como se fazia dantes, conseguimos, com recursos proprios, construir cerca de 1.000 quilometros, não pondo em linha de conta as remodelações de material, tanto fixo como rodante, a eletrificação, finalmente realizada, da Estrada de Ferro Central do Brasil, e a substituição de leito, ou suas melhorias, nos principais traçados.

Resolveram-se, ainda, problemas multiplos do trafego; reverteram á União varios trechos arrendados a companhias estrangeiras e as oficinas para montagem foram devidamente aparelhadas, de modo tal que, hoje, trabalhando em grande parte com materias primas nacionais, já conseguem satisfazer as exigencias mais urgentes das nossas ferrovias, tanto com referencia ao material fixo, como á locomoção. Além disso, a experiencia adquirida pelo nosso corpo de tecnicos, na eletrificação da Central do Brasil, e a possibilidade proxima de aumento da produção siderurgica nacional, permitem afirmar, com otimismo justificavel, que as premissas economicas do crescimento celere da nossa viação ferrea estejam, afinal, lançadas, e possamos, dentro de alguns anos, articular todas as regiões do

país. Nesse presuposto, já se prepara o plano geral da viação brasileira, visando articular os traçados existentes em sistemas comunicantes e em conexão com os caminhos maritimos, fluviais e rodovias.

Passamos a referir os trabalhos e o movimento da rêde ferroviaria do país, na ordem da importancia das diversas estradas em trafego.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

ELETRICIDADE — Os serviços da eletrificação do trecho suburbano de D. Pedro II a Nova Iguassú e Bangú, primeira parte do contrato com a Metropolitan Vickers Electrical Export Co. Ltd., tiveram prosseguimento normal. Quanto aos da segunda parte desse contrato, isto é, de Nova Iguassú a Barra do Piraí, de Bangú a Santa Cruz, ramal de Paracambí e pateo da estação Maritima, dependem de termo aditivo a ser assinado pelo Governo e pela contratante, na fórma do decreto n. 24.238, de 14 de maio de 1934.

Dos 202 quilometros de linha a serem eletrificados, na primeira parte, foram executados cerca de 42 quilometros, tendo-se treminado a montagem da sub-estação conversora n. 1, em Mangueira, e de uma cabine seccionadora automatica de linhas, localizada nas imediações da estação de D. Pedro II; iniciou-se a montagem do aparelhamento da sub-

estação n. 2, em Deodoro, e das cabines seccionadoras de linhas de Engenho de Dentro e Madureira.

Na rêde aérea, foram montadas 351 estruturas metalicas, 142 *pull-offs* e 15 torres das duas linhas de transmissão de 44.000 *volts* de circuito alternativo trifasico para fornecimento de energia ás subestações de Mangueira e Deodoro e de um circuito monofasico para sinalização; para as fundações das estruturas metalicas suportes da rêde aérea fundaram-se 1.381 blocos, em volume de 3.016 metros cubicos de concreto.

Foram recebidos e estão sendo experimentados e abrigados 15 trens-unidades, num total de 45 carros, dos quais 15 motores e 30 reboques; desses carros, 15 são de 1ª classe e 30, de 2ª; a capacidade desses carros é de 200 passageiros para os de 1ª classe e 220 para os de 2ª.

Concluiu-se a construção das cabines da nova sinalização de D. Pedro II, Derby Club, Engenho Novo, Engenho de Dentro e Deodoro e a reforma da antiga de Cascadura, aparelhamento das cabines de Derby Club, Engenho Novo e Engenho de Dentro, montando-se cerca de 18 transformadores de 4.400/110 *volts*, 97 paradores automaticos de trem, 196 ligações de impedancias, 94 caixas para abrigo de relés, 28 detectores eletricos; 32 maquinas de chaves eletricas, 30 mecanicas e cerca de 135 sinais; para as fundações de aparelhamento

da sinalização fundiram-se 164 blocos, com o volume de 155 metros cubicos de concreto; assentados 12.000 metros de calhas de madeira e estendidos, nas mesmas, cerca de 13.000 metros de fios de diversas dimensões.

FORNECIMENTO DE ENERGIA — Enquanto não constroe o Governo usina propria, empreendimento que na atualidade não consulta aos interesses financeiros do país, celebrou-se com a The Rio de Janeiro Tramways Light and Power Company Ltd., a 8 de dezembro ultimo, o ajuste para fornecimento de energia á Central do Brasil, pelo prazo de cinco anos, de acôrdo com os dispositivos do decreto n. 896, de 12 de junho ultimo, que anulou a concorrencia de 15 de fevereiro de 1933 e admitiu propostas de empresa particular.

EDIFICIO PARA A ESTAÇÃO D. PEDRO II — Prosseguem as obras monumentais, desde muito necessarias para dar acomodações condignas á estação principal da nossa mais importante ferrovia.

O edificio será dos mais completos, dotado de instalações modelares, para o que já estão sendo feitas as demolições do antigo e lançadas as fundações do novo.

Prevendo o desenvolvimento que a via-ferrea terá depois da eletrificação, o escoamento de viajantes dos suburbios e pequeno percurso se fará por via subterranea. Assim, partirão das plataformas, rampas de acesso a uma galeria subter-

ranea de 10m,00 de largura. O acesso á *gare* será exclusivamente feito pela parte superior, isto é, pelo pavimento terreo. No projeto destacam-se os seguintes caracteristicos: sete pavimentos, sendo um subterraneo e seis acima do nivel da rua. A nova estação será provida de 11 plataformas, servidas por 12 linhas.

No sub-sólo, além das galerias para escoamento dos passageiros, serão feitas outras instalações, como arquivo geral da estrada, sanitarias, reservatorios dagua, casa forte, posto policial, casa de força, etc., compartimentos que terão ar condicionado. No primeiro pavimento ficarão localizados os *halls* dos trens de suburbios, do interior e escritorios; sucursais dos Correios e Telegraphos e da Caixa Economica; guarda de volumes; agencia; instalalações para todos os varejos em um só compartimento; secção de despachos e recebimento de bagagens, etc.

No segundo pavimento: sala de espera, *restaurant*, cabines telefonicas e pagadoria do pessoal.

Os demais pavimentos serão ocupados por escritorios da Estrada. Na torre ficarão localizados: estação de radio, posto medico e enfermaria de emergencia, farol para iluminação do pateo e relogio eletrico.

No corrente ano deve ficar concluida a ala esquerda.

Para ampliação do pateo e construção do efificio, tornaram-se necessarias diversas desapropria-

ções, sendo baixado o decreto n. 943, de 3 de julho do ano findo, declarando-as urgentes.

AGENCIAS E BILHETERIAS DE SUBURBIOS — Foram construidas agencias e bilheterias nas estações de Mangueira, São Francisco Xavier, Rocha, Sampaio, Meyer, Todos os Santos e São Cristovão.

COBERTURA DAS PLATAFORMAS DE SUBURBIOS — As plataformas das estações de suburbios estão sendo cobertas com lage de concreto armado, de tipo uniforme, estando já concluidas as de São Cristovão, Mangueira, São Francisco Xavier, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo, Meyer, Todos os Santos e Engenho de Dentro.

VIADUTO DA RUA MARQUÊS DE SAPUCAÍ — Atendendo ao plano de obras da eletrificação e ao perigo a que estavam expostos os pedestres, iniciou-se a construção, em concreto armado, de um viaduto com a largura de 30 metros e vão livre de 38 metros, sobre as linhas da Central e com rampas de acesso nas extremidades.

PASSAGEM SUPERIOR PARA PEDESTRES NA RUA CARMO NETO — A construção da passagem superior para pedestres, na rua Carmo Neto, iniciada em novembro de 1935, ficou concluida em fevereiro de 1936, e da mesma forma a estrutura de cimento armado, constando de um vão livre de 35 metros sobre as linhas da Central e largura de quatro metros, e o acesso por escadas de concreto armado nas extremidades.

PASSAGEM SUPERIOR PARA PEDESTRES DA ESTAÇÃO DO MEYER — Esta passagem, inaugurada em 1936, liga a avenida Amaro Cavalcanti á rua Archias Cordeiro e ao Jardim do Meyer. E' de concreto armado e consta de dois vãos livres de 22 metros.

VIADUTO DA ESTAÇÃO DE DEODORO — No ramal de Santa Cruz, km. 22,467, prossegue a construção da passagem superior para veiculos, fazendo ligação da estrada de Nazareth, interrompida pela faixa da linha. E' constituida de um vão central em concreto armado, de 16 metros, com duas rampas de acesso, com 117 metros de comprimento cada uma. Extensão total, 250 metros; largura sobre as linhas ferreas, 10 metros, tendo a caixa da rua 7m,00 e cada um dos passeios laterais 1m,50. A plataforma de um dos lados já se acha construida na extensão de 60 metros.

PASSAGEM SUPERIOR DE BARRA MANSA — Construiu-se uma passagem superior nessa estação, km. 153,906, com a extensão total de 41m,00, com cinco vãos de tamanhos diversos, transpondo tres linhas ferreas da Central e duas da Rêde Mineira de Viação; iniciada em maio de 1936 foi terminada em setembro do mesmo ano.

DIVERSAS OBRAS — Montaram-se novas superestruturas metalicas na Ponte de Poço Rico, no km. 273 da linha do centro, na de Santa Barbara, no km. 728, no ramal do mesmo nome e na do Maquiné,

no km. 764, da linha do centro. Efectuou-se o reforço de varias pontes, entre as quais se destacam as dos km. 263, 323 e 455, do ramal de São Paulo, e 317 e 463 da linha do centro.

Foram concluidos varios edificios de estações e residencias de empregados.

OFICINAS — Prosseguem as obras das oficinas da Locomoção, em Entre Rios, e das novas oficinas de Belo Horizonte, destinadas á construção e reparação de vagões e carros metalicos e de madeira.

RAMAIS — O ramal de Santa Barbara foi totalmente entregue ao trafego com a inauguração, em 30 de janeiro de 1936, do trecho final, entre Monlevade e a Ponte do Rio do Peixe, na extensão de 36^{km},804.

Ficou, assim, ultimada a ligação da Central do Brasil com a Estrada de Ferro Vitoria e Minas, o que dá a Belo Horizonte mais um escoadouro maritimo, o porto de Vitoria, no Estado do Espirito Santo.

Prosseguem as obras dos ramais do Campo dos Afonsos, Matadouro Modelo, da Prefeitura de Belo Horizonte, e a duplicação do ramal de Santa Cruz, no trecho entre Bangú e Santa Cruz.

ESTAÇÃO ALFREDO MAIA — Afim de permitir a construção do novo edificio da estação D. Pedro II, e ampliação do respectivo pateo, fizeram-se obras de adaptação no edificio, linhas e plataformas de Alfredo Maia, provisoriamente estação inicial de todos os trens de passageiros do interior.

MATERIAL DE TRAÇÃO—O numero de locomotivas existentes, em 31 de dezembro de 1936, era de 431 da bitola larga e 257 da bitola estreita, num total geral de 688 locomotivas; mas, em sua maioria, com mais de 10 anos de uso, havendo apenas 53 com menos tempo, na bitola larga e 74 na estreita. Ha, entretanto, ainda em serviço, 100 locomotivas de bitola larga, com mais de 40 anos, e da estreita, 53, em condições analogas; em bom estado, apenas 71,5 %, na bitola larga, e 68,5 % na estreita.

MATERIAL RODANTE—Ao iniciar-se o corrente ano, dispunha a Central do seguinte material rodante:

	Bitola de 1m,60	Bitola de 1m,00
Carros.....	683	372
Vagões.....	4.952	2.029

Acham-se em reparação, na bitola larga, 114 carros e 654 vagões e, na estreita, 64 carros e 208 vagões.

Os quadros a seguir demonstram a situação da Estrada, com as discriminações de receita e despesa:

DESPESA EM 1936

I — CUSTEIO INDUSTRIAL

Pessoal:

Especificação	Total
Verba 3ª e dec. n. 1.313, de 28 de dezembro de 1936.....	138.803:126$200
Verba 13ª.....	426:972$800
Despesa a classificar (Agentes Pagadores).....	440:081$700

Decreto n. 572, de 31 de dezembro de 1935 (Reaj. diarias).....	1.702 :783$600
Decretos n. 609, de 29 de janeiro de 1936 e 1.133, de 2 de outubro de 1936 (Abono Provisorio).....	14.363 :318$200
Material:	
Verba 3ª e dec. n. 1.228, de 2 de dezembro de 1936.....	94.604 :481$900
Verba 14ª — 2 (Trilhos).....	3.572 :331$500
5 (Dormentes).....	3.571 :600$000
8 (Reparação material rodante).....	3.998 :790$000
Dec. n. 1.327, de 30 de dezembro de 1936 (Trilhos).....	1.981 :118$700
Diversas despesas:	
Verba 3ª — Contadoria C. Ferroviaria.....	298 :000$000
Contribuição de 1,5 % p/Caixa Ap. Pensões.....	6.145 :155$400
Reclamações por faltas e avarias....	204 :762$400
Total do custeio.....	270.112 :522$400

II — OBRAS NOVAS

Verva 14ª — 1 — Eletrificação.....	20.370 :000$000
Dec. n. 1.222, de 28 de setembro de 1936 — Eletrificação.....	5.600 :772$400
Verba 14ª — 3 — Reforço de pontes	449 :996$200
4 — Const. Oficinas..	1.349 :164$600
6 — Ramal Santa Barbara.....	336 :200$600
7 — Material rodante	1.998 :348$900
9 — Cabines.....	498 :941$400
10 — Estação D. Pedro	2.483 :381$300
Despesa a classificar (Desapropriações).....	6.290 :000$000
Dec. n. 1.120, de 28 de setembro de 1936 (Poços artesianos).....	100 :000$000
	39.476 :805$400

III — DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES

Custeio — (Exercicios findos).....	476 :991$700
Total da despesa da Estrada ..	310.066 :319$500

RECEITA

I — RENDA PROPRIA DA ESTRADA

Renda ordinaria:

Especificação	Total
Renda industrial.....	185.035 :538$100
Renda dos Proprios Nacionais.....	956 :427$700
	185.991 :965$800

Renda extraordinaria:

Indenizações.....	698 :043$200
Taxa adicional de 10 % s/ tarifas..	13.066 :551$900
Eventuais.....	515 :421$100
	14.280 :016$200
Total da renda da Estrada...	200.271 :982$000

II — RENDA ARRECADADA PARA O TESOURO NACIONAL

Renda ordinaria:

Imposto do selo.....	143 :902$800
Renda do *Diario Oficial*.....	5 :820$200

Renda extraordinaria:

Montepio dos Empregados Publicos	97 :085$600
Venda de generos e bens nacionais.	24 :944$700
Taxas de Prev. das Caixas de Ap. e Pensões.....	97 :934$200
Taxa da Lei do Abono Provisorio.	482 :477$700
Renda c/ aplicação especial (Taxa de Educação e Saude).....	13 :784$600
	865 :949$800

III — OPERAÇÕES DIVERSAS

Depositos recebidos.....	96.790 :610$000
Movimento de Fundos.....	209.167 :505$100
Diversos responsaveis.....	1 :000$000
Saldo do exercicio de 1935.....	1.547 :999$300
	307.507 :114$400

IV — PARA BALANÇO

Pagamentos efetuados pela C. C. Compras.....	97.595 :909$300
Pagamentos efetuados pelo Tesouro Nacional.....	27.512 :991$700
	125.108 :901$000
Total geral.....	633.753 :947$200

DESPESA EM 1936

IV — OPERAÇÕES DIVERSAS

Depositos restituidos.....	97.844 :838$600
Movimento de Fundos.....	208.957 :996$400
Saldo para o exercicio de 1937....	2.683 :674$000
	309.486 :509$000

V — PARA BALANÇO

Renda debitada ao Tesouro Nacional.....	12.424046$600
Renda debitada a diversos Estados.	1.777 :072$100
	14.201 :118$700
Total geral.....	633.753 :947$200

RESUMO DOS RESULTADOS FINANCEIROS DO TRAFEGO NA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL NO BIENIO:

	1935	1936
Receita propria da Estrada.....	176.547 :892$800	200.271 :982$000
Custeio industrial.....	217.015 :015$900	270.112 :522$400
Deficit.....	40.467 :123$100	69.840 :540$000

O *deficit* de 1936 fica, porém, reduzido, a 47.331:283$200, si considerarmos a dedução de 22.509:257$200, provenientes da totalização das parcelas relativas a reajustamento de diarias, abono provisorio, contribuição para a Contadoria Ferroviaria e para a Caixa de Apósentadorias e Pensões.

ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

EXTENSÃO QUILOMETRICA — Em 31 de dezembro de 1936, a extensão das linhas da estrada, toda em bitola de 1m,00, era de 1.397km,276, assim discriminada:

	Km.
Linha tronco, de Baurú a Porto Esperança	1.272 ,236
Ramal de Pirajuí.....	10 ,040
Variante Araçatuba-Jupiá.....	115 ,000
Total.....	1.397 ,276

LINHAS INAUGURADAS — Em 1936, foi inaugurado o trecho da linha da variante Araçatuba-Jupiá, da estação de Lavinia (km. 84,155) á estação de Guaraçaí (km. 115,000), numa extensão

de 30 quilometros, com as seguintes estações: Mirandopolis, Machado de Melo e Guaraçaí.

RECEITA — A receita da estrada, de réis 28.379:122$500, excedeu a de 1935 em 4.713:972$462, ou sejam, cerca de 20%.

DESPESA — A despesa de custeio, em 1936, ainda não está apurada com todo o rigor. De acôrdo com os dados colhidos até a presente data, pode ser avaliada em cerca de 30.500:000$000.

RESULTADO DO EXERCICIO — Foi encerrado o exercicio com um *deficit* de cerca de 2.000:000$, entre a receita propria e a despesa de custeio. Este *defecit* deve ser atribuido ao maior custo dos materiais de proveniencia estrangeira e ao acrescimo de despesas com a melhoria dos vencimentos do pessoal. E' de esperar, entretanto, que a Nororeste, em breve, volte á situação anterior de equilibrio financeiro, graças ao desenvolvimento da zona a que serve e á contribuição do trecho novo da variante Araçatuba Jupiá.

MATERIAL NOVO — Em 1936 adquiriu a Estrada das fabricas Borsig e Henschell, da Alemanha, 22 locomotivas novas; seis foram montadas e entraram em serviço em 1935; as outras 16 ficaram prontas e foram entregues ao trafego no ano passado; foram adquiridos e entraram em serviço, em 1936, quatro carros de 1ª classe, quatro de 2ª, tres carros de bagagem e 100 gaiolas para transporte de gado; finalmente, varias maquinas operatrizes, que estão

sendo instaladas nas oficinas de Baurú, afim de atender ao acrescimo de serviço originado pelo aumento do material rodante e de tração.

PRINCIPAIS SERVIÇOS NOVOS — Na variante Araçatuba-Jupiá foram ultimados, no decorrer de 1936, os serviços do km. 85 ao km. 115 e prosseguiram os serviços de terraplenagem, assentamento e nivelamento da linha, construção de edificios e obras de arte, esplanadas, abastecimento de agua, linha telegrafica, etc., do km. 115 ao km. 178. A 1º de março do corrente ano foi inaugurado o trafego proprio do km. 115 ao 178, isto é, o restante da variante Araçatuba-Jupiá, com as seguintes estações: Murutinga, Planalto, Andradina, Paranapolis, Cauê, Junqueira e Jupiá.

Representa essa variante o complemento logico da construção da ponte sobre o rio Paraná, e permitirá, não só a ligação regular de São Paulo e Mato Grosso, sem as interrupções periodicas decorrentes das enchentes do Tieté e acidentes frequentes motivados pela dificil conservação da linha antiga, como tambem criar nova zona de terras produtivas.

LEVANTAMENTO DA LINHA NO PANTANAL DE MATO GROSSO —Prosseguiram as obras destinadas a evitar que as enchentes do rio Paraguai interrompam periodicamente o trafego naquele trecho da Estrada.

VARIANTE NOGUEIRA-ARARIBA — Em meados de 1936 foi iniciada esta variante, que faz parte do

programa a ser executado para modificar as condições tecnicas do traçado atual da linha, no trecho de maior movimento, de modo a permitir um trafego mais intenso e economico. Até o fim do ano havia sido concluida a construção da nova ponte sobre o rio Batalha, de cimento armado, com 26 metros de vão, e iniciados os serviços de terraplenagem, que deverão ficar concluidos este ano.

NOVA ESTAÇÃO DE BAURÚ — Prosseguiu a construção iniciada, exigindo uma despesa de 921:711$400.

EMPEDRAMENTO DA LINHA — Prosseguiram os serviços de empedramento da Estrada, tanto no trecho de São Paulo como no de Mato Grosso. Entre Baurú e Araçatuba, onde o serviço está sendo executado por conta da Sociedade Melhoramentos, foram empedrados cerca de 50 quilometros de linha.

MODIFICAÇÃO DO "GRADE" — Foi rebaixado o leito da linha nesses quilometros, no trecho geralmente conhecido como "subida da Bandeira", de modo a substituir as fortes rampas existentes, de 2,7 %, por outras com o maximo de 1,5%.

OUTRAS OBRAS — Além das obras citadas, ainda executou a Noroeste outras, no valor aproximado de 1.600:000$ e custeadas pelas verbas orçamentarias. As principais foram as seguintes: quatro grupos de casas para feitores; 19 grupos de casas para trabalhadores; 10 casas para portadores; uma casa para bombeiro; varias casas para empregados diversos, em diversas localidades; postos medicos

em Agua Clara e Miranda postos telegraficos; do km. 913 e Duque Estrada; um abrigo para bomba em Batalha; aumento de varias casas; aumento de plataformas nas estações de Guarantam, Araçatuba e Campo Grande; construção de muro nas oficinas de Aquidauana; construções de boeiros; construções de pontilhões metalicos: um em Baguassú, um em Corrego Azul, um em Agua Fria, um em Aguas Turvas; poços para bombas: um em Avanhandava e um para Luiz Gama; triangulo de reversão no posto km. 75; construções de desvio em Avanhandava, para Cia. Anglo em Aguapeí, Campo Grande, km. 913, Posto Duque Estrada, Agachí e Miranda, e km. 1.180; aumento de desvio de Rio Branco; pateos e ruas calçamento do pateo da Vila Noroeste, rua de acesso da estação á Praça Machado de Melo e calçamento entre a estação e armazem de Campo Grande; e embarcadouros de gados: um em Engenheiro Taveira e um no km. 913.

VIAÇÃO FERREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

ESTADO GERAL DAS LINHAS — E' melhor do que o encontrado na epoca da ocupação das estradas, porque se tem feito substituição de trilhos e accessorios, maior emprego de dormentes, con-

servação e reparação das obras de arte e intensivo serviço de lastramento com pedra britada.

OBRAS DE ARTE E EDIFICIOS — Dentre as obras executadas e em andamento, no ano de 1936, se destacam: remodelação da estação de Calçada, iniciada em 1935, com reforma da fachada, ampliação dos salões, amplas plataformas cobertas e passeios lateraes, nova instalação eletrica, mobiliario novo, etc., custando tudo 530:259$000. Construção do abrigo para carros, em Calçada, com a dcspcsa de 48:670$000. Construção de um abrigo para locomotivas e de um grupo de casas de turma, tambem em Calçada. Construção do Posto de Pau Lavrado, com o dispendio de 11:673$000. Melhoramentos nas oficinas de Aramarí, com uma despesa de 27:088$000. Inicio da construção da Reserva de Tracção de Barracão, onde foram dispendidos 24:382$000. Foram tambem construidas a ponte de Cotegipe, com a despesa de 56:432$, a ponte do Xinduba, custando 21:233$, varios muros de arrimo e diversas obras estão em andamento, como a ponte do km. 76,593, a do km. 52,200, o pontilhão do km. 427,103, etc.; dispendeu-se, na conservação de obras darte e edificios, 160:028$700.

Dando inicio á reconstrução da linha tronco, foi começado o empedramento, ficando concluido o trecho Almeida Brandão-Paripe, e a consolidação do córte do Macaco (km.19), com melhoria das taxas de declividade no mesmo local, serviço

orçado em 307:754$883; foram recebidos 40 quilometros de trilhos de $37^{kgm},2$ e os 220 quilometros restantes serão adquiridos com o credito já concedido de 16.000:000$000.

CONSTRUÇÃO — Em dezembro estava quasi concluido o trecho Piritiba-Barra de Mundo Novo, numa extensão de 17 quilometros, cujos serviços ha muito se achavam paralizados; sua inauguração foi a 16 de fevereiro, com regosijo para a população da zona, das mais ferteis da Baía.

SITUAÇÃO DO TRAFEGO — De ha muito se acha congestionado o trafego da Leste Brasileiro, com incalculaveis prejuizos para a economia do país e dificuldades para a administração. As reclamações do publico são frequentes, refletindo a situação das classes exportadoras que apelam para a administração, pedindo transporte para os produtos que permanecem dois, tres e até cinco meses á espera do material rodante.

Em dezembro existiam 1.350 vagões requisitados, com atrazos, e cerca de 60.000 volumes despachados nas estações, abarrotadas de mercadorias e o transporte de minerios, de cerca de 5.000 toneladas por mês, está reduzido a pouco mais de 200.

Diante dos preços dos produtos da zona e da regularidade das estações, a perspectiva é de safra maior; entretanto, a estrada está com a capacidade de trafego esgotada, apesar dos esforços da admi-

nistração em obter o maximo de aproveitamento do material rodante. Construiram-se 10 vagões, as reparações tiveram um aumento de mais de 50 %, adquiriram-se duas automotrizes cedidas pela Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte e duas locomotivas novas, tipo "Mikado", compradas na Alemanha.

QUADRO DO PESSOAL — Por ocasião da inauguração dos melhoramentos da estação de Calçada, foi sancionado o quadro de pessoal que, de acôrdo com a lei do reajustamento, recebeu aprovação do Poder Legislativo.

VIAÇÃO FERREA FEDERAL LESTE-BRASILEIRO

Receita, despesa e saldos no quinquenio de 1932 a 1936

ANOS	RECEITA	DESPESA	SALDO	DEFICIT
1932.....	12.253:999$050	13.313:783$117	—	1.059:784$067
1933.....	12.350:649$310	12.403:746$482	—	53:097$172
1934.....	13.280:787$145	13.128:022$052	152:765$093	—
1935.....	15.754:685$483	14.255:083$565	1.499:601$918	—
1936.....	17.815:481$592	15.005:990$470	2.809:491$122	—

OBSERVAÇÃO — Em 1935 foi ocupada pelo Governo Federal.

RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE

Extensão das linhas em 31 de dezembro de 1936:

PARTE EM TRAFEGO

Estrada de Ferro de Baturité:

	Km.
Linha tronco e ramais.....	962,168

Estrada de Ferro de Sobral:

De Camocim a Oiticica.....	394,393
Total.....	1.356,561
Parte em construção.....	173,366
Parte com estudos aprovados.....	557,895

Movimento financeiro de 1936:

RENDA INDUSTRIAL

Estrada de Ferro de Baturité.....	11.508:892$000
Estrada de Ferro de Sobral.....	1.568:406$800
Total.....	13.077:298$800

Despesa de custeio

Estrada de Ferro de Baturité.....	9.320:599$400
Estrada de Ferro de Sobral.....	2.044:259$200
Total.....	11.364:858$600
Saldo.....	1.712:440$200

A renda industrial na Estrada de Ferro de Baturité, em 1936, que foi, como se vê, de 11.508:892$, comparada com a do ano precedente (1935), apresentou um aumento de 1.627:537$100; a da Estrada de Ferro de Sobral, que importou em 1.568:406$800,

tambem aumentou, em confronto com a do mesmo ano, a cifra de 44:019$950.

Instalou-se na Estação Central uma caixa dagua, de concreto armado, com capacidade de 169.000 litros, para o fornecimento ás locomotivas, independente do abastecimento da cidade; foram recebidas seis das oito locomotivas tipo "Mikado", encomendadas á fabrica alemã Berliner Maschinenbau Actien Gesellschaft, vormals L. Schwartzkopff, nos termos do respectivo contrato.

No ano de 1936, a despesa com as construções importou em 2.478:541$300, exclusão feita da parcela de 2.000:000$, posta á disposição da Comissão Central de Compras, no Rio de Janeiro, para aquisição de trilhos. No ano de 1935, dispendeu-se com os mesmos serviços 2.999:548$400.

ESTRADA DE FERRO MARICÁ

Receita

Renda industrial.....	1.048 :032$200
Renda com aplicação especial.....	92 :305$600
Renda extranha.....	32 :565$000
Total.....	1.172 :902$800

Despesa efetuada no exercicio de 1936

Administração e direção geral.....	230 :140$300
Telegrafos.....	26 :669$500
Trafego.....	355 :573$200
Locomoção.....	726 :569$300
Via permanente.....	318 :000$000
Melhoramentos no material rodante.....	159 :972$000

Construção:

a) Prolongamento a Cabo Frio.....	4.398 :570$600
b) Variante da Serra Calaboca.....	206 :027$900
c) Outros melhoramentos.....	1.080 :488$400
Total geral.....	7.502 :011$200

As despesas da construção, no total de réis 5.685:086$900, correram por conta dos creditos de 3.607:508$500 e 5.400:000$, concedidos pelo decreto n. 24.779, de 14 de julho de 1934, revigorado pela lei n. 170, de 6 de janeiro de 1936.

O *deficit* verificado foi apenas de 484:049$500. A situação deficitaria atenuar-se-á, até total desaparecimento, logo sejam abertos ao trafego os trechos concluidos do prolongamento em construção.

INSPETORIA GERAL DAS ESTRADAS

As estradas de ferro pertencentes á União, diretamente administradas ou arrendadas a Estados e empresas particulares, apresentaram, em geral, resultados financeiros mais animadores do que os do exercicio anterior.

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

Extensão em 31 de dezembro de 1936, 366^{km},485.

Resultados financeiros do trafego nos dois ultimos anos:

	1935	1936
Receita propria.....	1.458 :048$400	2.672 :920$300
Despesa do custeio.....	1.627 :883$500	2.263 :544$500
Deficit.....	169 :835$100	
Saldo.....	—	409 :375$800

Estrada de Ferro Bragança

Extensão em 31 de dezembro de 1936, 299km,130.

Resultados financeiros do trafego:

	1935	1936
Receita propria.....	1.749 :319$120	1.957 :771$500
Despesa de custeio.....	2.087 :833$256	2.465 :295$331
Deficit.....	338 :514$136	507 :523$831

Estrada de Ferro São Luiz-Terezina

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego.....	450,652
Em construção.....	84,000

Resultados financeiros no bienio:

	1935	1936
Receita do trafego.....	1.734 :560$700	2.409 :347$400
Despesa de custeio.....	2.623 :936$400	3.263 :031$300
Deficit.....	889 :375$700	853 :683$900
Taxa adicional de 10%.....	136 :291$200	186 :104$800

Despesa á conta de capital

Na parte em trafego (construção da ponte sobre o rio Parnaíba e ramal de Coroatá e aparelhamento da estrada).....	2.086 :881$500	2.668 :081$200

Estrada de Ferro Central do Piauí

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego.....	147,538
Em construção.....	43,400

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	303 :019$000	427 :606$200
Despesa de custeio.....	846 :612$300	1.041 :029$000
Deficit.....	543 :593$300	613 :422$800
Taxa adicional de 10 %.....	24 :390$800	32 :607$500
Taxas de 2 % e 1,5 % para C. A. P.	13 :807$900	18 :257$800

Despesas á conta de capital

Na parte em trafego.....	366 :102$800	188 :710$900
Na parte em construção.....	654 :547$800	2.406 :760$100

Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego.....	221,120
Em construção.....	45,000

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita propria do trafego.....	1.518 :615$700	1.387 :219$400
Despesa de custeio.....	1.429 :741$527	1.695 :053$300
Saldo.....	88 :874$173	—
Deficit.....	—	307 :833$900
Taxa adicional de 10 %.....	134 :068$200	125 :735$900
Taxa de 2 % para C. A. P.....	29 :425$000	27 :298$400

Despesas á conta de capital

Na parte em trafego.....	326 :970$158	274 :829$500
Na parte em construção.....	735 :563$100	758 :368$400

Estrada de Ferro Mossoró

Extensão em trafego, 121^{km},173.

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita propria do trafego.....	946 :101$550	1.026 :170$650
Despesas de custeio.....	467 :496$617	738 :761$466
Saldo.....	478 :604$933	287 :409$184

Estrada de Ferro Petrolina-Terezina

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego.....	189,300
Em construção.....	14,850

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	85 :606$900	127 :079$500
Despesa de custeio.....	532 :972$500	712 :664$700
Deficit.....	447 :365$600	585 :585$200

Despesas á conta de capital

Na parte em trafego.....	44 :498$500	80 :100$800
Na parte em construção.....	313 :451$900	—

Great Western Brazil Railway

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego.....	1.741,537
Em construção.....	16,870

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	34.532 :334$340	37 :062.794$900
Despesa de custeio.....	24.823 :094$300	29.445 :035$500
Saldo.....	9.709 :240$040	7.617 :759$400
Taxas de 2 % e 1,5 % para a C. A. P.	1.184 :612$300	1.698 :676$500

Estrada de Ferro de Vitoria-Minas

Extensão em trafego em 31 de dezembro de 1936, 561km,594.

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	6.126:613$200	8.189:624$300
Despesa de custeio.....	7.026:494$600	8.254:051$100
Deficit.....	899:881$400	64:426$800

O produto da taxa adicional de 10%, em 1935 e 1936, nas importancias de 494:540$600 e 620:798$400, respectivamente, foi incorporado á receita propria da estrada para atender á despesa com o acrescimo de vencimentos do pessoal.

Leopoldina Railway

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego (concessão federal).....	1.205,909
Em trafego (concessão estadual).....	1.880,479

Resultados financeiros no bienio:

	1935	1936
Receita do trafego.....	79.097:614$507	90.947:062$000
Despesa de custeio.....	72.281:123$320	78.276:605$000
Saldo.....	6.816:491$187	12.670:457$000

Estrada de Ferro Corcovado

Extensão em trafego 3km,775

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	344 :151$100	234 :865$500
Despesa do custeio.....	257 :879$000	293 :863$900
Saldo.....	86 :272$100	41 :001$600

Rêde Mineira de Viação

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego.....	3.689,869
Em construção.....	183,185

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	36.818 :591$200	41.152 :753$850
Despesa de custeio.....	45.410 :601$532	46.720 :922$543
Deficit.....	8.592 :010$332	5.568 :168$963
Taxa adicional de 10 %.....	3.348 :580$000	3.418 :804$300

Despesas á conta do capital

Na parte em construção..... 3.442 :129$916

Estrada de Ferro de Goiaz

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego.....	438,429
Em construção.....	28,000

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	3.602 :784$200	4.348 :556$800
Despesa de custeio.....	3.020 :051$046	3.695 :685$200
Saldo.....	582 :733$154	652 :871$600
Taxa adicional de 10 %.....	300 :050$000	345 :201$600

Despesas á conta de capital

Na parte em trafego.....	1.851 :281$531	1.859 :626$093
Na parte em construção.....	833 :635$269	1.040 :339$307

São Paulo Railway (Estrada de Ferro Santos a Jundiaí)

Extensão em trafego 139km,466.

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	104.394 :616$100	127.115 :000$000
Despesa de custeio.....	71.765 :470$000	81.000 :000$000
Saldo.....	32.629 :046$100	46 :115 :000$000

Estrada de Ferro Sorocabana (linhas de Itararé e Tibagí)

a) *Linha de Tibagí* — Extensão em trafego, 587km,250.

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	28.475 :900$110	34.343 :335$310
Despesa de custeio.....	21.396 :352$466	25.802 :184$783
Saldo.....	7.079 :547$644	8.541 :150$527
Taxa adicional de 10 %.....	2.601 :353$500	3.016 :000$000

b) *Linha de Itararé* — Extensão em trafego, 249km,665.

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	10.092 :425$430	11.004 :186$820
Despesa de custeio.....	7.978 :528$377	8.703 :183$201
Saldo.....	2.113 :897$053	2.301 :003$619
Taxa adicional de 10 %.....	902 :014$900	1.084 :000$000

Companhia Mogiana

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego (concessão federal).....	873,141
Em trafego (concessão estadual).....	1.085,680

Linhas de concessão federal

a) Linhas de Rio Grande e ramal de Caldas — Extensão em 31 de dezembro:

Em trafego:

	Km.
Linhas do Rio Grande.....	190 614
Ramal de Caldas.....	75,324

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	3.538:041$103	4.242:771$503
Despesa de custeio.....	3.835:015$378	4.183:779$233
Deficit.....	296:974$278	—
Saldo.....	—	58:992$267

b) Linha de Catalão — Extensão em trafego, 280km,386.

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	3.647:031$400	4.027:293$600
Despesa de custeio.....	4.033:555$697	4.466:115$106
Deficit.....	386:524$297	438:821$506

c) Linhas de Tuiutí a Passos e Guaxupé a Biguatinga — Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Tuiutí a Passos	249,080
Guaxupé a Biguatinga	29,980

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego	1.624 :275$400	2.159 :322$400
Despesa de custeio	2.592 :281$839	2.777 :514$704
Deficit	968 :006$439	618 :192$304

d) Linha de Igarapava a Uberaba — Extensão em 31 de dezembro de 1936, 47km,762.

Resultados financeiros:

Receita do trafego	858 :773$900	1.044 :356$800
Despesa de custeio	673 :791$514	745 :660$469
Saldo	184 :982$386	298 :696$331

As receitas e despesas diversas de 1936, nas linhas ferreas acima, estão incorporadas, respectivamente, nas receitas proprias e despesas de custeio.

Nas estradas de concessão federal, a Companhia arrecadou, nos dois ultimos anos, as seguintes importancias correspondentes á taxa adicional de 10%:

1935	911 :202$200
1936	1.073 :086$200

Rêde de Viação Ferrea Paraná-Santa Catarina

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego.....	2.006,239
Em construção.....	78,000

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	45.284:107$400	51.576:626$000
Despesa de custeio.....	40.021:222$000	49.980:000$000
Saldo	5.262:885$400	1.596:626$000

Taxas arrecadadas:

	1935	1936
Taxa adicional.....	3.028:027$400	3.301:985$700
Taxa de 10%.....	1.776:775$500	1.517:288$800
Taxa para C. A. P.....	983:494$800	1.029:461$300

Nas receita e despesa de 1936 estão incluidas as correspondentes ao serviço rodoviario, respectivamente, no valor de 1.070:950$100 e 280:000$000.

Estrada de Ferro Santa Catarina

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego.....	107,638
Em construção.....	31,534

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	1.174:000$800	1.370:870$20
Despesa de custeio	1.110:750$729	1.312:609$00
Saldo.....	63:250$071	58:261$200
Taxa adicional de 10%.....	103:537$600	125:414$900

Despesa á conta de capital

Na parte em trafego.....	—	1.708 :491$800
Na parte em construção.....	1.862 :768$992	556 :100$259

Estrada de Ferro Tereza Cristina

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego.....	243,858
Em construção.....	10,707

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita do trafego.....	1.928 :350$635	2.174 :000$000
Despesa de custeio.....	2.017 :984$560	2.246 :000$000
Deficit.....	89 :633$925	72 :000$000

Taxas arrecadadas:

Taxa adicional de 10%.....	174 :134$800	220 :000$000
Taxa de 2% para C. A. P.....	48 :175$500	54 :000$000

Viação Ferrea do Rio Grande do Sul

Extensão em 31 de dezembro de 1936:

	Km.
Em trafego.....	3.086,774
Em construção.....	119,000

Resultados financeiros do trafego no bienio:

	1935	1936 (1)
Receita do trafego.....	80.190 :190$220	57.691 :784$600
Despesa de custeio.....	66.027 :606$300	48.302 :336$700
Saldo.....	14.162 :583$920	9.389 :447$900

(1) — Até agosto inclusive.

O aumento da extensão em trafego provém da incorporação á Viação Ferrea dos trechos inaugurados durante o ano no ramal de Alegrete a Quaraí, além de Severino Ribeiro, e no ramal de Dilermando de Aguiar, entre Curussú e São Tiago, nas extensões, respectivamente, de 28km,000 e 34km,715.

Estrada de Ferro Tocantins

Extensão em trafego, em 31 dedezembro, 67km,000.

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita.....	9 :943$450	18 :383$400
Despesa.....	147 :593$800	160 :603$700
Deficit.....	137 :650$350	142 :220$300

A estrada esteve sem conservação por muitos anos durante o periodo de arrendamento ao Estado do Pará, de 1925 a 1932. Os serviços de restauração foram iniciados por conta da União em fins de 1933, só estando em trafego 67km,000 dos 82km,430 que é a extensão total dessa ferrovia.

Estrada de Ferro Baía e Minas

Extensão em trafego, em 31 de dezembro, 536km,514.

Resultados financeiros:

	1935	1936
Receita propria do trafego.....	2.786 :165$950	3.429 :376$650
Despesa de custeio.....	2.742 :874$843	2.915 :000$000
Saldo.....	43 :291$107	514 :376$650
Receitas diversas.....	262 :555$906	296 :170$118

Impostos e taxas arrecadadas:

Imposto e taxa de viação federais...	85 :008$200	441$000
Taxa de viação estaduais e municipais.....	1.520 :334$200	—
Taxa para C. A. P.....	—	130 :612$400

II

OBRAS DE FERTILIZAÇÃO E SANEAMENTO

A partir de 1930, a ação governamental tem-se empenhado a fundo nos problemas de apropriação economica do sólo, procurando, ao mesmo tempo, estimular o rendimento do trabalho agrario e defender as populações atingidas ou ameaçadas pelas inclemencias naturais e as doenças de surto endemico.

Nesse programa de obras sobressaem, principalmente, as que dizem respeito ao combate ás secas, na região do Nordeste, e ao saneamento da Baixada Fluminense.

A atenção dos poderes publicos não se fixara, até então, na importancia desses problemas. Fizera-